

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Marcella de Paula Almeida

**O pequeno historiador surdo em busca de sentido: reflexões psicanalíticas sobre a
constituição psíquica do sujeito surdo**

Goiânia

2020

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do(a) autor(a): Marcella de Paula Almeida

Título do trabalho: O pequeno historiador surdo em busca de sentido: reflexões psicanalíticas sobre a constituição psíquica do sujeito surdo.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Independente da concordância com a disponibilização eletrônica, é imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Marcella de Paula Almeida
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Marcella M. R. Lima
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 09 / 04 / 2020

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² As assinaturas devem ser originais sendo assinadas no próprio documento. Imagens coladas não serão aceitas.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Marcella de Paula Almeida

O pequeno historiador surdo em busca de sentido: reflexões psicanalíticas sobre a constituição psíquica do sujeito surdo

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Processos Psicossociais e Educacionais sob orientação da Profa. Dra. Priscilla Melo de Ribeiro Lima.

Goiânia
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Almeida, Marcella de Paula

O pequeno historiador surdo em busca de sentido: reflexões psicanalíticas sobre a constituição psíquica do sujeito surdo [manuscrito] / Marcella de Paula Almeida. - 2020.
cvii, 117 f.

Orientador: Prof. Priscilla Melo de Ribeiro Lima.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2020.

Bibliografia. Anexos.

1. psicanálise. 2. surdez. 3. Língua de Sinais. 4. constituição psíquica. I. Melo de Ribeiro Lima, Priscilla, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 004 da sessão de Defesa de Dissertação de **Marcella De Paula Almeida** que confere o título de Mestre(a) em **Psicologia**, na área de concentração em **Psicologia**.

Ao vigésimo primeiro dia do mês fevereiro de dois mil e vinte (21/02/2020) às 14 horas e 30 minutos reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Priscilla Melo Ribeiro de Lima**, doutor (a) em **Psicologia Clínica e Cultura** pela Universidade de Brasília, **Prof. Dr. Thais Renata Queiroz Santana Carneiro**, doutor (a) em **Psicologia Clínica e Cultura** pela Universidade de Brasília, e **Prof. Dr. Susie Amâncio Gonçalves de Roure** doutor (a) em **Educação** pela Universidade Federal de Goiás para, sob a presidência da primeira, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: "O PEQUENO HISTORIADOR SURDO EM BUSCA DE SENTIDO: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DO SUJEITO SURDO" em nível de Mestrado, área de concentração em **Psicologia**, de autoria de **Marcella De Paula Almeida**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Priscilla Melo Ribeiro de Lima, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo (a) **APROVADO (A)**. Os trabalhos foram concluídos e eu, Prof.ª. Naraiana de Oliveira Tavares, Vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Goiânia, ao vigésimo primeiro dia do mês fevereiro de dois mil e vinte.

Prof. Dr. Priscilla Melo Ribeiro de Lima

Prof. Dr. Thais Renata Queiroz Santana Carneiro

Prof. Dr. Susie Amâncio Gonçalves de Roure

Prof. Dr. Naraiana de Oliveira Tavares

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima**,

Ata de Defesa de Dissertação 004 (1751710) | BEI 23070.003228/2020-85 / pg. 1



Coordenadora de Pós-Graduação, em 14/12/2020, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Susie Amancio Goncalves De Roure, Professora do Magistério Superior**, em 16/12/2020, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THAIS RENATA QUEIROZ SANTANA CARNEIRO, Usuário Externo**, em 17/12/2020, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Naraiana De Oliveira Tavares, Professora do Magistério Superior**, em 17/12/2020, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1751710** e o código CRC **2A974633**.

Sumário

Resumo	7
Introdução	9
Capítulo 1 A escrita de uma história	14
1.1 O psiquismo e seus processos.....	14
1.1.1 O processo originário e o pictograma.....	15
1.1.2 O processo primário e a fantasia	21
1.1.3 O processo secundário e as ideias e enunciados.....	25
1.2 O espaço falante.....	30
Capítulo 2 O pequeno historiador surdo.....	35
2.1 O que é dito?.....	38
2.2 A Língua de Sinais e o pequeno historiador surdo.....	49
Capítulo 3 O narrar de uma história	55
3.1 Pesquisa (auto)biográfica e narrativas de vida	57
3.2 Definição do problema e objetivos.....	63
3.3 Participantes	63
3.4 Percurso metodológico	64
3.4.2 Procedimentos	66
3.4.3 Cuidados Éticos	67
3.5 Análise dos dados	68
3.6 Descrição dos participantes-narradores	69
Capítulo 4 Histórias entrecruzadas	74
4.1 Ferida narcísica e o risco do excesso.....	75
4.2 O desejo de ser em consonância com o desejo do Outro.....	84
4.3 Ser Surdo	95
Considerações Finais	101

Referências Bibliográficas	104
Anexos.....	109

Resumo

No processo de escrita da história identificatória de uma criança, as figuras parentais se constituem como elementos fundamentais. É na relação com os pais que as primeiras identificações serão metabolizadas. São elas que comporão a base do capital representativo que o pequeno historiador disporá quando adulto. Não obstante, a qualidade desse caminho terá certas especificidades se a imagem do bebê real se distanciar da imagem, fantasiada e idealizada de um filho perfeito, construída durante a gestação. Especificidades que podem ocorrer no nascimento de um filho com surdez. Dessa forma, a presente pesquisa objetiva investigar o lugar que a surdez ocupa na constituição psíquica de sujeitos surdos. Para tanto, utilizamos as entrevistas narrativas como método para geração dos dados que forneceram dados significativos sobre a subjetividade e os aspectos históricos e socioculturais. Além disso, essa modalidade de pesquisa constitui-se como um campo de escuta e elaborações de vida. Foram entrevistados cinco sujeitos surdos e quatro cuidadoras, sendo três mães e uma madrinha. A análise das histórias dos participantes-narradores evidenciou o estado de profunda dor psíquica advinda da ferida narcísica de ter um filho faltoso, diante do olhar das mães, e da tentativa inconsciente de que eles parecessem o mais perto possível do filho fantasiado. Esse estado psíquico resultou na negação da surdez e da Língua de Sinais. Os pequenos historiadores surdos se constituíram com a marca de uma ascensão fragilizada à atividade de pensar e presos ao desejo de ser em conformidade com o desejo do Outro. A partir dos relatos e análises realizadas, percebemos como a Psicologia e a psicanálise podem se constituir como meios significativos para que os historiadores surdos possam conseguir realizar a passagem do ser em consonância com o desejo do Outro para o Ser Surdo.

Palavras-chaves: psicanálise; surdez; Língua de Sinais; constituição psíquica.

Abstract

In the process of writing a child's identifying story, parental figures are essential elements. It is in the relationship with the parents that the first identifications will be metabolized. They will form the basis of representative capital that the small historian will have as an adult. Nevertheless, the quality of this path will have certain specificities if the image of the real baby moves away from the image, fantasized and idealized of a perfect child, built during pregnancy. Specificities that can occur in the birth of a child with deafness. Thus, this research aims to investigate the place that deafness occupies in the psychic constitution of deaf subjects. For this, we used narrative interviews as a method for generating data that provided significant data on subjectivity and historical and socio-cultural aspects. In addition, this research modality constitutes a field of listening and elaboration of life. Five deaf subjects and four caregivers were interviewed, three mothers and a godmother. The analysis of the stories of the participants-narrators showed the state of profound psychological pain arising from the narcissistic wound of having a faulty child, in the eyes of the mothers, and the unconscious attempt to make them appear as close as possible to the fantasized child. This psychic state resulted in the denial of deafness and Sign Language. The small deaf historians were constituted with the mark of a weakened ascension to the activity of thinking and stuck to the desire to be in conformity with the Other's desire. From the narratives and analyzes accomplished, we realize how Psychology and psychoanalysis can constitute themselves as significant means for deaf historians to be able to carry out the transition from being in consonance with the Other's desire for the Deaf Being.

Keywords: psychoanalysis; deafness; Sign language; psychic constitution.

Introdução

Quando o bebê nasce, o principal acesso à realidade extra-psíquica se dá através dos sons, do encontro entre o ouvido do bebê e a voz materna. Perceber, reconhecer, interpretar e, assim, compreender os sons do ambiente se torna possível a partir do funcionamento de três estruturas que compõem o sistema auditivo humano: ouvido externo, médio e interno. O ouvido externo é composto pela orelha, conduto auditivo e tímpano que são responsáveis por receber as ondas sonoras e transportá-las até o ouvido médio. Este é constituído por três ossos pequenos (martelo, bigorna e estribo) que se movem para transportar as ondas sonoras até o ouvido interno. Neste estão localizados a cóclea, os canais semicirculares e o nervo auditivo. É no ouvido interno que acontece a percepção do som. A cóclea converte as ondas sonoras em impulsos elétricos que são enviados através do nervo auditivo aos centros auditivos do cérebro. No cérebro ocorre o processo de decodificação do estímulo sonoro, permitindo a compreensão da mensagem recebida. Qualquer alteração nesse processamento determina para o sujeito uma diminuição da sua capacidade de ouvir e perceber os sons do ambiente (Gomes, 2006).

Quanto à etiologia, a surdez pode ser pré-natal quando é provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças contraídas pela mãe durante a gestação, como rubéola e toxoplasmose, e exposição da mãe a drogas ototóxicas; peri-natal quando causada por partos prematuros, anóxia cerebral (falta de oxigenação cerebral logo após o nascimento) e traumas de parto, como a utilização do fórceps; e pós-natal quando é adquirida por doenças ao longo da vida, por exemplo, meningite e caxumba, medicamentos ototóxicos, avanço da idade e acidentes. Dessa maneira, quanto ao período de aquisição da surdez, esta pode ser dividida em congênita, em que o sujeito nasce surdo, e adquirida, quando fica surdo ao longo da vida (Gomes, 2006).

Nesse contexto, historicamente, formou-se uma concepção de surdez ligada a um olhar reabilitador e diagnóstico em que o sujeito surdo era considerado incapaz, portador de dificuldades emocionais, comportamentais e de aprendizagem. Apesar dos esforços para se combater essa visão, ainda hoje quando se fala em surdez, remete-se à deficiência e à incapacidade. Essa imagem social, por conseguinte, influi sobre a concepção familiar e, por sua vez, na escrita da história identificatória da criança surda, filha de pais ouvintes. A escrita da

história é formulada pelo conjunto de imagens que percebe na relação com a mãe, o pai, os avós, com todos os outros que lhe ajudarão a compor as peças de sua história. Assim, a criança surda poderá se constituir psiquicamente com essas marcas da imagem sóciofamiliar da surdez que dizem mais dos processos de exclusão/inclusão sociais do que da surdez propriamente dita.

O sujeito surdo, diante disso, pode enfrentar ao longo de sua história diversas dificuldades, pois desde o seu nascimento aquilo que os constitui é negado e silenciado. O diagnóstico de surdez pode suscitar nos pais a emergência de relações libidinais mal-resolvidas. Como consequência, muitas vezes se impõe ao pequeno historiador surdo o desenvolvimento da oralização para que haja a reinserção social. A rejeição e negação parental da surdez e a oralização acabam por levar o contato tardio com a comunidade surda e a Língua de Sinais que, na maioria das vezes, é vista apenas como uma forma de comunicação ou como um meio para desenvolver a oralização, e não como uma forma de linguagem que possibilita a formação psíquica. Além disso, o contato tardio com a Libras e a recusa da família em aprender a língua aumentam a dificuldade de uma comunicação efetiva do sujeito surdo com a família e a sociedade. A isso, soma-se ainda as dificuldades escolares, a falta de intérpretes e a precariedade de inserção do surdo no mercado de trabalho. Nesse sentido, poderíamos pensar sobre a tutela que é colocada pela família, escola e instituições dado que o surdo ainda é percebido como incapaz de ter autonomia sobre sua própria vida.

O contato com a Língua de Sinais, no nosso caso Língua Brasileira de Sinais (Libras)¹ se dá, principalmente, através da comunidade surda e pode proporcionar ao sujeito surdo a possibilidade de vir-a-Ser, a tornar-Se escritor e historiador de sua própria história. Apropriar-se de uma língua é apropriar-se da escrita de si. Bisol e Sperb (2010) afirmam que Ser Surdo é reconhecer-se como alguém que não sofreu nenhuma perda e que nada lhe falta, mas sim como pertencentes a uma minoria cultural e linguística. Esse movimento de tornar-Se Surdo é dificultado pelo lugar social e psíquico que o sujeito surdo é colocado, podendo formar, assim, sintomas e um sofrimento psíquico e social. Dessa forma, pesquisar e teorizar sobre a constituição psíquica do sujeito surdo pode ser uma forma de compreender o lugar ocupado por esse sujeito para se construir subsídios para auxiliá-lo nesse movimento de (re)encontro consigo mesmo, com aquilo que o constitui desde o nascimento.

Destarte, quando se pensa a surdez dentro de uma visão psicanalítica várias questões podem ser levantadas, havendo uma espécie de contradição e provocação na associação dos termos psicanálise e surdez. Em seu cerne, a psicanálise tem como uma das principais vias de

¹ A Libras é a segunda língua oficial do país, sancionada pela lei 10.436 de 2002 (Brasil, 2002).

constituição do psiquismo a escuta da voz materna e o trabalho analítico entendido como a cura pela fala oralizada. No caso de sujeitos que nunca ouviram a voz materna desde o nascimento e o meio de comunicação se passa pela fala através do espaço visual, nos perguntamos se seria possível pensar a surdez a partir da teoria psicanalítica. Se pensarmos em uma psicanálise que se reinventa frente às demandas sociais e se propõe a escutar as singularidades das posições subjetivas, sem tentar firmar um lugar global ou prescritivo da surdez, diríamos que é, sim, possível e desejável uma psicanálise que reflita acerca dessas questões.

Não se trata, entretanto, de criar uma Psicologia da Surdez ou uma Psicanálise da Surdez, mas refletir sobre o lugar que a surdez ocupa na constituição psíquica para se ter subsídios para a formação de espaços de escuta para esses sujeitos. Para acolher esse público não é necessária uma abordagem teórica específica, mas que o psicólogo seja competente na língua do paciente, compreenda as especificidades que cerca a constituição psíquica desses sujeitos e, assim, consiga dar subsídios para o processo de elaboração do sofrimento psíquico. No mesmo sentido, as produções científicas brasileiras dentro da Psicologia e, principalmente, da psicanálise são escassas, contendo poucos artigos, teses e dissertações sobre a temática. Podemos refletir que, neste caso, a Psicologia estaria contribuindo para a manutenção dos processos de exclusão já vivenciados cotidianamente pelos surdos.

Este estudo tem o intuito de chamar a atenção dos psicólogos e psicanalistas para esse público que demanda por atendimento psicológico e, conseqüentemente, por mais espaços de acolhimento e escuta; auxiliar os psicólogos e/ou psicanalistas a compreender os aspectos psíquicos que envolvem o sofrimento apresentado por esse sujeito; e contribuir para o aumento de produção científica na área. Para tanto, nossa pesquisa teve como objetivo geral investigar o lugar que a surdez ocupa na constituição psíquica de sujeitos surdos bilaterais e profundos² devido a uma surdez congênita, e filhos de pais ouvintes. Como objetivos específicos: (a) investigar a constituição psíquica do sujeito; (b) compreender a implicação da surdez neste processo; e (c) identificar o espaço da Língua de Sinais no psiquismo dos surdos. Utilizamos como método de investigação as narrativas de histórias de vida ou entrevistas narrativas.

Como resultado dessa investigação, esta dissertação se estruturou da seguinte maneira: no Capítulo 1 “A escrita de uma história”, buscamos compreender como se constrói a história identificatória de cada sujeito, ressaltando a importância da relação com os pais e com o meio social na constituição do psiquismo. É através do discurso parental e social que a criança constrói, paulatinamente, as bases identificatórias de sua história que lhe darão suporte psíquico

² Surdez profunda é quando o sujeito apresenta alteração da capacidade de ouvir e perceber os sons acima de 91 decibéis.

na vida adulta. Ademais, destacar a relevância que a psicanálise coloca sobre a função e o percurso da voz materna na ascensão à atividade de pensar do Eu.

No Capítulo 2 “O pequeno historiador surdo”, descrevemos o percurso histórico da concepção de surdez dentro da psicologia e da psicanálise e analisamos as produções psicanalíticas que já pesquisaram sobre o tema, trazendo reflexões e experiências dos autores. Destacamos algumas pesquisas que refletem e analisam o encontro entre a voz materna e o ouvido do bebê e ressaltam que esta não seria a principal via de constituição da psique. Essas pesquisas que, no caso de crianças surdas, o aporte maior estará vinculado ao visual, ao tátil e ao olfativo. A Libras, logo, deveria ser transmitida nos primeiros anos de vida para que a ascensão da criança surda à atividade de pensar se dê de modo adequado. A Libras também auxilia o surdo na comunicação com os outros, no processo de ensino-aprendizagem e na construção de sua identidade. Assim, a surdez propriamente dita não traz especificidades ao psiquismo, mas o que ela pode representar para os pais e para a sociedade é que poderá deixar marcas significativas na escrita da história do sujeito.

O Capítulo 3 “O narrar de uma história”, discorremos sobre a crescente utilização da pesquisa (auto)biográfica no campo das Ciências Humanas e, especificamente, da Psicologia. A utilização das narrativas de histórias de vida como instrumento de pesquisa nos permite o acesso aos conteúdos psíquicos dos sujeitos a partir do contar a própria história de vida – como uma apropriação desse lugar de historiador de si mesmo. Esse exercício de rememoração da história pode possibilitar momentos de transformação e reconstrução de si, ao passo que o sujeito toma consciência dos caminhos de sua trajetória, podendo ressignificá-los. Utilizar esse método de pesquisa teve como objetivo formar espaços de escuta para esses sujeitos, assim como, possibilitar momentos de ressignificação de trajetórias de vida.

Nesse sentido, este estudo buscou desempenhar também um papel político frente à sociedade, pois possibilitou a escuta desses sujeitos que ainda são silenciados e excluídos devido à surdez. Bem como Freud realizou em sua época ao proporcionar a escuta às mulheres históricas da sociedade do final do século XIX – mulheres que eram silenciadas por somatizarem no corpo suas angústias e sofrimentos. Ao chamar a atenção da sociedade científica para esse sofrimento, Freud pôde tirar do lugar de silêncio mulheres que estavam gritando internamente. Os sujeitos surdos também estão gritando por auxílio e a Psicologia e a psicanálise se constituem como importantes ferramentas que podem auxiliá-los no processo de serem historiadores de si mesmos.

No Capítulo 4 “Histórias entrecruzadas”, investigamos o lugar que a surdez ocupa na constituição psíquica do sujeito surdo, como também o espaço da Língua de Sinais no

psiquismo a partir da análise das narrativas geradas. Utilizamos como embasamento teórico as concepções psicanalíticas, principalmente a metapsicologia criada pela psicanalista Piera Aulagnier (1923-1990). Entrevistamos cinco sujeitos surdos e quatro cuidadoras, sendo três mães e uma madrinha. A análise dos dados apontou que diante do diagnóstico de surdez, as mães do estudo apresentaram um estado psíquico de profunda dor proveniente da ferida narcísica do distanciamento entre o filho real e o fantasiado. Percebemos, por conseguinte, indícios de sinais depressivos nas mães que levaram ao exercício de uma violência secundária ou de um silenciamento e afastamento na relação com o pequeno historiador surdo. Ao encontrar com o olhar deprimido da mãe, ele pode ter se identificado com a imagem de um corpo que falha e falta, metabolizando como causa de seu funcionamento psíquico o desejo de ser em conformidade com o desejo do Outro.

Esse desejo norteou a escrita das primeiras bases identificatórias do capital representativo dos sujeitos dessa pesquisa, em que o livro de suas histórias pode ter sido composto pela sombra daquela imagem fantasiada e esperada pela família e pelo discurso sociocultural. A surdez, que os constitui desde o nascimento, foi negada e silenciada, assim como a Língua de Sinais. Percebemos a edificação de uma base psíquica simbolicamente fraca e pouco fundamentada sob a qual o Eu se ergueu, potencializando a emergência de sintomatologias. Nesse sentido, o diagnóstico de surdez deveria ter sido realizado e acompanhado por uma equipe multiprofissional para dar subsídios para a elaboração da ferida narcísica nos pais, orientar sobre a relevância da visão, tato, olfato e da Língua de Sinais como principais meios de fundação do psiquismo no surdo. Ou seja, é fundamental se pensar a Língua de Sinais para além da comunicação.

Alguns apontamentos foram escritos nas “Considerações Finais”. Essa é uma temática rica que suscita diversos questionamentos, e sem tentar encerrar as reflexões, propomos a escrita de alguns parágrafos conclusivos acerca do lugar que a surdez ocupa na constituição psíquica de sujeitos surdos. Parágrafos que convergem para uma tentativa de compreensão e formação de espaços, e escutas afinadas para os historiadores surdos em busca de sentido.

Capítulo 1

A escrita de uma história

Ao pensarmos a constituição psíquica do sujeito, a relação com os pais, ou com quem exerce essas funções, emerge como fundamental. Essa relação está permeada pelo discurso parental que envolve e marca o bebê antes mesmo de seu nascimento. Esse discurso é multifacetado, sendo formado pelas marcas da história libidinal dos pais, do contexto sociocultural e da língua, entre outros. Esses elementos compõem o campo da linguagem no qual o bebê está inserido e se constitui psiquicamente. É nesse sentido que se procura investigar, neste capítulo, como se dá a constituição psíquica do sujeito, destacando a obra da psicanalista Piera Aulagnier (1923-1990).

Aulagnier foi uma psicanalista italiana radicada na França onde desenvolveu seus conceitos metapsicológicos e psicopatológicos. Sua obra se refere a uma maneira de se pensar o psiquismo em que o corpo é parte integrante desse funcionamento. Suas discussões e teorizações ressaltaram o lugar do desejo e do discurso da mãe, primeiro representante do Outro, e do pai, primeiro representante dos outros, e sua função identificatória. Ademais, preocupou-se com a função e o percurso da voz na constituição do Eu e com os fenômenos advindos do encontro entre a voz materna e o ouvido do bebê. Para Aulagnier, o objeto-voz não se refere apenas à manifestação sonora que sai da boca dos pais, mas ao discurso parental que se apresenta pela voz-som e por outras vias, embora a falta de escuta da voz materna dificulte a inserção do sujeito em uma língua e no simbólico (Solé, 2005; Violante, 2001). Cabe ressaltar que quando utilizamos os termos *mãe e pai*, estamos nos referindo àqueles sujeitos que exercem a função materna ou paterna, e não necessariamente aos genitores.

1.1 O psiquismo e seus processos

A metapsicologia proposta por Aulagnier afirma que o aparelho psíquico funciona a partir de três modos: o originário, o primário e o secundário. Cada um desses processos revela uma atividade de representação. Aulagnier (1979) conceitua a atividade de representação fazendo equivalência com a atividade de metabolização orgânica do corpo. O psiquismo funcionaria de modo semelhante à célula que, frente a um elemento físico heterogêneo, tem a capacidade de rejeitar ou transformá-lo em um material homogêneo a ela. A psique funcionaria de forma equivalente ao metabolizar um elemento de informação heterogêneo em um elemento

homogêneo à estrutura de cada processo. Esses elementos abarcam dois conjuntos de objetos: aqueles que são necessários para o funcionamento, e aqueles que se impõem de tal modo que a psique não consegue ignorá-los.

Os três processos – originário, primário e secundário - não emergem na cena psíquica ao mesmo tempo. Eles se sucedem temporalmente e a emergência de cada um é derivada da necessidade imposta à psique de conhecer determinada propriedade do objeto exterior. Propriedade que o processo anterior não tinha a obrigação de conhecer. A entrada de um novo modo de funcionamento não resulta no desaparecimento do anterior, habitam espaços diferentes e cada um desempenha sua própria função. Entre cada processo e cada elemento de informação por ele metabolizado há uma identidade estrutural em que toda representação é inseparavelmente representação do objeto e do processo que o representa. Como também, a representação na qual o modo de funcionamento se reconhece é representação de sua própria forma de perceber o objeto exterior. Assim, os produtos das metabolizações dos elementos em cada sistema serão respectivamente: pictograma ou representação pictográfica; fantasia ou representação fantasmática; e ideias e enunciados (Aulagnier, 1979).

1.1.1 O processo originário e o pictograma

A necessidade de conhecer as propriedades dos objetos advém da existência de uma realidade extra-psíquica que impõe ao aparelho suas exigências. A psique e o espaço extra-psíquico nascem um com o outro e compartilham um estado de encontro próprio da condição de existente do sujeito. Aulagnier (1979) compreende esse espaço como aquele formado pelo corpo e pela psique dos outros, especialmente a materna. No nascimento de uma criança, a atividade psíquica reivindica duas condições: a sobrevivência do corpo e a constância de um investimento libidinal. Nessa perspectiva, para a vida somática ser preservada é necessário que o meio físico satisfaça suas necessidades. Para a vida psíquica ser preservada é preciso que o meio psíquico também respeite suas exigências e atue sobre esse lugar da realidade, já que o recém-nascido não consegue ainda ter uma influência direta neste momento (Aulagnier, 1986/2010).

Em grande parte dos encontros, é a mãe que exerce essa dupla função: ser o meio físico e psíquico para o bebê como forma de garantir sua sobrevivência. Ela também deverá ser aquela que organiza e modifica seu próprio campo psíquico para atender às exigências do bebê. A mãe desempenha o papel de modificador da realidade somato-psíquica. Ambiente físico e psíquico, logo, conterão a marca do modelo que o discurso cultural propõe sobre eles e de forma mais especial, o discurso paterno. Neste ponto, Aulagnier (1986/2010) ressalta que colocar a mãe em

um ponto de destaque não implica em desconsiderar o lugar que o pai ocupa. Desde o nascimento, a presença paterna possui papel fundamental no campo psíquico do recém-nascido. Não obstante, a mãe possui um papel nutridor ao ofertar o seio ou a mamadeira, ancorando ao bebê uma satisfação vital. A mãe é dotada desse poder de satisfazer as necessidades e, ao fazer isso, marca a psique do bebê com as primeiras experiências de prazer ou sofrimento, renunciando a existência de um mundo extra-psíquico habitado. Por isso, a função materna é privilegiada na constituição psíquica do sujeito.

Nessa perspectiva, a mãe, através do seu papel de modificadora da realidade somato-psíquica, dota o corpo do bebê de erogeneidade. Em *À guisa de introdução ao narcisismo* Freud (1914/2004a) postula que a erogeneidade se refere à atividade que emana de determinada região sensorial do corpo e envia a psique estímulos. Esse poder que os sentidos têm de afetar a psique faz com que haja a transformação de uma zona sensorial em uma zona erógena. Assim, por meio da amamentação, do toque pele a pele e dos odores exalados, o corpo do bebê se torna uma zona de obtenção de prazer. Passa-se do registro do corpo ao registro psíquico em que a partir dos encontros com os objetos serão produzidos afetos de prazer ou desprazer/sofrimento³ (Aulagnier, 1990).

Falar em prazer e sofrimento, independentemente da fonte ou do processo que o produziu, só tem sentido se aplicados em uma experiência psíquica. Aulagnier (1990) destaca que um certo tipo de excitação somática provoca o trabalho de metabolização da psique, produzindo afetos. O termo afeto “mede” o nível de intensidade do investimento que as representações psíquicas gozarão. Já os termos prazer e sofrimento se referem à qualidade da experiência psíquica que os seguem. É esse movimento que impulsiona, inicialmente, a atividade do processo originário, presente na fase inaugural da vida física e psíquica.

O originário está presente exclusivamente no funcionamento da psique por uma duração breve, mais perto do conceito de momentos do que de fase. Ele está presente no encontro inaugural da vida psíquica que se dá, em princípio, no nascimento, embora Aulagnier (1979) desloque esse momento para a primeira experiência de prazer do bebê: encontro boca-seio. Dessa maneira, a atividade do originário é coextensiva à atividade sensorial, sendo o corpo materno o primeiro dispensador dos objetos estimuladores. A excitação das superfícies do corpo determina um encontro entre o órgão sensorial e o objeto exterior. É este funcionamento do modelo sensorial que o processo originário retoma em seu trabalho. O corpo é a base necessária à vida psíquica. É ele que fornece os moldes somáticos dos quais a atividade de representação

³ Aulagnier em sua obra utiliza os termos desprazer e sofrimento como sinônimos, embora dê preferência ao termo sofrimento.

se apropria e um espaço que comprova, irredutivelmente, ao aparelho a existência de um meio extra-psíquico. Através desse espaço, a psique encontra seu poder de ver, provar, ouvir e de tocar.

Esses encontros entre os órgãos sensoriais e os objetos exteriores se dão a partir de uma zona-função e um objeto complementar. Por exemplo, a boca seria a zona função e o seio o objeto que complementa essa zona, produzindo afetos de prazer ou sofrimento. Aulagnier nomeia esse processo de objeto-zona complementar. Nesse sentido, o objeto só será representado pelo seu poder de alterar a resposta sensorial e, a partir dessa mesma via, de agir sobre a psique. No originário, pelo fato da psique ser incipiente e não admitir ainda a existência de um espaço extra-psíquico, as representações dos encontros serão percebidas pela psique como auto-engendradas. Nessa fase da vida, o bebê ainda não consegue realizar a distinção dos corpos e tudo é sentido como uma continuidade de si mesmo. Assim, o reflexo da imagem da própria psique. Por essa característica de auto-engendramento, Aulagnier (1986/2010) levanta a primeira constatação desse processo: “nas construções do originário, os efeitos do encontro ocupam o lugar do encontro” (p. 33).

Uma segunda constatação levantada por Aulagnier foi a de que: “antes que o olhar se encontre com um outro (ou com uma mãe), a psique se encontra e se reflete nos sinais de vida que seu próprio corpo emite” (1986/2010, p.34). Nesse processo, há a presença do *fenômeno de especularização* em que toda representação formulada é reflexo da própria imagem da psique. Esta encontra o ambiente extra-psíquico como um fragmento de superfície especular. Por isso que os produtos das metabolizações do originário foram denominados como pictogramas. São imagens auto-engendradas por sua atividade. Por exemplo, a primeira orelha psíquica não capta sons nem significações, apenas capta variações de suas próprias vivências, como também os afetos daí produzidos. Destarte, o originário é “condenado a representar” (Aulagnier, 1979, p. 63) as vivências dos encontros como resultados de sua própria criação. Este é o postulado que rege o originário.

As várias experiências vividas pelo bebê seja de prazer ou sofrimento, envolvendo qualquer que seja o objeto-zona complementar e a causa endógena ou exógena serão metabolizadas pelo psiquismo. Metabolizada em uma representação em que há o ato de apropriar-se, unir-se ao seu complemento – prazer – ou em uma representação em que há o ato de rejeitar, dilacerar – sofrimento. No primeiro ato ocorre o investimento na atividade de representação e no seu produto, e no outro a psique vê na representação e no produto a causa de seu sofrimento. O visto, o escutado, o experimentado serão percebidos como fonte de prazer auto-engendrada pela psique ou como fonte de sofrimento que implica na rejeição e

automutilação da psique em relação à essa representação odiada. O funcionamento do originário se dá, portanto, nesse movimento de apropriação e rejeição das representações advindas dos encontros com o meio extra-psíquico (Aulagnier, 1979).

Uma terceira constatação é debatida por Aulagnier, a de que: “esse prazer ou esse sofrimento, que a psique se apresenta como auto-engendrados, são ‘o existente psíquico’ que antecipa e prenuncia o objeto-mãe” (1986/2010, p. 33). Nessa fase da vida, a experiência corporal ocupa o espaço que a mãe ocupará no decorrer da maturação psíquica. Para um Eu antecipado há uma mãe antecipada. O Eu só surgirá como instância psíquica com a entrada do processo secundário, embora já exista um Eu antecipado e historicizado pelo casal parental, afirma Aulagnier (1979). Antes do nascimento, a criança é pré-enunciada e pré-investida pela libido dos pais e ao nascer, já está circundada pela história libidinal dos pais através da qual construirá sua própria história. Dessa forma, na experiência com a superfície do corpo há o início da relação mãe-bebê que, posteriormente, o sujeito descobrirá e investirá.

Nesse momento de experiências estreitas com o corpo, há a construção também de uma representação psíquica que auxilia o psiquismo no processo de maturação física e psíquica da criança: o Eu-pele, conceito cunhado pelo psicanalista francês Didier Anzieu (1989). O autor ressalta que, antes da consolidação do Eu como uma instância forte e mediadora, surge uma representação que abarca os processos psíquicos advindos de excitações corporais. Para compreender tal processo, Anzieu cunha o termo Eu-pele para designar essa “representação de que se serve o Eu da criança durante fases precoces de seu desenvolvimento para se representar a si mesma como Eu que contém os conteúdos psíquicos, a partir de sua experiência da superfície do corpo” (p. 44). A formação do Eu-pele ocorre pela necessidade da criança em ter um envelope narcísico que possa garantir o desenvolvimento saudável do aparato psíquico. Esse envelope é investido narcisicamente pela mãe quando satisfaz e interpreta as necessidades corporais e psíquicas do bebê.

A mãe circundaria a criança a partir de seu próprio envelope externo já constituído, mas com maleabilidade para que se tenha um espaço entre os envelopes. Isso é necessário para que o envelope da criança se desenvolva e consiga emitir mensagens sobre a superfície do corpo. Dessa forma, possibilita-se a formação de um Eu individualizado com características próprias do sujeito. Se, ao contrário, o envelope externo do adulto se prende muito à pele do bebê, o seu Eu irá se formar fundido a outro Eu o que irá quebrar o processo de individualização, além de deixá-lo sufocado. Pensando a partir disso, Anzieu afirma que o Eu-pele possui nove funções no aparelho psíquico que se estabelecem sobre atividades orgânicas da pele: *manutenção, continente, para-excitação, individuação, inter-sensorialidade, superfície de sustentação da*

excitação sexual, recarga libidinal, inscrição dos traços e autodestruição.

Como primeira função do Eu-pele, a *manutenção* do aparelho psíquico acontece a partir do modo como o outro envolve e segura o corpo do bebê com as mãos. Essa função está ligada à identificação primária com o outro que mantém o corpo do bebê como uma unidade. A função de *continente* abarca, contém e assegura o funcionamento do aparato psíquico. Essa função se estabelece por meio dos cuidados com o corpo do bebê e de como a mãe responde às suas necessidades físicas e emocionais. A terceira função é a de *para-excitação* contra excitações excessivas que possam invadir o psiquismo. A quarta função destacada por Anzieu é a de *individuação* tornando cada sujeito um ser único. Outra função do Eu-pele seria o envolvimento da superfície de todo o psiquismo unindo as sensações corporais entre si – a *inter-sensorialidade*.

Anzieu ressalta, ainda, que durante os cuidados diários com o bebê, o contato pele a pele com a mãe promove o início do autoerotismo, já que a pele é a base para o prazer sexual. Dessa maneira, o Eu-pele tem a função de *superfície de sustentação da excitação sexual*, pois captura todo o investimento libidinal que ocorre em sua superfície e também de *recarga libidinal* do aparelho psíquico. Além disso, a pele fornece e exerce uma função de *inscrição dos traços* sensoriais a partir do modo como a mãe apresenta os objetos para o bebê. A última função do Eu-pele é aquela que visa sua *autodestruição*, uma *anti-função* que existe no Eu-pele devido à pulsão de autodestruição ser inerente ao aparelho psíquico. Assim, o corpo tem a capacidade de provocar sua autodestruição como vemos, por exemplo, na existência das doenças autoimunes e nas incompatibilidades na doação de órgãos. É neste mesmo sentido que Anzieu afirma que o Eu-pele pode se autodestruir quando recebe ataques inconscientes advindos de partes do aparelho psíquico fundidas à pulsão de autodestruição. Esses ataques podem modificar o Eu-pele e suas funções, tornando-o tóxico e desagregador.

Anzieu também discute a existência de envelopes sonoro, térmico e olfativo na constituição do psiquismo. Em relação ao sonoro, a mãe e o bebê estão conectados por um sistema audiofônico importante para a manifestação das emoções. O espaço sonoro, de acordo com o autor, é o primeiro espaço psíquico, pois o bebê é inundado, desde o nascimento, por ruídos exteriores e interiores. Haveria, para tanto, um *espelho sonoro* ou uma *pele auditivo-fônica* que envolve e ajuda o bebê no processo de significação e de simbolização dos sinais sonoros. Anzieu refere que o *espelho sonoro* é o banho melódico que a mãe envolve a criança a partir de sua voz e das músicas cantadas do qual o bebê se vale por seus choros, balbucios até articular os fonemas da língua. Assim, a criança vai constituindo uma imagem de si, reforçando o seu Eu e desenvolvendo as habilidades fonêmicas.

O terceiro envelope destacado por Anzieu, o térmico, se desdobra em dois: o envelope de frio e o de calor. O de calor envolve o Eu-pele, dando ao bebê uma segurança narcísica e a possibilidade de ter trocas calorosas com o outro. O de frio tem como objetivo dar uma proteção maior para o bebê no sentido de ser mais fechado e voltado para si, mantendo o outro à distância. Anzieu ressalta que essa oposição entre calor e frio é importante na constituição do Eu-pele, pois permite que a criança se adapte às mudanças da realidade externa de aproximação e afastamento. O quarto envelope seria o envelope olfativo, constituído pelas percepções de odores advindos das secreções do próprio corpo e do corpo do outro, como por exemplo, o suor e os odores dos orifícios genitais e anais. Esses odores formam um envelope olfativo que envolve e significa o Eu-pele, marcando-o de registros olfativos que ligam o bebê ao outro, formando uma pele comum.

A formação desses envelopes, portanto, é importante no desenvolvimento da criança, pois apoia a instauração do Eu-pele que é uma representação significativa para o psiquismo. Esta representação atende a necessidade de formação de um envelope narcísico que é essencial nas fases precoces de desenvolvimento do aparelho psíquico, além de assegurar a confirmação e a constância de um bem-estar basal.

Essa relação estreita com as zonas sensoriais faz com que a partir da primeira experiência de prazer, o prazer ou sofrimento sentido em uma zona seja conjuntamente sentido na totalidade das zonas. Aulagnier (1979) exemplifica ao afirmar que a amamentação é acompanhada de várias outras percepções ligadas a diferentes órgãos do sentido, como o toque e o odor. Por outro lado, destacou que a zona auditiva tem uma posição hierárquica frente as outras zonas, pois o ouvido não possui a capacidade de ser fechado, como os olhos e a boca nem de exercer o afastamento tátil diante dos estímulos. A cavidade auditiva é um orifício que sempre estará receptivo aos estímulos sonoros. Por esse motivo, a zona função auditiva e o objeto complementar voz tem o poder de integrar os afetos produzidos em outras zonas erógenas. O afeto produzido no encontro boca-seio, por exemplo, será sempre acompanhado de um afeto produzido na zona auditiva.

Devido a essa capacidade de sincronização dos afetos, o ouvido e o objeto-voz terão um ponto fundamental dentro da metapsicologia proposta. Para Aulagnier (1979), a ascensão à atividade de pensar e a construção do Eu como instância psíquica forte e mediadora só é possível pela passagem do prazer de ouvir ao desejo de escutar, e deste ao desejo de entender o que a voz do Outro enuncia. O Outro, de acordo com uma perspectiva lacaniana da qual Aulagnier se baseia, remete à linguagem que determina o sujeito antes mesmo de seu nascimento. O bebê, ao nascer, já vem marcado por um discurso em que estão inscritas as

fantasias dos pais, a cultura, a língua, a classe social e aspectos socioculturais da época. Sendo assim, a via de transmissão desse discurso não se dá somente pela voz-som. Todos esses aspectos registram o campo do Outro (Jorge & Ferreira, 2011; Solé, 2005).

No processo originário, o prazer de ouvir está relacionado a metabolização das ondas sonoras advindas do encontro tímpano-seio-sonoro. Esse som emitido, seja pelo emissor, pelo bebê ou pelo exterior, retorna ao ouvido do bebê como uma produção que o discurso lhe devolve. Assim, o prazer de ouvir é o primeiro investimento da linguagem, a primeira forma de perceber o escutado em que há um prazer pela pura audibilidade do som, pois ainda não há, nesse momento, referência a um signo linguístico. Mas também, o prazer de ouvir se constitui como único precursor para a segunda forma de perceber o escutado: desejo de escutar, presente no processo primário (Aulagnier, 1979).

1.1.2 O processo primário e a fantasia

O funcionamento do processo primário ocorre quando o bebê percebe que há a presença de dois espaços corporais e psíquicos distintos – mãe e bebê. Ele reconhece a existência de um outro corpo do qual depende seu prazer. Dessa maneira, a psique é destituída do seu poder de auto-engendramento. Isso ocorre principalmente através das experiências de ausência e retorno da mãe. Os produtos das metabolizações, denominados de fantasias ou representações fantasmáticas, constituir-se-ão como a representação de dois espaços, embora estejam submetidos à onipotência do desejo de um só: do Outro. Todo efeito produzido nos encontros será atribuído ao desejo do Outro, postulado que rege o primário. Assim, o prazer sentido nesse processo se referirá ao desejo do Outro de reunir os espaços separados e o sofrimento como resultado do seu efeito de rejeitar. Esta é a base encontrada em toda fantasia forjada no primário (Aulagnier, 1979).

Para a psique, quando há prazer ou sofrimento, a causa será um desejo supostamente atribuído ao Outro. Desejo que tem como objetivo o prazer ou sofrimento da psique. Assim, a existência e o poder dos desejos é a única via lógica para o processo primário que permite localizar a existência de um Outro, depois de outros e, por conseguinte, de uma realidade. A partir disso, o aparelho consegue elaborar uma reciprocidade entre dois desejos e se reconhecer como produtora de uma atividade desejante (Aulagnier, 1979).

Material também presente nas fantasias é a imagem de coisa. Aulagnier (1979) define imagem de coisa no mesmo sentido que Freud concebeu o termo representação de coisa. Freud, em *O Inconsciente* (1915/2006a), afirma que a representação de coisa é um conjunto associativo composto pelas propriedades acústicas, visuais, táteis, cinestésicas e outras do objeto exterior.

Essas propriedades advêm das impressões sensoriais e compõem a imagem da “coisa”. Freud ressalta que, por advir dos órgãos dos sentidos, há a possibilidade de existir novas impressões a serem inseridas no conjunto associativo já formado. Por isso a representação de coisa é tomada como uma cadeia associativa aberta necessária para a ascensão à representação de palavra. Aulagnier (1979) ainda afirma que independentemente da “coisa” na qual o primário se representa por meio da imagem, esta será também a representação da relação que une as zonas erógenas do corpo. Em toda fantasmaticização estará expresso a fantasia do próprio espaço corporal.

Nesse sentido, com a entrada do primário, todo ruído se torna sinônimo de um elemento de informação sobre a presença ou ausência do objeto-voz materno. Nesse processo, a voz se torna a propriedade sonora do seio que sinaliza o desejo materno, independentemente se a zona auditiva experimentou prazer ou sofrimento. O seio é compreendido como o representante metonímico da mãe e do mundo e desse modo, de todos os objetos produtores de prazer. O desejo da mãe em produzir prazer em determinada zona erógena da criança, significa que ela deseja o prazer global das zonas. Isso só é possível pelo reconhecimento do seio como objeto separado em que este reconhecimento é importante para que seja estabelecido os dois polos de uma dialética desejo-prazer (Aulagnier, 1979).

No processo primário, o escutado é percebido não mais pelo prazer da pura audibilidade do som, mas pelo prazer relacionado ao signo que a voz do Outro representa. O objeto-voz será investido ou rejeitado dependendo do que o primário forja sobre o desejo do Outro, ou seja, ao sentido que a criança imputa ao desejo do Outro. O prazer de ouvir, logo, cede o lugar ao desejo de escutar o que a voz enuncia sobre o desejo do casal parental em ter filhos e o desejo por aquela criança. É dessa forma que Aulagnier (1979) considera a voz como “objeto do qual não se pode escapar e como objeto que não pode faltar” (p. 93).

Além da presença dessa dialética desejo-prazer, há a necessidade de abordar a dialética desejo-demanda que representa a identificação primária da psique. Conforme Aulagnier (1990), o termo demanda sugere a apresentação de três espaços: um demandante, um objeto demandado e um respondente (a mãe). A demanda, portanto, define as posições que ligam entre si dois sujeitos a partir da mediação do objeto. Nessa perspectiva, as experiências que o bebê tem no encontro com o meio extra-psíquico, como no seio sugado, na imposição da ausência e nas trocas de odores, permitem ao bebê, posteriormente, a nomeação dos objetos demandados. Como também, a identificação com as percepções coextensivas à resposta. A identificação primária sugere a presença de uma mãe que deseja e de um bebê que demanda: “a mãe deseja que o *infans* demande” e “o *infans* demanda que a mãe deseje” (p.197).

Para a mãe, qualquer manifestação do bebê será interpretada por ela como uma mensagem da qual ela é a destinatária e única capaz de responder. Ser a detentora do seio não a designa apenas como aquela que alimenta, mas como a dispensadora de amor e de vida. Essa interpretação está ligada aos modelos do seu próprio desejo. Já a demanda do bebê tem como objetivo o desejo da mãe, ou seja, ser resposta em conformidade com o desejo do Outro. A demanda formulada pelo bebê, logo, é desde sua origem, uma demanda de libido. O bebê demanda que a mãe o deseje, oferecendo-se como resposta ao desejo. Nesse movimento, o bebê institui esse desejo como a causa do seu próprio desejo, metabolizando essa causa como própria do seu funcionamento psíquico. Aulagnier destaca que esse primeiro traço inconsciente do desejo do Outro que o bebê introjeta é o que dará o estatuto de desejante. Destarte, é nesse lugar do Outro que o bebê conseguirá nomear os primeiros objetos de desejo, formulando as primeiras significações da qual seu capital representativo disporá (Aulagnier, 1990).

O segundo tempo da dialética identificatória é a identificação especular em que mãe e bebê se encontram e compartilham um olhar e um visto identificado. Através desse encontro será possível que o bebê consiga referir seu corpo, seu Eu-corporal como diferenciado de outro objeto do mundo. Há a percepção da separação da mãe e do ser diferente do seio. O bebê ao mover e encontrar o olhar materno na imagem especular, insere o prazer experimentado na ordem relacional. Por outro lado, também ocorre a construção de uma identidade entre desejante e desejado, inscrevendo no psiquismo as identificações decorrentes das imagens especulares do encontro entre o olhar e o visto. A partir disso, o bebê é capaz de investir libidinalmente nos objetos exteriores – libido do objeto – e em si próprio enquanto resultado de suas identificações – libido narcísica (Aulagnier, 1990).

Por meio desses processos identificatórios e do reconhecimento da existência de um espaço extra-psíquico, ocorre a entrada em cena de um funcionamento denominado por Aulagnier (1979) como primário-secundário. Esse processo intermediário que anuncia a formação do Eu como instância psíquica é necessário, pois a mudança definitiva de finalidade da psique só acontece se a nova finalidade garantir uma melhor maneira de obter prazer. Ao apresentar a melhor finalidade, o psiquismo é obrigado a reorganizar sua forma de representar sua relação consigo mesmo e com o mundo. Constitui-se, logo, como representações ideativas ou de pensamentos que possuem a qualidade do consciente e do dizível, embora continuem regidos pelo postulado do processo primário.

No primário-secundário ainda há o investimento libidinal no escutar o que a voz do Outro enuncia, continuando separado da busca da significação. O sentido libidinal ainda prevalece sobre a significação linguística. Não obstante, o sentido libidinal abre espaço para o

signo linguístico, forçando a psique ao reconhecimento da existência dessa significação e que ela faz parte do discurso da mãe: “antes de formular a questão ‘O que diz ela?’ ou ‘Que significado tem o que ela diz?’, surge um ‘Por que ela diz?’, ‘O que quer dizer a oferta ou a recusa de sua palavra?’” (Aulagnier, 1979, p. 97). Assim, inicia-se as metabolizações da imagem de coisa em imagem de palavra. Esta confere às imagens de coisa unidade e significado. Freud (1915/2006a) afirma que a representação de palavra é uma cadeia associativa complexa e fechada em que se vincula à representação de coisa através, principalmente, da imagem sonora, concedendo significado à “coisa”. Já em *O Eu e o Id* (1923/2007) Freud complementa que as imagens visuais e motoras da palavra têm papel auxiliar na formulação da representação de palavra. No caso de sujeitos surdos, entretanto, elas têm papel principal.

No mesmo sentido do funcionamento do primário-secundário, Aulagnier (1979) afirma que no processo primário já há a presença do princípio de realidade, mesmo antes da entrada do processo secundário. Freud postula nos textos *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico* (1911/2004b) e em *Além do princípio de prazer* (1920/2006b) sobre esses dois princípios que organizam e regulam o funcionamento psíquico: princípio de prazer e de realidade. O princípio de prazer domina a fase inicial da vida psíquica, exigindo prazer através da descarga pulsional e evitando o desprazer. Compreende-se que o organismo, nesse início da vida, está sempre em busca de satisfação imediata. Os processos primários são os únicos vigentes e sob os quais o princípio de prazer exerce sua soberania. Nesse momento, os processos que regem o funcionamento psíquico do bebê apenas buscam, de qualquer maneira, a satisfação. Por isso que são primários, não levam em consideração o mundo externo para a realização da satisfação.

Quando, por exemplo, o bebê se alimentou pela primeira vez no seio materno tendo sua experiência primária de satisfação, estabeleceram-se vias no aparelho correspondentes à percepção do objeto e da descarga de energia. A satisfação ficou ligada à imagem do objeto e da descarga. A partir do momento que a necessidade impõe novamente a sua satisfação, essas imagens são reinvestidas produzindo uma percepção semelhante à original, gerando uma alucinação do objeto. Haveria, por conseguinte, uma frustração, pois a satisfação não foi a esperada. Nesse sentido, quando o seio materno está ausente, o bebê busca a satisfação chupando a mão ou o pé, alucinando o objeto desejado/primordial (Garcia-Roza, 1991).

Essa frustração da satisfação, de acordo com Freud (1911/2004b; 1920/2006b), é importante para que a alucinação seja abandonada e a realidade externa passe a ser o caminho para a busca de satisfação. Com isso, ocorre a entrada gradativa do princípio de realidade, essencial para a sobrevivência do bebê, pois considera o ambiente para a realização da

satisfação e insere os processos secundários. Inibem os processos primários para que as cargas operem de acordo com a realidade, além de orientar a busca dos objetos de satisfação. Assim, quando acontece a entrada do princípio de realidade, o bebê começa a perceber que para se satisfazer ele precisa de outra pessoa que nem sempre está presente. O bebê percebe que sua necessidade não pode ser satisfeita imediatamente e, portanto, aprende a postergar o seu prazer de acordo com a realidade externa.

Freud (1911/2004b; 1913/1996a) denomina esse período, em que as energias pulsionais estão voltadas para a satisfação dos desejos do próprio corpo, como autoerotismo. Nessa fase, o bebê apenas deseja obter prazer e desvencilhar-se do desprazer, predominando o Eu-prazer. Com a entrada do princípio de realidade, as energias pulsionais que eram voltadas para o próprio corpo, voltam-se para o exterior na busca dos objetos de satisfação. O Eu-realidade passa a vigorar na vida psíquica, demonstrando que o prazer autoerótico – momentâneo e relativo – precisava ser abandonado para assegurar um prazer garantido por meio de outras vias.

1.1.3 O processo secundário e as ideias e enunciados

A partir dessas formulações de Freud, Aulagnier (1979) elabora alguns desdobramentos teóricos para se compreender a dialética entre os dois princípios do funcionamento psíquico. Para tanto, ela afirmou que a presença exclusiva do princípio de prazer está no processo originário – anterior ao processo primário – e com a entrada do processo primário gradativamente o princípio de realidade vai emergindo. O reconhecimento da existência de espaços extra-psíquicos precede a entrada do processo secundário. Infere-se, assim, que o princípio de prazer e o de realidade estão presentes, em graus de intensidade diferentes, no primário desde o início. O de realidade institui, aos poucos, a alteridade no bebê, e o de prazer a função de remodelar o meio extra-psíquico para que esteja adequado à representação que o primário forja do mundo. A presença do princípio de realidade no processo primário ratifica a precocidade do papel de prótese que a psique e o discurso materno exercem sobre a criança. Essa prótese antecipa o Eu, organizando o espaço para sua constituição.

A necessidade de mudança da organização psíquica feita por esse contato com os espaços extra-psíquicos, permite que a psique se torne habitada para o Eu. Inicia-se, desse modo, o processo de significação do discurso materno. Significação que se constitui como trabalho do Eu. Esta instância, logo, se distancia dos processos que o precedem, reduzindo as produções do primário ainda presentes nas atividades do secundário. Reduz-se, porém não se anula. As metabolizações do primário serão cada vez mais reduzidas porque o secundário não permitirá uma representação heterogênea a estrutura de seu processo, embora jamais consiga

excluí-las definitivamente. Assim como acontece com as produções do originário, todo o capital representativo do sujeito formado pelas metabolizações de cada processo, coexistirão. Tem-se, por conseguinte, a entrada em cena do processo secundário e a formação do Eu como instância psíquica (Aulagnier, 1979).

Podemos situar, agora, a constituição de instâncias psíquicas fundamentais para a psique da criança: o Eu-ideal e o Ideal de Eu. A diferenciação entre o que é sujeito e o que é objeto ocorre através de uma mudança da libido em direção à construção de ideais no Eu. Inicialmente, há a formação de um Eu-ideal a partir do investimento libidinal dos pais e do narcisismo primário do bebê. Freud (1914/2004a) afirma que no narcisismo primário a energia pulsional está voltada para o Eu e todo o investimento libidinal do mundo externo é sentido como interno. O Eu é o objeto de investimento da pulsão. De acordo com Lazzarini (2006), quando a criança recolhe toda a libido para si, isso não significa que há uma ausência total de relações com os objetos externos, mas como um princípio de contato inicial que garante as relações objetais posteriores. Nesse sentido, o narcisismo primário se caracteriza por ser uma primeira forma de contato com o mundo em que há uma interdependência entre mãe e bebê. Essa relação simbiótica é necessária, pois é o olhar desse outro que estrutura e organiza a imagem corporal da criança lhe devolvendo uma imagem e assim, formando e diferenciando o Eu do outro.

O Eu-ideal representa o desejo do bebê de onipotência e de continuar a relação simbiótica com a mãe. É uma imagem ideal do próprio Eu em que o bebê se percebe como o centro de todo o investimento libidinal, como uma totalidade. Não há ainda o investimento do bebê nos objetos externos. Ademais, é estruturante no desenvolvimento da criança, pois possibilita a construção de uma imagem unificada de si. Baseando-se na maneira como os pais cuidam, olham, falam e fantasiam, o Eu da criança se torna o seu próprio ideal. Não obstante, com a entrada da Lei e dos limites impostos pelo discurso cultural, o Eu vai se frustrando da ideia de totalidade e se reorganizando. Neste momento, a criança percebe que não é onipotente e que precisa do outro para se satisfazer. O mundo externo começa a ter importância e relevância para o funcionamento psíquico. O Eu deixa de ser o ideal e passa a ter um Ideal de Eu. Com isso, o Ideal de Eu inscreve a dimensão da alteridade auxiliando a criança a lidar com o desejo do Outro, como ressaltam Lazzarini (2006) e Lima (2013).

Desse modo, o Ideal de Eu se constitui como o herdeiro do narcisismo primário e do discurso cultural em que, no primeiro momento o Ideal de Eu é transmitido pelos pais. Aqui, temos a influência do narcisismo abandonado dos pais que engendra uma imagem de perfeição na criança. No segundo momento, é transmitido pelos educadores e por outras pessoas do meio social (Freud, 1914/2004a). Assim, Lazzarini (2006) e Lima (2013) afirmam que esse ideal

seria o que o sujeito vê diante de si como seu ideal a ser conquistado, almejando-o, embora sem conseguir alcançá-lo totalmente, como se fosse uma eterna promessa para o futuro. Mas também, representa e registra o sujeito na cultura e na sociedade:

o ideal do eu é instrumento de socialização do sujeito na medida em que representa o seu desejo de retornar a um estado onipotente que foi perdido mediante a aquisição dos valores culturais adquiridos no processo de identificação com o objeto. O ideal do eu contém os interesses do indivíduo voltados para o mundo externo. Quanto mais o ideal do eu se insere na cultura mais se expande para os interesses culturais tornando-se o meio pelo qual os indivíduos de uma determinada cultura vão se relacionar (Lazzarini, 2006, p. 104).

Percebemos que o Eu ao surgir na cena psíquica é condenado a pensar seu próprio corpo, seu estatuto de desejante e a pensar as exigências que o mundo externo lhe impõe, as quais precisa aceitar para que não ocorra o desinvestimento definitivo. Opõe-se a tudo que possa ameaçar o desaparecimento de suas representações psíquicas: as ideias e os enunciados. O postulado que rege o processo secundário, assim, é metabolizar os encontros vividos em uma causa inteligível. Sem estas metabolizações, corpo, objetos e realidade não teriam existência para ele nem fariam parte de seu pensável e investível. As representações e as referências identificatórias formam seu capital representativo que apoiará o sujeito ao longo da vida. Nesse momento, há a passagem do desejo de escutar ao desejo de entender o que a voz enuncia. Desejo de significar o discurso materno, introduzindo os signos linguísticos. Prazer de ouvir, desejo de escutar e desejo de entender formam o caminho psíquico de ascensão à atividade de pensar e, por conseguinte, de simbolização dos espaços, afirma Aulagnier (1979; 1990).

Aulagnier (1990) destaca que a autonomia da atividade de pensar é condição vital para o funcionamento do Eu. Preservar o direito de criar e escolher os pensamentos que se quer, ou não, comunicar é uma necessidade evidente para todos os sujeitos. Isso implica que deve coexistir, no funcionamento psíquico, o desejo de comunicar seus pensamentos e a possibilidade de criar e esconder pensamentos. Esse processo tem como objetivo confirmar ao Eu a autonomia de sua função pensante que apenas ele pode assegurar. O direito ao segredo, ou seja, não desejar que o Outro tenha conhecimento de determinados pensamentos representa para o Eu a condição essencial para motivar e justificar o investimento na atividade de simbolização dos espaços, assim como nas representações produzidas. A necessidade do segredo é uma autoconfirmação que o sujeito se dá como forma de garantir o direito de prazer do Eu sobre sua própria atividade de pensar.

O pensar secretamente, todavia, precisa ter sido uma atividade autorizada e fonte de prazer para o sujeito. Quando o Eu apenas pensa pensamentos impostos pelo Outro, surgem

dificuldades na obtenção de prazer pelo Eu, e podem gerar um silenciamento gradativo da atividade de pensar. O pensar, o duvidar e o verificar os pensamentos fazem parte do trabalho do Eu e são exigências que ele precisa cumprir para conviver em sociedade. Mas também, não podem ser interditados. É necessário que ele tenha momentos de criar pensamentos cuja única meta seria o ganho de prazer pela atividade de pensar em si mesma. Aulagnier (1990) reitera que é no registro do pensar que se travará uma batalha decisiva entre mãe e filho - a aceitação ou a recusa da mãe em reconhecer a autonomia, a diferença e a singularidade do filho. A autora afirma que: “uma das condições de um tal prazer é que o Eu tenha a segurança de lhe estar garantida uma parte de liberdade não alienável ao prazer, ao desejo, ao discurso, à teoria de nenhum outro” (p. 279).

Winnicott (1983), em seus trabalhos, ressalta que a capacidade para estar só é um indício do amadurecimento do desenvolvimento emocional. A expressão “eu estou só” (p. 34) parte, inicialmente, do “eu sou” (p.35). Esse movimento ocorre a partir do processo de identificação entre mãe e bebê em que o bebê vai se constituindo como uma unidade, o Eu se integra e o espaço interno se torna possível. Posteriormente, em decorrência do “eu sou”, surge a expressão “estar só” (p.35) que Winnicott se refere à capacidade de a criança ter prazer em estar só na presença da mãe. Esse processo é possibilitado quando a mãe reconhece e legitima a autonomia de pensar do filho. Assim, mesmo na presença de alguém, a criança descobre que tem um espaço psíquico próprio que escapa à alienação do pensamento do outro. Winnicott destaca que a capacidade para estar só se fundamenta na experiência de estar só na presença de outro, e que quando essa experiência não se torna suficiente, a capacidade de ficar só não pode se desenvolver.

Quando a capacidade de estar só não se desenvolve, pode gerar sofrimento ao Eu. Não obstante, a realidade das necessidades narcisistas, do corpo e das condições do meio físico e psíquico serão, inevitavelmente, fontes de sofrimento ao Eu. Freud em *O mal-estar na civilização* (1930[1929]/1996b) afirma que o sofrimento ameaça o sujeito através de três fontes: o corpo, o mundo externo e os relacionamentos interpessoais. O corpo está exposto a uma variedade de acontecimentos que podem acometê-lo e provocar sofrimento, como também está sentenciado à decadência orgânica com o passar do tempo. O mundo externo, dotado de leis e regras sociais, impõe ao psiquismo as formas para obtenção de prazer e, assim, exerce forte pressão sobre o sujeito. Os relacionamentos interpessoais, é a fonte mais penosa de sofrimento, segundo Freud. O ser humano, quando se relaciona, se torna indefeso, pois receia perder, em algum momento, seu objeto amado.

Aulagnier (1990) ainda ressalta que existe certa quantidade de provas que atestam à psique a presença do sofrimento: o corpo que não está protegido completamente de acidentes que podem atingi-lo; o desinvestimento definitivo da morte que ameaça privar a criança do suporte de seus investimentos; a autonomia do desejo do outro que também pode privá-la; e o âmbito social que só é preservado se os sujeitos internalizarem alguns interditos. O sofrimento, todavia, é a evidência necessária do investimento, mesmo que seja conflituoso para o Eu admitir sua presença. É através do sofrimento que o Eu continua investindo nos outros, no corpo e na realidade social, pois dessa maneira, ele mantém sua esperança na obtenção de prazer nos objetos. Por isso que o Eu é *condenado a investir*.

Aulagnier (1989) aponta que as representações pictográficas e fantasmáticas podem ser metabolizadas pelo Eu em ideias, sendo que algumas formarão a memória que o Eu conservará de seu passado. Seja o mundo interno ou externo, há a presença de um antes que se impõe, podendo ser aliado ou adversário ao Eu. Ele só consegue pensar o antes de sua existência devido a um discurso, a uma voz que o pré-investiu e o pré-anunciou. O próprio discurso materno sobre as histórias de como foi o período de bebê – o amamentar, o temperamento, o engatinhar etc. – torna possível para o Eu pensar esse tempo anterior e ainda provar o desejo da mãe para com ele. Assim, além de pegar emprestado da mãe os primeiros enunciados identificantes, pegará de seu discurso os dados necessários para escrever as primeiras versões de sua história.

A criança ou o pequeno historiador, como Aulagnier (1989) a nomeia, escreverá o primeiro capítulo de sua história baseado nesses momentos anteriores experienciados com a mãe. Como também, poderá conter cicatrizes e feridas. A versão desse período anterior, dada pela mãe, é uma história verdadeira e inventada, como uma fábula, ressalta a autora, mas é essencial na constituição psíquica da criança. O Eu não consegue autocriar o primeiro capítulo, necessita do outro para isso. Através da significação dessas histórias será possível ao Eu identificar o desejo do casal parental pelo nascimento e os projetos formulados para aquela criança. Quando a mãe não deseja relatar a criança esse período, há um silêncio que remete a ordem de uma estranha escrita e estranha memória das inscrições de seu corpo. Percebemos pois, que a transformação de um tempo físico vivido em tempo psíquico se dá na ordem do desejo:

o que é o nosso passado próximo e distante senão a história reconstruída do desfile desses objetos que mantém viva na nossa memória a lembrança dos prazeres perdidos? Essa intrincação entre os fios do tempo e os fios do desejo, graças à qual o eu pode ter acesso à temporalidade, só é possível se se der desde o

princípio, a origem da história tem que coincidir com a origem da história do desejo (p. 221).

O Eu pode ser, portanto, uma instância formada pelo discurso e nasce em um *espaço falante* que se constitui como o meio familiar da criança. A família é, em um primeiro momento, o representante metonímico do campo social, e que só serão diferenciados quando a criança ascender à atividade de pensar. Assim, a família é peça fundamental para a organização do espaço extra-psíquico por onde a criança construirá sua história. A maneira como se organizam as forças libidinais e suas ações sobre a psique da criança trará reflexos na constituição psíquica desse novo historiador do campo social. Para refletir mais sobre esses aspectos, Aulagnier (1979) elabora importantes formulações teóricas.

1.2 O espaço falante

Aulagnier (1979) elabora os conceitos de sombra-falada e porta-voz como sendo os principais conceitos que organizam o espaço psíquico familiar. A sombra falada se refere a um discurso que precede o nascimento do bebê. Durante a gestação, o casal parental cria uma imagem falada sobre como será o corpo do bebê, baseado em seu desejo e suas fantasias. Cria-se uma imagem de uma criança maravilhosa, encantando-se frente a ela. Freud (1914/2004a) também ressalta que a atribuição de perfeições à criança e o esquecimento de seus defeitos, se refere ao próprio narcisismo abandonado dos pais. Os pais não querem que seu filho sofra as mesmas imposições sociais que sofreram e que colocaram em detrimento seu narcisismo. Dessa forma, os pais engrandecem e exaltam a criança como uma majestade, para que ela possa satisfazer seus desejos nunca realizados. Não obstante, ao nascer, essa criança pode vir ao encontro do narcisismo ou quebrá-lo e feri-lo quando a sombra falada está muito distante do bebê real. Tudo no funcionamento do bebê que se difere do modelo criado pelos pais, pode ser percebido como um questionamento ou uma recusa de conformidade do corpo real à sombra (Aulagnier, 1979).

Já o termo porta-voz é definido como a função desempenhada pelo discurso materno durante o período inicial de vida do bebê. Aulagnier (1979) concebe porta-voz no sentido literal do termo, pois é por meio dessa voz que a criança é incluída, desde seu nascimento, no discurso social. A mãe porta a voz das necessidades do bebê, dá sentido às manifestações e ainda representa o conjunto de leis e exigências da sociedade. Aqui percebemos também a função de prótese da psique materna ao ser o canal de comunicação entre dois espaços psíquicos. Os encontros metabolizados pela psique do bebê nos processos originário e primário possuem a

marca da atividade psíquica materna que os dota de carga libidinal. A psique do bebê, portanto, já se depara com uma realidade remodelada que permite torná-la representável.

Esse período de interpretação da mãe sobre as necessidades e manifestações do bebê é denominado por Aulagnier (1979) como violência primária. A mãe exerce uma violência necessária ao bebê para garantir sua sobrevivência física e psíquica, além de permitir o acesso à ordem do humano. É justificada pelo saber que a mãe se outorga sobre as vivências de seu filho. A mãe, entretanto, pode estender o desejo de manter essa relação que é apenas necessária e legítima durante uma fase de vida da criança. Prolonga-se a função de porta-voz e a mãe pode cometer o risco do excesso de violência, produzindo uma violência secundária. O *desejo de não-mudança* pode retirar da criança o direito autônomo de ser e assim, interditar seu pensar independente. Esse excesso pode gerar efeitos negativos ao Eu, manifestando sintomas psicopatológicos.

Outro organizador psíquico essencial do ambiente familiar é o encontro com o pai. Como a mãe é a primeira representante do Outro, o pai se constitui como o primeiro representante dos outros ou do discurso social. De acordo com Aulagnier (1979), a cultura ocidental propõe um modelo de casal parental em que o pai desempenha uma função de jurisdição. Essa função permite à mãe indicar para a criança referências que o seu discurso, as exigências e os interditos colocados estão em consonância com o discurso cultural, e não produtos arbitrários. Por essa conformidade com o meio a mãe tem o direito e o dever de transmiti-los. Desse modo, o pai se torna a referência do testemunho para a criança que o discurso é algo delegado e não abusivo.

O pai, em um primeiro momento, caracteriza-se por ser o “Outro-sem-seio” que poderá ser fonte de prazer e afeto ao bebê. O encontro com o pai não se dá na ordem da necessidade, fato que induz ao entendimento da dissociabilidade entre satisfação da necessidade do corpo e satisfação libidinal. Antes de ser referência da legitimação dos modelos transmitidos pela mãe, o pai é percebido pelo bebê como “outro espaço” desejado pela mãe. É por esse desejo que o pai será conferido de poder e decidirá o que o filho pode conceder à mãe como prazer e o que precisa ser interditado. O pai, logo, também será o “primeiro representante de uma lei que faz do desprazer uma experiência à qual não se pode escapar” (Aulagnier, 1979, p. 142).

Percebemos a importância dos discursos materno e paterno na constituição psíquica da criança, mas esses discursos estão submetidos a uma lei maior que percorre a sociedade na qual essa família está inserida. Precisamos levar em consideração a cena extra-familiar, ou seja, a função metapsicológica do discurso sociocultural. Aulagnier (1979) entende como sociocultural o conjunto de instituições que afirmam os fundamentos e as necessidades da

sociedade, formando um discurso ideológico. Por ideologia, compreende-se o discurso composto por e através das ideias do enunciante que comprovam ao sujeito sua inclusão em determinada teoria sobre os fundamentos sociais. Assim, o sujeito analisa os fenômenos da sociedade de acordo com a imagem ideal construída por sua teoria.

As relações construídas entre o casal parental e a criança carregarão sempre a marca do meio social. O discurso sociocultural projeta sobre o bebê a mesma antecipação que os pais fazem, no sentido de que antes de nascer, a criança já é pré-vestida pelo grupo na esperança de manter e transmitir os modelos sociais. Ademais, o sujeito deverá encontrar nesse discurso as referências identificatórias para se projetar no futuro, e se afastar do primeiro suporte de identificação representado pelos pais. O grupo social, ou o conjunto das vozes presentes, como nomeia Aulagnier (1979) possui um número indeterminado de enunciados que definem a realidade do mundo, a razão de ser e a origem dos modelos sociais. Esses enunciados do fundamento variam de acordo com os tipos culturais de cada sociedade, podendo ser míticos, científicos ou sagrados (Aulagnier, 1979).

Os enunciados do fundamento são as condições essenciais para que se conserve a conformidade entre o âmbito social e o linguístico, possibilitando uma interação que se torna fundamental ao funcionamento de ambos os campos. Compreender a origem da sociedade, das leis e da linguagem é entendida também como uma resposta sobre a própria origem do sujeito. Essa relação entre sujeito e sociedade é definida por Aulagnier (1979) como contrato narcisista. O sujeito ao aderir ao campo social, apodera-se de um conjunto de enunciados que sua voz repete. A repetição traz para si a certeza da existência de um discurso que fala sobre a verdade do passado e das previsões sobre o futuro. O investimento em um modelo futuro é o que garante o funcionamento social.

As leis que regem o fundamento do grupo se constituem como a base sobre a qual o sujeito sustenta sua representação de um meio ideal. Isso só acontece se o sujeito conseguir se projetar no meio como um sujeito ideal. Aulagnier (1979) afirma que sujeito ideal é diferente de Eu ideal ou Ideal de Eu, pois se refere ao sujeito do grupo. É a ideia de si mesmo que o sujeito solicita ao grupo como conceito em que está relacionado ao sentimento de pertencimento a um todo, e este o reconhece como elemento homogêneo a ele. Em compensação, o meio solicita que a voz do sujeito retome e repita as leis, garantindo a imutabilidade do conjunto. Temos, portanto, um contrato estabelecido: o conjunto das vozes presentes assegura a transmissão ao recém-chegado e este - a partir das vozes dos outros - se engaja na repetição do discurso. A garantia que o meio oferece conduzirá o sujeito a transferir parte de sua libido

narcísica do seu processo identificatório, sobre esse conjunto de vozes que lhe proporciona uma recompensa futura.

O contrato narcisista, portanto, é firmado entre a criança e o grupo. Desde o nascimento, o grupo investe no bebê como uma voz futura que repetirá os enunciados estabelecidos. Como contrapartida, a criança pedirá que seja assegurado seu direito de ocupar um lugar na sociedade, independentemente da sentença parental. Solicitará que lhe seja ofertado um modelo ideal que não poderá ser negado sem que haja a negação das leis sociais. Ademais, garantir a ilusão da constância atemporal projetada sobre o meio e sobre um projeto do meio que seus herdeiros repetirão. Evidenciamos assim, a presença de uma historicidade. O discurso sociocultural apresenta ao sujeito a verdade sobre a origem, fato essencial para que o campo histórico seja retroativamente projetável sobre seu passado. Esse acesso a uma historicidade é fundamental no processo identificatório e na construção da autonomia do Eu: “a entrada em cena do Eu é, conjuntamente, a entrada em cena de um tempo histórico” (Aulagnier, 1979, p. 154).

Temos a constituição do projeto identificatório do Eu. Este projeto se caracteriza por ser a autoconstrução do Eu pelo Eu, necessária para que ele consiga se colocar em um movimento temporal de conjugar o tempo futuro com o tempo passado e escrever sua própria história. O Eu é formado por um conjunto de ideias e enunciados identificatórios, nos quais ele se reconheceu. Esses enunciados podem ser mantidos por parte de seu investimento ou rejeitados, tornando-se apenas uma lembrança de momentos vividos. O projeto tem a função de ofertar ao Eu a imagem futura em que ele se projetará e preservará as lembranças do passado. Assim, há a emergência do terceiro tempo da dialética identificatória: identificação ao projeto. Ocorre a entrada na ordem da temporalidade e a explicitação para si mesmo de suas demandas e de suas preferências identificatórias (Aulagnier, 1979; 1990).

A história do Eu é composta, portanto, por esse conjunto de enunciados identificatórios que representam aqueles que se manifestam em concordância ao projeto, e aqueles em que exerce sua função repressora por estarem em desacordo. O Eu os exclui de sua memória e de seu saber, permanecendo inconsciente a ele. É o que Aulagnier (1979) define como Eu inconsciente. Reprime-se uma parte de sua história por esses enunciados serem contraditórios ou proibidos em relação ao projeto. Acontece, nesse momento, a clivagem entre o Eu como saber dizível e inteligível, composto pelos enunciados adequados ao discurso sociocultural e ao sistema de parentesco, e o Eu como saber indizível, formado pelas produções psíquicas rejeitadas. Por isso que a entrada na cena psíquica do Eu é coextensiva ao tempo e à história.

Percebemos ao longo do capítulo a importância do desejo parental e dos processos identificatórios na constituição psíquica da criança. A imagem construída pelo pequeno

historiador de si mesmo é formulada pelo conjunto de imagens que percebe na voz e no olhar da mãe, do pai, dos avós, irmãos, de todos os outros que lhe ajudarão a compor as peças de sua história. Não obstante, para escrever os primeiros capítulos e ter uma imagem familiar e inteligível, deverá se apoiar em um primeiro número de peças que já estavam encaixadas. Dessa maneira, a identificação simbólica do Eu se dá, inicialmente, através dos enunciados pré-investidos e pré-antecipados pelo porta-voz e por ele projetados sobre a criança. Se o Eu obter sucesso na construção desses primeiros capítulos, garantirá para sua constituição identificatória uma base forte e fundamentada que permitirá, ao longo da vida, o acréscimo de novas linhas e o apagamento de outras (Aulagnier, 1989).

É nesse sentido que Aulagnier (1989) afirma que o “edifício identificatório é sempre compósito” (p. 231). Os primeiros capítulos escritos pelo pequeno historiador garantem seus pontos de verdade ou suas referências simbólicas que apoiarão as próximas escritas desde que estejam em acordo com a imagem esperada e investida pela família e pelo discurso sociocultural. Dependendo dos momentos vividos, das problemáticas encontradas, os próximos capítulos poderão ou não se adaptar aos primeiros. A potencialidade de se encontrar conflitos no campo da identificação é devido à essa característica compósita do Eu. Qualquer que seja a história escrita sempre haverá as possibilidades da presença de parágrafos desconexos, sem sentido e de potencialidades de fissuras no papel.

Diante disso, podemos refletir agora as especificidades que a surdez pode acarretar na constituição psíquica da criança. Se para Aulagnier o percurso dos encontros entre a zona auditiva e o objeto voz é essencial para a ascensão à atividade de pensar, nos perguntamos como se dá esse processo no caso de crianças com surdez congênita que nunca ouviram a voz materna. Investigaremos, portanto, como a criança surda pode fazer uso de outros recursos sensoriais que possam ser a base da ascensão à atividade de pensar. Além disso, discutiremos o que a imagem da surdez pode representar tanto para o discurso sociocultural quanto para a família que pode influenciar na construção da história identificatória do pequeno historiador surdo.

Capítulo 2

O pequeno historiador surdo

Historicamente, a Psicologia concebia a surdez a partir de dois principais modelos: o clínico-terapêutico e o socioantropológico. Segundo Bisol, Simioni e Sperb (2008), o modelo clínico-terapêutico tinha uma visão diagnóstica e reabilitadora da surdez. Através do diagnóstico médico, a Educação e a Psicologia eram convocadas para ajudar esse sujeito a se adaptar na sociedade por meio da oralização, isto é, desenvolver a fala e a leitura labial. Dessa forma, os comportamentos das pessoas ouvintes eram vistos como o padrão “normal” e o que se colocava como diferente passava a ser visto como desviante. Para Solé (2005), a Medicina, a Psicologia e, notadamente, a Educação trabalhavam a surdez pelo método reabilitador como forma de ensinar o sujeito surdo a se parecer como uma pessoa ouvinte. Para tanto, o sujeito surdo deveria aprender a falar e a ler lábios para se comunicar.

Bisol e Sperb (2010) ressaltam que a Medicina e a Psicologia contribuíram no fortalecimento do entendimento sobre a surdez enquanto desvio, pois colaboraram para o estabelecimento de padrões de normalidade para a maioria das dimensões da vida humana. Com a ideia de uma norma, também foi estabelecido o desviante – aqueles que estão nas extremidades da curva normal e, logo, pertencem a um grupo minoritário. Desse modo, a criança ouvinte é tomada como referencial para se compreender a surda, que é vista pela sociedade como aquela que possui um desvio, uma deficiência ou um “a menos” em relação ao modelo padronizado.

Nessa perspectiva, o modelo clínico-terapêutico teve como principal propulsor o Congresso de Milão, ocorrido em 1880, e que foi o maior evento repressivo contra os surdos, sua cultura e sua língua. A Língua de Sinais foi proibida de ser utilizada em locais públicos e privados e os surdos foram submetidos a métodos oralistas. A Medicina se uniu à Pedagogia e à Psicologia para a disseminação dos aparelhos auditivos, e aplicação de práticas corretivas e normalizadoras. A Psicologia, especificamente, aprofundou os estudos de psicometria para comprovar anormalidades das psicofunções. Os surdos eram expostos a exames neurológicos, testes psicométricos de atenção, memória, motricidade, de personalidade, entre outros. Como resultado dessas pesquisas, a surdez foi associada a condutas anormais e disfunções sociais e cognitivas. Termos como “deficiente auditivo”, “surdo-mudo”, “incapaz”, “anormal” e “defeituoso” passaram a ser utilizados dentro do discurso científico e, por conseguinte, no social, como afirma Dalcin (2005).

Bisol, Simioni e Sperb (2008) destacam que o período de maior influência desse modelo na Psicologia foi nas décadas de 1950 e 1960 com o surgimento da denominação *Psicologia da Surdez*. Esta compreendia o sujeito surdo como aquele que possui dificuldades motoras, agressividade e impulsividade, e que, por isso, necessitava de uma Psicologia específica. Além disso, estabelecia uma relação direta entre a surdez e problemas emocionais, sociais, intelectuais e linguísticos. Solé (2005) afirma que essa visão implicava dizer que a surdez, independentemente do grau de comprometimento, produzia necessariamente prejuízos no desenvolvimento da criança.

Pereira (2007) ressalta que esses estudos eram uma forma de legitimar, cientificamente, o *ouvintismo* e garantir a manutenção das relações de poder ouvinte/surdo. Esse movimento das ciências evidencia a visão etnocêntrica da ideologia dominante que não considera as diferenças, buscando a padronização das identidades e o não reconhecimento do sujeito surdo e de sua língua. Da mesma forma, a Língua de Sinais era vista pela Psicologia como uma forma de comunicação insuficiente e transitória, utilizada apenas até a criança conseguir adquirir as palavras orais. Essa língua era compreendida como um conjunto de sinais caracterizados como um “Português sinalizado”, “mímicas” ou “gestos bobos” que não satisfaziam as necessidades da linguagem humana, como ressalta Dalcin (2005).

Não obstante, a partir da década de 1960, esse modelo passou a ser questionado com o surgimento de movimentos sociais de luta pelos direitos civis, conduzido por gays, lésbicas, mulheres, negros, entre outros. Foi um movimento social em oposição a todas as práticas homogeneizadoras, que definia o respeito às diferenças e aos direitos culturais, linguísticos, étnicos de cada um. Juntamente com os trabalhos desenvolvidos por William Stokoe sobre a estrutura da Língua Americana de Sinais, estudos científicos iniciam um processo de comprovação de que as diversas Línguas de Sinais existentes possuem níveis morfológico, fonológico, sintático, semântico e pragmático. Nessa época, surge o modelo socioantropológico de compreensão da surdez. Vários pesquisadores passaram a questionar os estudos que não se atentavam para a variedade dos contextos sociais nos quais as crianças surdas se desenvolviam, e sobre a utilização de testes psicológicos padronizados para o público ouvinte que não consideravam o canal visual de comunicação do surdo. Com isso, a surdez passou a ser compreendida como uma diferença cultural que seria semelhante à de outras minorias étnicas e linguísticas. (Bisol, Simoni & Sperb, 2008; Bisol & Sperb, 2010).

A partir desse olhar, a surdez não poderia mais ser entendida como um desvio a ser medicalizado e adaptado, mas sim como uma diferença que abarca questões culturais, sociais e psíquicas. A Língua de Sinais passou a ser vista como a maior expressão dos surdos, através da

qual se comunicam livremente, formando e compartilhando ideias e pensamentos. Além disso, passou a ser considerada também como uma das principais vias de constituição do psiquismo. No âmbito da Educação, o bilinguismo passou a ser defendido e difundido em vários países. No Brasil, o bilinguismo defendia o ensino, em primeiro lugar, da Libras (Língua Brasileira de Sinais) e depois da Língua Portuguesa (Bisol, Simoni & Sperb, 2008; Dalcin, 2005; Diniz, 2010).

Nesse sentido, com as mudanças influenciadas pelos estudos de Vigotski sobre linguagem e cognição, a partir da década de 1980, a Psicologia passou a compreender o fenômeno a partir desse novo parâmetro. A surdez começou a ser entendida sob o enfoque social em que não há aspectos cognitivos ou emocionais inerentes à surdez, mas que o desenvolvimento emocional e a aquisição da linguagem pelos sujeitos surdos estão relacionados ao contexto social no qual estão inseridos. Os psicólogos, então, buscaram compreender a surdez além do aspecto orgânico em que o sujeito surdo tem um desenvolvimento saudável quando lhe são garantidos aspectos sociais e educacionais adequados (Bisol, Simoni & Sperb, 2008).

Esses dois modelos que permeiam o entendimento da surdez serviram de base para a formulação de diferentes teorias, pesquisas, abordagens terapêuticas, reabilitadoras e educacionais, como também contribuiu para a construção do significado da surdez pela sociedade. Bisol e Sperb (2010) afirmam que são modelos tradicionais, embora não possam ser tomados como absolutos. Um modelo não substitui, cronologicamente, o outro – até hoje podemos encontrar profissionais e pessoas que compreendem a surdez do ponto de vista clínico-terapêutico – e cada modelo carrega a possibilidade de ter variadas discussões e debates e não encerram a problemática. Esses dois olhares sobre a surdez ainda continuam bastante atuais e relevantes, embora esteja surgindo outras formas que podem ser utilizadas para se refletir sobre esse tema, como, por exemplo, a psicanálise.

Bisol, Simoni e Sperb (2008) destacam que na abordagem psicanalítica não existe uma concepção de surdez, pois ela se mantém à margem desses dois modelos. Ou seja, a psicanálise valoriza a escuta daquilo que o sujeito tem a dizer sobre os seus sintomas e não se preocupa com a reabilitação desse indivíduo. É uma perspectiva que está interessada em compreender o lugar que cada sujeito ocupa, seja ele surdo ou não. O percurso construído pela teoria freudiana, ressaltam Bisol e Sperb (2010), não permite pensar em uma psicopatologia para a criança ou adolescente surdo causada pela surdez. A psicanálise se propõe a resgatar o lugar de fala e escuta das singularidades das posições subjetivas, sem tentar firmar um lugar global ou prescritivo da surdez. Dessa forma, ela se distancia da tentativa de encontrar uma cura ou

reparação de algo que “falta” para focar no tratamento de um sujeito que, diante de determinadas situações, forma sintomas.

Em pesquisa acerca disso, Solé (2005) ressalta que não há como existir uma *Psicologia da Surdez*, pois oferecer um espaço de escuta aos sujeitos surdos não determina a necessidade de ter uma abordagem teórica específica. É necessário, entretanto, que o analista seja competente na língua do seu paciente para que, assim, aconteça a escuta analítica. Apesar dessa abertura própria da psicanálise, Solé afirma que o tema da surdez é pouquíssimo discutido e pesquisado entre os psicanalistas: “a surdez foi objeto de estudo da educação, da medicina, da fonoaudiologia, da linguística, da psicologia, mas somente nos últimos 10 anos tem sido interesse de alguns psicanalistas isolados e com poucos artigos escritos” (p. 29). Pereira (2007) pontua que o isolamento histórico de alguns psicanalistas em instituições nas quais ficaram ausentes dos debates sociais e científicos, impediram que questões relacionadas a psicanálise pudessem auxiliar nos estudos relativos à surdez. Assim, o objetivo deste capítulo é discutir as produções teóricas psicanalíticas que já pensaram sobre essa temática e escreveram suas reflexões e experiências.

2.1 O que é dito?

O encontro entre a voz materna e a zona auditiva é tomado dentro da teoria psicanalítica como uma das principais vias constitutivas do psiquismo. Na ausência desse encontro, como no caso de sujeitos que nasceram surdos, a psique precisa encontrar outras vias para sua constituição. Para Graña (2008), em estudo acerca da aquisição da linguagem em crianças surdas, ressalta que a surdez não impede que a criança se constitua como sujeito e, na ausência ou precariedade da audição, a criança e a mãe podem encontrar outros recursos que desempenhem essa função durante a constituição. Graña destaca que, se a audição fosse o único meio para a constituição do sujeito, não teríamos mães surdas que cuidam dos seus filhos ouvintes nem filhos surdos de pais ouvintes constituindo-se como pessoas psicologicamente saudáveis. Por outro lado, não se pode desconsiderar que a surdez pode acarretar especificidades no desenvolvimento dos processos psíquicos. A partir disso, Schorn (1997) realizou reflexões sobre o funcionamento psíquico do surdo a partir de sua experiência psicanalítica na clínica com crianças e adolescentes surdos, questionando “como ou em que medida a não-audição deixa sua marca na estruturação psíquica da criança surda, ou como pode ou não, ser metabolizada esta ‘falta’ no psiquismo dos pais? Ou em que medida têm peso outros organizadores na vida deste bebê? (p. 56).

Schorn (1997), inicialmente, ressalta que ouvir e escutar são funções distintas. Ouvir significa perceber os sons do ambiente e escutar se refere a prestar atenção naquilo que se ouve, estando incluído a intenção e o desejo. O sujeito pode escutar com o corpo inteiro, pois a dimensão do desejo não está apenas relacionada ao objeto voz e a zona auditiva. Anzieu (1989) afirma que a mãe também pode demonstrar seu investimento libidinal e seu desejo pela criança através das experiências com a superfície do corpo, do contato pele a pele e das trocas de odores. Solé (2005; 2010), em seus estudos com sujeitos surdos filhos de pais ouvintes na clínica psicanalítica, destaca que os surdos são incapazes de ouvir a voz materna, mas não de escutar o seu desejo e as significações simbólicas. A mensagem que faz marca no psiquismo é aquela que transita pela dimensão desejante, independentemente da via de transmissão. Nesse sentido, Solé (2005) afirma que:

se algo fosse determinante na constituição, não seria apenas a audição de um som por ele próprio, mas a escuta da voz materna quando ela faz marca no corpo deste bebê, quando ela, inserida em um discurso, torna-se significante. Do mesmo modo que o olhar separa-se da visão quando encontra o desejo do sujeito, a escuta se separa da audição e é assim que devemos entender a possibilidade do sujeito surdo escutar a voz materna (p. 97).

Tendo como base o conceito de Eu-pele de Anzieu (1989), Schorn (1997) afirma que para a criança surda o tocar e o cheirar são funções essenciais. O pequeno historiador surdo em suas atividades rotineiras busca o toque e o tocar os objetos dos espaços extra-psíquicos, formando frequentemente experiências a partir da superfície do corpo. Isso é possível porque a pele proporciona ao psiquismo representações constitutivas do Eu. A pele, em relação aos outros órgãos do sentido, ocupa o maior espaço no corpo, possuindo estreita conexão com os outros sentidos, com a sensibilidade cenestésica e o equilíbrio do corpo. Assim, o contato tátil que a mãe estabelece com seu filho surdo é importantíssimo não somente pela estimulação orgânica, mas como espaço de manifestação de afeto, desejo e transmissão de calor.

Outro sentido que possui grande relevância para a constituição psíquica do surdo é o olhar. Schorn (1997) alude que, nessas crianças, o suporte para o psiquismo estaria pautado em imagens visuais, em conjunto com o tátil e o olfativo. O surdo é um exímio observador e consegue captar visualmente as expressões faciais e corporais de sua mãe, escutando com os olhos o que acontece ao seu entorno. A criança surda está envolvida em outro tipo e qualidade de banho melódico que não o *espelho sonoro* proposto por Anzieu (1989). Schorn afirma que ela está envolvida em: “um banho visual, olfativo e tátil” (1997, p. 65). E, como todo banho melódico, possui sua própria melodia. Por esse motivo, Schorn (1997) ressalta que as mães

deveriam estabelecer constantemente relações visuais, olfativas e táteis com seus filhos surdos como forma de auxiliar no desenvolvimento do Eu. E, também, deveriam prevenir que a criança presencie longos períodos de insegurança e angústia por não terem a mãe no seu campo visual. No caso de crianças ouvintes, ouvir a voz materna ameniza esses momentos por indicar a possibilidade de retorno da mãe, mesmo não a vendo.

Solé (2005), utilizando dos conceitos de Aulagnier (1979), reitera que a zona auditiva, por sua característica de ser o único orifício corporal que não se fecha, impede que o contato com o mundo externo seja interrompido. Desse modo, torna-se mais difícil para o sujeito se perder ou se desorganizar, pois as vozes presentes anunciam a existência de outros corpos. Para o sujeito surdo, quando o outro sai de seu campo visual, ele desaparece, e quando fecha seus olhos só existe o meio interno e o que é capaz de sentir pelo seu corpo. Assim, o bebê surdo poderia experimentar momentos de solidão e sentimento de abandono por não ter, frequentemente, a mãe no seu campo visual. Solé afirma que o diagnóstico de surdez precisa ser feito o mais precoce possível para que a mãe seja orientada a permanecer por mais tempo na visão do filho e utilizar do sentido do tato para auxiliar no estabelecimento da integridade corporal na criança.

A partir também do conceito de Eu-pele de Anzieu (1989), Solé (2005) reafirma que a psique do bebê surdo utiliza das experiências formadas através da função de continente da pele, auxiliadas pelo olhar, para apreender os limites do corpo e diferenciar o interno do externo. Isso é essencial para a organização do Eu e para que o surdo não corra o risco de desintegrar-se psiquicamente pela falta de um invólucro sensorial que dê sentido aos espaços psíquicos e extra-psíquicos.

Nessa perspectiva, o ouvido no bebê surdo é uma zona não estimulada nem libidinizada pela voz materna, logo não teria existência psíquica, como afirma Solé (2005). Na vigência do processo originário, cada zona erógena necessita de uma informação sensorial para obter um concomitante psíquico de prazer ligado à excitação da zona correspondente. Como não há excitação da zona, o produto psíquico e o desejo de encontrar prazer seriam inexistentes, neste primeiro momento da constituição. A vivência de prazer é fundamental para que se tenha o investimento na atividade de representação. Como não há o encontro entre o objeto voz e a zona auditiva, não haveria um pictograma desse encontro. Dessa maneira, o prazer de ouvir a voz materna, que é o princípio para a ascensão à atividade de pensar, não ocorreria.

Refletindo sobre esse ponto, Solé (2005; 2010) destaca que a função de integrar e proporcionar a homeostase dos afetos produzidos nas distintas zonas erógenas seriam estabelecidos por outras sensações corpóreas que não o ouvido, como por exemplo, no encontro

tato-pele ou boca-seio. Além disso, o desejo de escutar e entender o desejo do Outro seriam herdeiros do prazer de escutar através das demais sensações corporais, principalmente pelo prazer de olhar, e não do prazer de ouvir como reitera Aulagnier (1979). Assim, ter-se-ia o “desejo de escutar pelo olhar, ou desejo de olhar olhando”, afirma Solé (2005, p. 114). O olhar, portanto, teria duas funções na constituição da psique: ver e escutar.

Como podemos perceber, a ausência do encontro entre o objeto voz e a zona auditiva não impede que a criança surda ascenda ao simbólico e se constitua psiquicamente de forma saudável. Por outro lado, esse caminho perpassa e é influenciado pela concepção de surdez que os pais e a sociedade compartilham. A imagem sociofamiliar da surdez indicaria também os caminhos tomados para a escrita da história. Desse modo, Solé (2005) aborda, principalmente, os conceitos de sombra falada e porta-voz de Aulagnier (1979) juntamente com os discursos dos pais e dos filhos surdos para apresentar suas análises sobre a influência da imagem sociofamiliar da surdez sobre o psiquismo da criança.

Em relação à sombra falada, percebemos que este conceito representa o próprio narcisismo dos pais que faz sombra sobre a constituição psíquica do bebê e ao nascer, a criança pode vir ao encontro desse narcisismo ou quebrá-lo e feri-lo quando a sombra falada está muito distante do bebê real. Isto poderia ocorrer com o nascimento de um bebê surdo em que a surdez pode representar a quebra do narcisismo dos pais (Solé, 2005). Para Marzolla (2010), o nascimento de uma criança é portador de grande expectativa para os pais, pois é depositário do narcisismo parental e seu ideal de gerar um filho perfeito. Quando o filho real possui características físicas que não correspondem à imagem fantasiada, os pais se sentem amedrontados e culpados, produzindo uma dupla ferida narcísica. Essa ferida vem tanto da distância entre o filho real e o fantasiado quanto do narcisismo dos pais em reconhecer a sua falha real ou fantasiada de não ter um filho “perfeito”. Assim, essa falha pode causar grande dor psíquica por denunciar a incompletude, a imperfeição e a capacidade de falhar dos pais. É como se os filhos precisassem ser perfeitos para que os pais não abandonem seu narcisismo.

Quando o bebê nasce, já envolto pela sombra falada, é a mãe, a partir de sua função de porta-voz, que transmitirá ao filho seus desejos e dará sentido as necessidades, exercendo a violência primária. Solé (2005) ressalta que a voz sonora da mãe ajuda nesse processo, embora não seja essencial, pois também depende do desejo da mãe e de sua história libidinal. É o afeto materno que faz com que a mãe se atente ao desamparo da criança e cuide dela. Dessa maneira, a construção dessa relação simbiótica, necessária a constituição psíquica da criança, estaria relacionada mais a outros fatores do que necessariamente apenas com a audição. Para Solé, a surdez não impediria a colagem do corpo do bebê ao corpo da mãe, mas sim a favoreceria. O

impedimento existiria pelo o que a surdez pode representar à mãe e não pela falta da audição e da voz.

Ademais, Solé (2005) destaca que a surdez poderia causar efeitos de estranheiridade ao olhar dos pais. Os sujeitos se constituem dentro de um espaço falante e a transmissão da cultura se dá, principalmente, através da oralidade, pelo contar e escutar as histórias da sociedade. Os aparelhos fonador e auditivo, então, dariam sentido a todas essas informações repassadas. Como foi algo estabelecido pela cultura dominante e faz parte da história da humanidade, contendo uma dimensão simbólica sobre o falar e o ouvir, a criança surda já nasceria com essa marca faltante sob o olhar dos pais, como se fosse um estrangeiro. Remetendo ao texto *O 'Estranho'* de Freud (1919/1996c), podemos refletir que a surdez geraria estranheza nos pais, pois apontaria para a falha e a incompletude de uma imagem narcísica de perfeição criada pela história libidinal de cada um. Schorn (1997) complementa que uma das grandes preocupações dos pais em relação ao seu filho surdo é: “poderá falar? Poderá ser inteligente? Poderá estudar? Perguntas que em si mesmas encerram a profunda verdade do que é simples. Poderá ser igual a todos? Terá as mesmas possibilidades e capacidades dos demais?” (p. 105).

Nesse contexto, quando o diagnóstico de surdez é realizado sem o acompanhamento necessário para auxiliar na elaboração da sombra falada, a surdez poderia impedir que o bebê corresponda às fantasias antecipatórias da mãe. Essa distância entre o bebê real e o fantasiado pode se tornar insuportável para mãe, e a criança passaria a não ser a depositária das expectativas simbólicas e do narcisismo dos pais. O pequeno historiador surdo, ao se deparar com essa condição de não ter conseguido ser aquilo que seus pais esperavam, pode se identificar com uma imagem de si ligada ao fracasso narcísico e assim, identificar-se com uma imagem de um objeto indigno de amor e sem valor que poderá ser reiterada ao longo da vida pelo lugar depreciativo que a surdez ocupa na sociedade. Por outro lado, também pode tentar ser igual a um ouvinte para estar em consonância com o desejo parental (Solé, 2005).

Além disso, frente ao diagnóstico, a mãe pode ficar deprimida e não conseguir reestabelecer o vínculo com o bebê, tratando-o como um estranho. Essa depressão materna e a consequente diminuição do interesse pela criança pode ser pensada pelo que foi denominado por Green (1998) como o complexo da mãe morta. De acordo com Green, dentre os vários fatores que podem desencadear a depressão materna, está aquela relacionada a uma decepção advinda de uma ferida narcísica. A mãe, frente a essa perda objetal, volta-se para si e para seu sofrimento, e, ao vivenciar o luto, desinveste sua libido do filho. Este, por sua vez, passa também a vivenciar o luto pela ausência psíquica da mãe. Assim, a mãe morta se trata de uma imago constituída na psique da criança que transformou a mãe, como objeto vivo para o bebê,

em uma figura distante e inanimada. Esse complexo, logo, é uma mãe que permanece viva, embora esteja, para o olhar da criança, psiquicamente morta. O filho ficará marcado por essa imagem depressiva da mãe, influenciando no seu investimento libidinal narcísico e objetal.

A depressão materna diante da surdez do filho causaria um desamparo psíquico real na criança pela falta de investimento libidinal, pois é como se a mãe se calasse frente ao diagnóstico, satisfazendo apenas as necessidades básicas da criança. Dessa maneira, a criança pode ser excluída da dinâmica familiar e relegada a um não-futuro para o qual não existe um projeto parental. Nesses casos, o Eu da criança passa a ser constituído por meio da frustração materna, impregnado por uma imagem deficiente de si em que o Eu-ideal será formado por uma identificação de um corpo que falha e o Ideal de Eu estará preso à fala de que não pode e não consegue fazer nada. Solé (2005) afirma que esses podem ser os motivos pelos quais ela identificou a presença marcante de traços depressivos em seus pacientes surdos.

Por outro lado, Solé (2005) destaca de sua pesquisa que a surdez atualiza no psiquismo dos pais, principalmente da mãe, a tentação do risco do excesso. Através dos conceitos de violência secundária e direito ao segredo de Aulagnier (1979; 1990), Solé afirma que a mãe poderia estreitar ainda mais a relação com o filho, se colocando em um lugar de mediação entre a criança e o mundo. Isso dificultaria a quebra da relação simbiótica e o estabelecimento da violência secundária. O risco do excesso e a violência secundária poderiam manter os sujeitos surdos em um estado de dependência prolongado, impedindo a ascensão à maturidade e de se tornarem sujeitos de seu próprio desejo. Mas também, essa violência aconteceria com maior intensidade na dimensão do pensar em que a mãe não reconhece a singularidade e a autonomia do filho que ficaria preso na crença da onipotência do desejo materno. O Eu, portanto, perderia o direito de obter prazer sobre sua própria atividade de pensar, delegando ao outro o juízo de suas representações ideacionais.

Outro fator que incide sobre o risco do excesso é o tempo excessivo que a criança surda fica sem ter acesso a um sistema linguístico efetivo que permita a comunicação e expressão de seus pensamentos. Dependendo da maneira como os pais lidam com a surdez e as orientações recebidas no momento do diagnóstico, o acesso à Língua de Sinais poderá ser realizado de forma tardia, podendo acarretar uma fragilidade na ascensão à atividade de pensar. Solé (2005) ainda ressalta que a ausência da fala verbal e a não possibilidade de usá-la para se comunicar e se expressar faz com que as mães prolonguem e intensifiquem a relação simbiótica com o filho, permanecendo um período bem maior como sua porta-voz. Apesar de o Eu poder ser constituído a partir dos outros sentidos, a falta de uma linguagem efetiva nos primeiros períodos de constituição psíquica poderá deixar fragilizado simbolicamente o Eu. Além disso, normalmente

se leva um longo tempo até que a criança consiga se comunicar efetivamente em um sistema linguístico na modalidade visual.

Schorn (1997) complementa que a transmissão da linguagem entre os pais e o filho não se constitui apenas de palavras correspondentes a uma cultura, como também permite a abertura ao pensamento. Dessa maneira, a criança não fica atrelada somente no mundo perceptual, mas entra no mundo simbólico. Com uma criança surda isso aconteceria com a transmissão e aprendizagem da Língua de Sinais. Percebemos, logo, que se esse sistema linguístico fosse aprendido de forma natural pelo bebê surdo a partir, inicialmente, de sua família e depois pela escola, as consequências relacionadas à falta de uma linguagem efetiva nos primeiros anos de vida poderiam ser amenizadas. Destarte, Solé (2005) refere que “a linguagem preexiste ao sujeito, e esse estando inserido nela, estará habilitado para falar uma língua; é prioritariamente disso que depende sua possibilidade de ‘falar’ uma língua e não sua condição auditiva” (p. 117).

Utilizando os conceitos de representação de coisa e de palavra de Freud (1915/2006a), Shorn (1997) afirma que nos surdos a ascensão à representação de palavra se dá pelo canal visual por meio da utilização da Língua de Sinais. Aqui, remetemos ao que Freud (1923/2007a) destaca sobre o fato de as imagens visuais e motoras terem papéis principais na formulação da representação de palavra nos surdos. Percebemos, portanto, que a partir, principalmente, das propriedades visuais e táteis da representação de coisa, junta-se a imagem visual e motora do sinal correspondente ao objeto para formulação da representação de palavra. Assim, teríamos a construção simbólica dos objetos para o surdo. Por isso, ressaltamos a importância da inserção precoce da Língua de Sinais.

Nessa perspectiva, Solé (2005) supõe que a falta da fala e a não possibilidade de utilizá-la para expressar seus pensamentos e o tempo excessivo que ficaram sem acesso a uma língua efetiva, favoreceram o estabelecimento da violência secundária e do aprisionamento da atividade de pensar no outro. Esses fatores, consoante a autora, poderiam explicar a incidência de psicose em sujeitos surdos. As mães continuaram a exercer a função de porta-voz por mais tempo que o necessário, desacreditando na capacidade autônoma de pensar do filho. Solé afirma que isto foi comprovado pelos erros de julgamentos e atitudes infantis e imaturas observados nos seus pacientes.

Não obstante, a criança surda poderia se constituir separadamente da mãe se o pai se fizesse presente - física e psiquicamente - na relação, e a mãe permitisse a sua entrada. A partir dos resultados obtidos em seu estudo, Solé (2005) refere que na maioria dos discursos paternos, quando o pai se depara com o diagnóstico de surdez, ele se afasta do contexto familiar e não

assume a função paterna de corte da simbiose entre mãe e bebê. Pela existência psíquica da ferida narcísica, delegam à mãe os cuidados com o filho, sem interferir na relação dos dois. Marzolla (2010) afirma que o pai, assim como a mãe, tem seu narcisismo ferido no sentido de também perder a identificação com o filho. Assim, ele não consegue realizar o luto pelo filho imaginado e, logo, não transmite as leis da sociedade. Marzolla ainda assinala que o golpe narcísico vivido pelo pai é diferente do da mãe. Geralmente, o pai fica impedido no direito de se colocar como um interlocutor aceitável sobre a criança, enquanto a mãe assume a posição de saber e interlocução. Esta posição é endossada pelos profissionais da saúde que não insistem na importância da presença paterna nas consultas do filho, por exemplo.

Por outro lado, Solé (2005) aponta que o risco do excesso, da violência secundária e das relações mal resolvidas poderiam ser evitados se algo do narcisismo ferido dos pais fosse suturado e o investimento libidinal no filho preservado. Para isso, o diagnóstico de surdez precisaria ser realizado apoiado em uma equipe profissional capacitada em escutar e ajudar no redirecionamento das relações entre os pais e a criança, e possibilitar que essas questões psíquicas, que obstruem o processo de aceitação saudável e da elaboração da sombra falada, pudessem ser mais bem trabalhadas. Essa forma de abordagem poderia reduzir o sofrimento decorrente da ferida narcísica dos pais e contribuir para que a criança não sofresse prejuízos psíquicos decorrentes de relações mal elaboradas. Marzolla (2010) reafirma a necessidade dos pais de receberem acolhimento através de um psicoterapeuta para auxiliar na elaboração da ferida narcísica, da dor do diagnóstico e dos variados sentimentos, emoções e fantasias que possam se interpor na relação com o filho surdo e a dinâmica familiar. Questões essas que incidem diretamente na constituição do psiquismo dessas crianças.

Kazez, Melloni e Maldavsky (2014) realizaram um estudo com oito mães de crianças surdas para investigar, através de narrativas, o momento do recebimento do diagnóstico de surdez e o momento posterior, com o objetivo de analisar os desejos e as estratégias de defesa utilizadas pelas mães. Esse estudo possibilitou que se definisse alguns objetivos terapêuticos correspondentes a cada fase vivenciada pelas mães e suas famílias. Os autores observaram que o estado inicial das mães é negar que as filhas possuíssem algum problema; depois começam a ter as primeiras suspeitas de que algo não está certo; procuram a realização de exames médicos e profissionais especializados; com isso, recebem o diagnóstico e a comprovação de que suas filhas são surdas e entram em um estado de choque.

O estado de choque é caracterizado como um momento de muita angústia, desejo de fuga, desorganização psíquica, abatimento e paralisia. Posteriormente, surgem as primeiras estratégias de reorganização para sair da passividade e ir em busca de algum profissional,

religioso ou familiar que possa ajudar a encontrar alguma saída. Nesse momento posterior ao diagnóstico, foi verificado que cada mãe reage de uma forma ao processamento do trauma do diagnóstico, predominando estratégias de defesa patógenas que levam a uma desestruturação da relação do casal parental e destes com a criança surda. Kazez, Melloni & Maldivsky (2014) observaram que, geralmente, o pai era excluído do vínculo estreito entre mãe e bebê, resultando no fato de que metade das mães se divorciaram.

Em outra pesquisa, Negrelli e Marcon (2006) observaram que a família enfrenta várias dificuldades diante do diagnóstico de surdez, pois é uma descoberta confusa e traumática em que os pais se questionam o motivo deles terem sido os “escolhidos”. Aqui, podemos refletir a partir do texto *Luto e melancolia* de Freud (1917/2006c) sobre a possibilidade dos pais apresentarem um processo melancólico frente ao diagnóstico de surdez. A melancolia é caracterizada por ser um estado psíquico de profunda dor, de suspensão do interesse pela realidade extra-psíquica, de perda da capacidade de amar e, principalmente, de depreciação do sentimento-de-Si. Essa depreciação pode expressar-se através de censuras e insultos a si mesmo. A melancolia pode ser uma reação à perda real ou idealizada de um objeto amado em que, na maioria das vezes, esse objeto não morreu, embora o tenha perdido como objeto de amor.

De acordo com Freud (1917/2006c), quando ocorre a escolha objetal, há a ligação da libido do sujeito a esse objeto. Diante de uma decepção ou um golpe narcísico relacionado ao objeto amado, pode acontecer um estremecimento dessa ligação. A libido é retirada do objeto e deslocada para o próprio Eu. Não obstante, em casos em que houve uma forte identificação do Eu com o objeto abandonado, a sua perda resulta em auto-recriminações. Estas, na verdade, são recriminações dirigidas ao objeto, a quem o sujeito melancólico ama, amou ou deveria amar, mas que foram desviadas do objeto para o próprio Eu como resultado da forte identificação. A predisposição à melancolia é, segundo Freud, proveniente de uma escolha objetal do tipo narcísica.

Nesse sentido, na gestação de um filho há o investimento libidinal na imagem fantasiada e idealizada de uma criança perfeita, tornando-se um objeto amado, conforme descrito por Freud (1914/2004a) em suas teorizações acerca do narcisismo. Ao nascer, diante do diagnóstico de surdez, os pais podem sofrer uma ferida narcísica significativa pela quebra do objeto anteriormente idealizado, amado e distante daquele objeto que se apresenta no real para eles. Assim, inconscientemente, podem redirecionar a libido que seria para o filho para o Eu, podendo haver a predominância da ambivalência diante do objeto que eles deveriam amar, mas que também odeiam por não ser aquilo que desejaram. Os cuidados com o bebê surdo podem

se tornar mecânicos, pode não acontecer o investimento libidinal no filho e, dessa forma, promover uma construção precária de vínculos afetivos. Nesse processo, há a manifestação de autocensuras, de sentimentos de incapacidade e desvalorização, e auto-rejeição por terem sido os escolhidos para produzir um filho não perfeito.

Negrelli e Marcon (2006) destacaram de sua pesquisa que inicialmente, os pais podem negar o diagnóstico e se recusar a procurar atendimento para o filho, podendo causar prejuízos no desenvolvimento da criança. Depois dessa fase, tem-se o período de negociação em que os pais tentam encontrar estratégias que melhorem a qualidade de vida, como se fosse uma espécie de compensação pela surdez. Posteriormente, outros momentos podem acontecer como o aparecimento da raiva, depressão e por fim, a aceitação. Raiva dos outros, dos profissionais de saúde que não conseguiram encontrar uma solução e depressão por não aceitarem nem adaptarem a surdez do filho. Dessa maneira, com o apoio profissional específico, os pais conseguem ter um espaço de escuta, voz e elaboração de seus sofrimentos. Assim, apreendemos mais uma vez, a partir desses estudos, a importância dos pais receberem apoio psicológico logo após o recebimento do diagnóstico de surdez.

Pelo exposto, percebemos que a imagem sociofamiliar da surdez influenciará a escrita da história identificatória do pequeno historiador surdo. A criança surda lerá nos rostos dos pais e da sociedade o significado da surdez, o que repercutirá na construção da imagem de si e do que poderá experienciar a partir dela. Solé (2005) destaca que a cultura em que essas famílias e, principalmente, essas crianças surdas se constituem, está organizada envolta de enunciados pertencentes à língua oral. Ademais, como a sociedade ainda está impregnada com a visão de deficiência disseminada pelo Congresso de Milão, a inclusão desses sujeitos na nossa sociedade ainda é bastante deficitária. Podemos pensar, assim, em uma falha no processo de identificação ao projeto, pois seria como se esses fatos reafirmassem o não pertencimento e o não compartilhamento dos mesmos enunciados do fundamento dos ouvintes (Aulagnier, 1979). É como se pertencessem a uma sociedade estrangeira em que seria necessário criar-se enunciados próprios dessa comunidade surda.

Pela falta de inclusão, esses sujeitos podem se constituir com a marca da não compreensão de sua origem e da não conformidade entre o âmbito social e o linguístico. Solé (2005) aponta, por conseguinte, para a falha no estabelecimento do contrato narcísico, pois o meio social não é capaz de investir, antecipar e preannunciar o lugar que a criança surda ocupará. Ela é colocada em uma posição de discordância com o social, dificultando a constituição do Eu e instituindo uma visão de desvalia de si. Para tentar assegurar o contrato, esses sujeitos se organizam em comunidades e realizam movimentos sociais para garantir a aprovação de

projetos de leis. Assim, conseguem ter certo espaço e voz dentro de uma sociedade excludente. Solé (2005) afirma que:

o lugar no social que é reservado ao sujeito surdo antecipadamente, de modo geral, mas em particular para os sujeitos deste livro, é um lugar desvalorizado e destituído de qualquer suposição de saber e capacidade. É, desde antes destas crianças nascerem, um lugar depreciado, ligado ao compadecimento e à exclusão. Não existe um pré-investimento nas possibilidades do sujeito surdo pelo grupo social onde os pais estão inseridos. Esses pais são também vistos como sujeitos estranhos, pois foram capazes de gerar aquilo do qual o meio foge: a diferença, a “aberração” (p. 155).

Solé (2005) conclui sua pesquisa afirmando que a surdez faz marca no corpo do sujeito, individualizando-o, e tornando uma barreira para sua constituição psíquica. A autora define a surdez como uma “facilitadora de patologias” (p. 175), não pela surdez propriamente dita, mas pela falta de escuta da voz da mãe e das vozes do grupo social desde o nascimento sem substitutos adequados, já que a apropriação da Língua de Sinais ainda é bastante deficitária. É isso que facilita o aparecimento de patologias. Ademais, afirma que o olhar se mostrou um canal de constituição pouco eficaz, pois obriga o sujeito surdo e os pais a realizarem um esforço a mais, isto é, os pais precisariam ter uma boa sustentação simbólica e desejo por aquela criança para que o olhar seja suficiente no processo de formação do psiquismo. A surdez parece, então, potencializar o aparecimento de relações mal resolvidas pela história edípica parental e aumentar a possibilidade do risco do excesso, e da atuação de patologias dos pais sobre o filho surdo, o que, em um filho ouvinte, não geraria grandes dificuldades. É nesse sentido que Solé explica o aparecimento de traços depressivos nos sujeitos de sua pesquisa, dificultando-os de escrever sua própria história.

Outro ponto ressaltado por Solé (2005) diz respeito aos produtos decorrentes dessa outra via de acesso à linguagem – o olhar – e que podem levar o sujeito surdo a ficar preso ao olhar do Outro: em um momento como *voyeur* e no outro como se dando a ver. A Língua de Sinais por também utilizar essa via, pode favorecer esse aprisionamento e manter o sujeito na ilusão de estar sustentado no corpo do outro. Poderá correr o risco de ficar colado à dimensão da imagem e isto provocar um entrave para a ascensão ao simbólico (Solé, 2005; 2010). Schorn (1997) destaca também de sua pesquisa a grande estimulação e erotização do olhar no surdo e a fragilidade da entrada no simbólico. Nesse sentido, a falta de acesso precoce à uma língua efetiva, a falta de escuta da voz materna e a imagem sociofamiliar da surdez podem ser as causas dos sujeitos surdos se darem a ver, como aponta Solé (2005; 2010). Frente a essas conclusões,

faz-se necessário agora discutir sobre o papel da Língua de Sinais na constituição psíquica do pequeno historiador surdo.

2.2 A Língua de Sinais e o pequeno historiador surdo

Ter uma língua nos permite exercer a comunicação, a troca de ideias, a expressão de pensamentos e o falar sobre temas abstratos e concretos. Por isso que, conforme Schorn (1997), essa é uma das principais inquietudes e preocupações dos pais com filhos surdos. A Língua de Sinais é um caminho que se mostra essencial para o acesso dos pais à criança, tanto para a comunicação quanto para a construção de uma identidade para o sujeito surdo. Não obstante, a autora verificou em seus estudos que muitos pais não conhecem a existência dessa língua ou a desprezam por considerarem um meio de comunicação “anormal”, embora o que realmente esteja comprometido é seu narcisismo. Por não aceitarem o fato de não terem um filho dentro do esperado e desejado, alguns pais procuram profissionais especializados que consigam fornecer uma fórmula mágica para resolver o “problema”.

Como não conseguem achar essa fórmula e pela marca da diferença linguística, e a não transmissão da Língua de Sinais precocemente, os pais tentam se comunicar oralmente, ainda que o filho não consiga apreender o que é dito. Assim, muitas vezes a criança apresenta frustração e manifestação de “comportamentos de rebeldia” como gritos e agressividade. Schorn (1997) ressalta que essas dificuldades que permeiam a comunicação entre pais e filho podem resultar na não aceitação do sujeito de sua própria surdez. Uma possibilidade seria a elaboração da ferida narcísica e a aceitação da Língua de Sinais através da qual os pais e o filho podem se comunicar livremente, evitando o vazio da falta de comunicação.

A Língua de Sinais tem o caráter de língua e utiliza o campo visual para receber e transmitir as informações linguísticas. Desse modo, como qualquer outra língua oral, ela é desenvolvida naturalmente a partir da convivência com outros falantes e possui um léxico e uma gramática, isto é, um conjunto de símbolos convencionais e regras que regem esses símbolos. As expressões corporais e faciais são essenciais na compreensão total da fala, pois elas facilitam o entendimento de um enunciado ou de algum sinal. Ademais, a expressão facial na Língua de Sinais se configura como a entonação vocal nas demais línguas, conforme ressaltam Grassi, Zanoni e Valentin (2011).

Pereira (2007) refere, entretanto, que apesar de já ter sido comprovado cientificamente que a Língua de Sinais tem caráter de língua, alguns profissionais que trabalham com a temática da surdez ainda defendem a utilização do oralismo. Da mesma forma, não existem mais argumentos científicos que baseiam os resultados descontextualizados dos testes psicológicos

que eram realizados nos sujeitos surdos. Não obstante, a ideia de que a surdez é sinônimo de problemas psicológicos ainda permeia o imaginário de alguns profissionais. Pereira, através de suas experiências com os profissionais que trabalham com surdos, observou que esses profissionais atribuíam problemas comportamentais e dificuldades no raciocínio abstrato ao uso da Língua de Sinais. Pelo fato dos sinais serem considerados muito “concretos” ou como “gestos”, ou ainda pelos surdos não terem a capacidade de simbolização de um ouvinte.

Dizeu e Caporali (2005) afirmam que para a criança ouvinte é dada, de forma naturalizada, a oportunidade de adquirir uma língua oral para se comunicar com os outros e construir sua linguagem. Assim, para uma criança surda deveria ser dada a mesma oportunidade, porém não é o que acontece. Vários fatores interferem para que isso ocorra, mas principalmente o fato de a sociedade não se mostrar preparada para receber um surdo e dar-lhe as condições necessárias para o desenvolvimento de sua linguagem. Apesar de no Brasil a Libras ser considerada a segunda língua oficial, apenas uma pequena porção da população brasileira tem conhecimento sobre ela. Esse pode ser um dos motivos de ainda se dizer que o sujeito surdo possui limitações cognitivas e afetivas, mas que o real obstáculo está nas condições que lhe são oferecidas.

A aquisição de uma língua é importante, pois é, principalmente, através dela que o psiquismo se constitui. Isso ocorre porque a língua fornece os recursos necessários para manter uma relação dialógica com a sociedade na qual o sujeito está inserido, compartilhando e trocando pensamentos, ideias, sentimentos, ações e assim, construindo novas concepções de mundo. Não obstante, esse processo não acontece naturalmente para uma criança surda, filha de pais ouvintes em que as relações entre mãe e bebê não são pautadas por uma linguagem comum. Dizeu e Caporali (2005) afirmam que é essencial a criança entrar em contato com a Libras o mais rápido possível para que não haja prejuízos na formação de seu psiquismo.

Nesse sentido, a Libras deveria ser inserida na vida da criança surda nos três primeiros anos de vida para que possa ser adquirida naturalmente. Devido à realidade brasileira, entretanto, a surdez nem sempre é diagnosticada até o primeiro ano de vida. Ademais, a importância da aquisição da Libras geralmente não é mencionada pelos profissionais que fazem a detecção da surdez e, desse modo, o acesso à ela é realizado tardiamente. Aquelas crianças que por algum motivo não tiveram acesso à Libras, podem se tornar adultos altamente dependentes da família e com pouquíssima elaboração do pensamento, não conseguindo expressar seus desejos, sentimentos e ideias. A aquisição de uma língua feita no tempo esperado só trará benefícios para a criança e sua família (Dizeu & Caporali, 2005).

Dalcin (2005) realizou uma pesquisa com surdos, filhos de pais ouvintes, para investigar sobre como o surdo internaliza a cultura familiar e como isso influencia na formação de seu psiquismo. A análise dos dados demonstrou que antes de entrar em contato com a Língua de Sinais, os surdos apresentavam uma precariedade simbólica. Como não compartilharam e nem se apropriaram da mesma língua materna, ficaram expostos a sérias restrições linguísticas e sociais, sem chances de apropriação da cultura de seu meio. Nesse período de restrição, seus pensamentos se mostravam concretos e literais, com pouco entendimento conceitual, dificultando na associação e narração de ideias.

Outra dificuldade percebida pela autora foi que pela falta de um meio de comunicação efetivo com a família, os surdos se sentiam excluídos do convívio familiar. Essa exclusão foi só aumentando com o decorrer do tempo em que se ficava evidente a separação entre os surdos e os ouvintes da família, reforçando a experiência de isolamento no seio familiar. Assim, Dalcin (2005) refere que o surdo transita pela língua oral, no sentido de que o seu ambiente é circundado por essa língua, embora ele não possua condições para apropriá-la. Nessa perspectiva, ele se vê em uma posição de ser sempre interpretado pelos outros. O sujeito surdo não “fala”, mas é falado pelos outros, como se perdesse o lugar de sujeito, de “eu” para “ele”. A transmissão para o surdo da cultura familiar e dos valores paternos, logo, fica comprometida pela falta de uma língua comum norteadora a todos da família. Geralmente, a falta da Língua de Sinais é tamponada por mímicas, gestos e dramatizações que foi denominado por Dalcin como língua caseira. Esta é composta por “sinais caseiros” criados pela família para estabelecer certo nível de comunicação com o filho, podendo perdurar por anos.

Com a aprendizagem da Libras através da comunidade surda, Dalcin (2005) verificou que os surdos passaram a interagir mais com os outros e com a sociedade. Ficaram mais comunicativos, pois tinham acesso a mais recursos para falar sobre diversos assuntos e assim, novas possibilidades de aprendizagem e de transformação de suas experiências. Além disso, desenvolveram o sentimento de pertencimento, de identificação e, logo, do surgimento do “eu”: puderam se nomear, nomear as outras pessoas e os objetos. É como se o contrato narcísico tivesse sido reformulado. Tornaram-se agentes de sua própria história, dominando e transformando suas relações com o mundo. Dalcin pontua que com o acesso à Libras houve a libertação da alienação e da inércia ao pensamento do outro, possibilitando a entrada em uma cadeia discursiva e retirando-os de um mundo meramente perceptual o qual conviveram por anos.

Dalcin (2005) conclui que no momento que o surdo tem acesso a Libras, abre uma possibilidade de comunicação entre ele e a família se esta buscar aprender. Geralmente, isso

não acontece. Pela diferença linguística e o não compartilhamento da língua, o surdo passa a ocupar um lugar de estrangeiro: “aquele que tem outra língua e outra cultura. Aquele que vem de um outro lugar, um lugar espaço-visual, que não faz parte da história da cultura familiar” (p.115). Desse modo, passa a carregar uma outra história, a da comunidade surda somente. Nesta é onde ele se reconhece e se identifica, pois todos compartilham a mesma língua, formando um laço social que lhes garante suporte e filiação. Aqui podemos remeter sobre a busca de enunciados do fundamento e a tentativa de estabelecer o contrato narcísico com a comunidade surda, já que é o meio que os acolhe e lhes dá voz como sujeitos falantes de seu próprio discurso.

Gesueli (2006) complementa sobre a importância da criança surda, filha de pais ouvintes, conviver com a comunidade surda para que eles possam se constituir como sujeitos. Pelo contrário, a criança poderia correr o risco de ficar presa na imagem de incapacidade e de desvalorização que permeia o imaginário da sociedade. Mas também, assumir a identidade de surdo ainda pode ser um processo complexo para alguns surdos, pois admitir a própria surdez é estabelecer um compromisso de pertencer a um grupo social minoritário que, infelizmente, ainda é marginalizado, discriminado e silenciado. Essa dificuldade na interação dos ouvintes com os surdos, que contém a marca do desconhecimento da Libras e da imagem da surdez, pode contribuir para que os surdos reconheçam e assumam suas identidades. Na interação com o que Gesueli denominou de “reverso”, ou seja, o contato com aquilo que não sou, poderá estimular o reconhecimento do que sou.

“Ser Surdo (com ‘S’ maiúsculo)”, conforme discorrido por Bisol e Sperb (2010, p. 8) é reconhecer-se através de outros sujeitos que também compartilham a Língua de Sinais e não se veem como alguém que sofreu uma perda ou é marcado por uma falta, mas sim como pertencentes a uma minoria cultural e linguística. Bisol e Sperb (2010) pontuaram que a diferença na constituição física pode ser compreendida em um sentido positivo do que aquele ligado a uma perda ou a algo faltante, como acontece na nossa sociedade. Na dimensão positiva, a sociedade reconheceria que os surdos desenvolvem uma habilidade maior de se relacionar com o mundo e com as outras pessoas a partir do olhar, e através do uso da Língua de Sinais.

Dessa forma, a Língua de Sinais permite uma maior compreensão do mundo, constituindo o psiquismo e auxiliando na construção da identidade nos sujeitos surdos, além de ser possível a construção da sua própria história a partir das trocas de experiências com o meio. Vários prejuízos cognitivos e emocionais podem ser evitados quando os pais recebem orientações necessárias sobre a importância da Libras no desenvolvimento do seu filho, além de facilitar a comunicação, a expressão e o processo de ensino-aprendizagem. Mas também, é

essencial à família aceitar a surdez e ter conhecimento sobre a Libras, pois dessa maneira os ganhos da criança e da família seriam impulsionados (Dizeu & Caporali, 2005).

Negrelli e Marcon (2006) afirmam que a família é a responsável pela inserção da criança no meio social e que isso só acontece a partir de uma língua comum. A família ao introduzir a criança na linguagem permite a internalização da cultura da sociedade a qual pertence. Em relação a uma criança surda, sua inserção irá acontecer se sua família também estiver compartilhando a mesma língua, a de Sinais. As autoras destacam, portanto, que a família saber a Língua de Sinais, facilitará a comunicação, a interação com o mundo da criança e deixará o convívio familiar mais agradável. A limitação na comunicação entre a família e o surdo poderia fazer com que esse sujeito se forme como um ser isolado e incompreensível, pois seria excluído das conversas familiares e dos conselhos paternos. A comunicação ficaria restrita apenas sobre as necessidades básicas do surdo, sobre alimentação e higiene, por exemplo, estruturando uma língua caseira própria de cada família.

Por isso que, após a descoberta da surdez, os pais precisariam ser orientados sobre a importância da atuação da Libras no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança. A partir do contato com uma língua efetiva, o surdo desenvolve a comunicação e os laços afetivos em família por se sentirem compreendidos. Ademais, é essencial no processo de ensino-aprendizagem por permitir uma via de comunicação com a escola e o desenvolvimento do pensamento abstrato e associação de ideias. A Libras, portanto, precisa ser a primeira língua da criança surda, sua língua materna, e a Língua Portuguesa a segunda. Dessa maneira, o surdo terá sua identidade construída e sua inserção em mundo prioritariamente ouvinte. Negrelli e Marcon (2006) pontuam que:

uma família bem estruturada, a par da realidade do filho e de suas necessidades, oferecerá a essa pessoa, desde o seu nascimento, sua primeira língua. Se não houver essa sensibilidade, o conhecimento sobre o mundo e as operações cognitivas que se estabelecem serão limitados. Não haverá trocas simbólicas com o meio e nem identificação com seus pares, sendo isso indispensável para o fortalecimento da identidade da pessoa surda, originando problemas emocionais e influenciando sua personalidade (p. 105).

Nesse sentido, a criança só consegue descobrir a si e a sua realidade social através da comunicação, ou seja, a partir do uso da língua nas interações interpessoais, a criança constrói identificações com o seu meio social. Estabelecer contato com a comunidade surda também é importante para a constituição da identidade surda, pois nesse espaço, seja uma associação, escola ou igreja, ele se sentirá pertencente a uma língua e a uma cultura, possibilitando o tornar-

se sujeito de sua própria história. Tendo acesso à uma língua, o surdo desenvolve uma linguagem e passa a interagir, aprender e experienciar com o mundo que o cerca, pois uma criança surda possui as mesmas condições de aprendizagem que uma criança ouvinte, a única diferença é que a língua passa pelo canal visual (Dizeu & Caporali, 2005).

Percebemos, portanto, que pensar o lugar que a surdez ocupa na constituição do psiquismo da criança traz consigo variados pontos de reflexões. Bisol e Sperb (2010) destacam a utilização da análise de narrativas de sujeitos surdos como uma importante ferramenta de compreensão do tema. Ademais, relatos autobiográficos de surdos, realizados em Língua de Sinais, têm sido empregados para se estudar os processos de construção da identidade, principalmente dentro da perspectiva de que a análise de uma vida é feita a partir do contar e as narrativas, por conseguinte, dariam sentido ao fluxo de acontecimentos. As narrativas proporcionam construções de sentido a partir de uma dialética entre as especificidades que cercam a história de cada um e os significados culturais compartilhados pela sociedade de determinado período histórico.

A teoria psicanalítica e as análises das narrativas de histórias de vida podem trazer para o campo científico importantes reflexões para aqueles que se dedicam ao estudo da surdez. Através desses dois campos teóricos a discussão poderá ir além da polarização deficiência e diferença que envolvem a maioria das pesquisas, podem direcionar novos caminhos de entendimento sobre a surdez. No entanto, antes de adentrarmos aos relatos de sujeitos surdos, é importante compreendermos a relevância das narrativas de vida como via de acesso ao psiquismo. Discorreremos, a seguir, sobre as narrativas de vida enquanto metodologia de pesquisa.

Capítulo 3

O narrar de uma história

Ao nos referirmos à ideia de Aulagnier do pequeno historiador, é necessário também refletirmos como essas histórias são formuladas e narradas. Ser historiador requer a articulação constante entre a múltipla inserção temporal que nos constitui. A ordem temporal delinea o psiquismo, marcando-o de experiências advindas dos encontros com a própria psique, com os outros e com o mundo. Há a marca temporal em todos os sujeitos, podendo ser de maneira cronológica e/ou kairótica. Se retomarmos às origens da nossa concepção ocidental acerca do tempo, é fundamental compreender as figuras mitológicas de Cronos e Kairós. Cronos, que representa o tempo quantitativo, objetivo e cronológico, foi concebido na mitologia grega como aquele que castrou seu pai Urano (céu), separando-o de sua mãe Géia (terra) para assumir o trono e poder governar sobre todas as coisas. Cronos era um deus destruidor, tirânico e detentor de grande poder. Seu reinado, entretanto, era ameaçado por uma profecia que afirmava que um dos seus filhos o destronaria. Para que a profecia não se cumprisse, Cronos devorava todos os seus filhos que Réia, sua mulher, concebia. Réia, por outro lado, enganou seu marido e conseguiu salvar um dos filhos, Zeus. Após crescido, Zeus destronou seu pai, expulsou-o do Olimpo e assumiu o trono (Ferreira & Arco-Verde, 2001; Lima, 2013).

Nesse sentido, consoante Araújo (2001), esse tempo cronológico, representado “mitopoeticamente” pela figura de Cronos, que devora tudo, está permeado na sociedade contemporânea. A vida regida pela superioridade de Cronos é quantificável, mensurável na qual a relação com os objetos, com as pessoas e com a natureza é dada por sistemas cronológicos. Impera o tempo do calendário, do relógio, do capital e da mercadoria, homogeneizando tudo e todos. A vida se estabelece por medidas lineares, fixas, previsíveis e imóveis. Dessa forma, devora-se a ordem do ser, da expressão da vida em suas diversas formas de vir-a-ser. O autor ainda ressalta que a predominância de Cronos torna o tempo portador da objetividade científica da Física Clássica, em que a existência da realidade externa passa a ser compreendida independentemente da psique.

Com a Teoria da Relatividade de Einstein, que entendia o tempo e o espaço como relativos e interligados, a concepção de tempo ganhou uma característica kairótica, ou seja, o

tempo passou a ser concebido e vivido conforme a dinâmica do observador do fenômeno. Na mitologia grega a alegoria de Kairós representa a promessa de libertação do tempo fixo de Cronos, o tempo como o fluxo das experiências cotidianas e o devir que move a vida humana. Ademais, significa a expressão do eterno retorno, do tempo cíclico que sempre retorna trazendo significados e reações. O tempo da curvilinearidade e da heterogeneidade que leva a pluralidade de caminhos e sentidos das experiências, formando uma “multitemporalidade” que marca o aparelho psíquico (Araújo, 2001; Lima, 2013).

Não obstante, Araújo (2001) teoriza que não se pode reduzir a concepção de tempo a um modo de manifestação, contudo compreendê-lo na articulação entre Cronos e Kairós. É entender que o fluxo da vida é movido por polaridades: objetividade e subjetividade, ordem e desordem, quantitativo e qualitativo. Dessa maneira, as experiências humanas são concebidas em suas múltiplas dimensões em que há a linearidade de Cronos, mas também a curvilinearidade de Kairós. As histórias escritas no psiquismo se tornam mais dinâmicas e profundas, adubando no sujeito as chances de afirmação e transformação de vida. Esse entrecruzamento foi chamado pelo autor de tempo híbrido que cultiva os fluxos de permanência e mudança nas temporalidades da psique.

Nesse contexto, ao pensar o psiquismo na concepção psicanalista, emerge a noção de diferentes tempos em que está implicada também essa concepção de tempo híbrido, da presença articulada de Cronos e Kairós: a articulação entre a desordem do princípio de prazer e a ordem do princípio de realidade no funcionamento psíquico. A vida interna, logo, é constituída pela multiplicidade temporal que registra no psiquismo os encontros com a própria psique, com os outros e com o mundo, marcando de traços o aparelho psíquico e formando a memória de cada sujeito. Essa memória é revivida, ressignificada e religada através do discurso, expressando as marcas deixadas pelas temporalidades. Assim, “o falar sobre” se mostra como uma importante ferramenta para as ressignificações e transformações de vida.

Freud (1911/2004b;1925/2007b) concebe a memória como um sistema de armazenamento de traços advindos do sistema perceptivo-consciente (P.-Cs.). A memória estaria, portanto, “atrás” do sistema P.-Cs., produzindo traços permanentes das percepções captadas. O P.-Cs. se constitui, assim, como um receptor dos estímulos externos, embora não conserve traços permanentes. É o sistema de memória – o inconsciente – que tem a responsabilidade de registrar certas percepções como traços permanentes. Desde o nascimento, o psiquismo do bebê busca os objetos pulsionais de satisfação. O P.-Cs. trabalha captando as impressões sensoriais e perceptivas advindas dos encontros com esses objetos. Dependendo da

energia quantitativa e qualitativa envolvida na impressão, é produzida uma inscrição permanente no inconsciente.

No decorrer da vida do sujeito, esses traços são transcritos, se (re)ligam, se (re)organizam e a cada nova inscrição os traços são retranscritos, compondo a memória. O psiquismo é um aparelho fundado pela memória. Para Freud a memória é o inconsciente em que se localiza a desordem dos traços permanentes advindos das percepções dos encontros que o sujeito realiza em sua vida. Lima (2013) afirma que o tempo constitui o âmbito de desdobramento da vida psíquica e, logo, a memória é a que articula as vivências internas, construindo a ideia do que foi, é e será. O tempo e a memória moldam a psique.

Nessa perspectiva, as narrativas de histórias de vida ou entrevistas narrativas se constituem como importante instrumento de escuta das articulações singulares entre tempo e memória. Através do narrar e do recontar a história de vida, os traços permanentes tomam formas e contornos, possibilitando ressignificações e elaborações dos conteúdos presentes na memória (Lima, 2013). A pesquisa científica assim, pode também ser um espaço que proporcione a escuta e gere transformações de vida. Neste caso, utilizar as narrativas de vida como método científico vem ao encontro desse propósito em que a pesquisa contribuiria político e socialmente com a sociedade.

3.1 Pesquisa (auto)biográfica e narrativas de vida

A emergência das possibilidades de construções de narrativas sobre si, conforme Teixeira (2003) e Heller (1980), tem sua localização no advento do homem moderno, apesar do texto (auto)biográfico não ter sua origem na modernidade. A noção de indivíduo, de constituição de uma interioridade e, por conseguinte, uma relação diferente com a vida privada ganharam espaço, principalmente, com estabelecimento do Iluminismo no campo das ideias. Este trouxe a ênfase na razão e na afirmação do homem como o centro do mundo, e manipulador da natureza. É nesse sentido que a ideia de indivíduo se constituiu. O homem como sujeito autônomo e racional, passou a ficar em uma posição exterior e descentrada da sociedade, de sua comunidade de origem. Agora, pode exercer sua visão crítica do mundo, construindo sua identidade por si próprio. Teixeira afirma que dessa maneira, o sujeito individualiza-se no social, construindo algo que lhe é privado, interior e próprio:

é essa *experienciação de si* como diferença que traduz o sujeito moderno. É a gênese de um espaço privado, no qual o sujeito se constitui indivíduo, que possibilita a vivência da interioridade. O sujeito moderno se constrói a partir de uma diferença com o meio e, fundamentalmente, consigo próprio (p. 6).

A abertura do diálogo consigo mesmo fez emergir um espaço de experiência social e privada. Os conteúdos subjetivos invadiram o homem moderno, dos quais ele não conseguia escapar. Foi no contato com o subjetivo que ocorreu a marca de sua singularidade, o que o fez diferenciar-se dos outros. Foi nesse movimento histórico de posicionamento do sujeito diante de si mesmo que a possibilidade (auto)biográfica surgiu como forma de refletir sobre a própria história dentro de um contexto maior da História como memória da humanidade. A pesquisa (auto)biográfica se tornou um meio privilegiado de reconstituições escritas ou orais de uma vida que testemunha a existência (Teixeira, 2003).

Souza (2014) afirma que a pesquisa (auto)biográfica está se desenvolvendo e se consolidando cada vez mais nas Ciências Humanas e Sociais, buscando assegurar a vida ao abrir espaços de voz, escuta e compartilhamento das experiências vividas pelos sujeitos. Consegue-se apreender o modo como os atores sociais vivem, aprendem, desenvolvem-se, enfrentam os conflitos e buscam opções para superar os obstáculos da vida diante dos processos de inclusão/exclusão social. A pesquisa (auto)biográfica, por conseguinte, nasce do sujeito em sua inserção e interação com o social, trilhando uma temporalidade biográfica que expõe os caminhos da vida social e individual. Na narração, consegue-se apreender as diferentes formas de expressão e manifestação da vida. Por essa característica do discurso (auto)biográfico de possibilitar a investigação de subjetividades, no sentido de ser produto e produtor de totalidades subjetivas, que ele se torna um meio significativo para o estudo de variados temas, como destaca Teixeira (2003).

Delory-Momberger (2016) ressalta que a pesquisa (auto)biográfica se diferencia de outras vertentes de pesquisa por inserir a dimensão temporal, isto é, a temporalidade biográfica na compreensão dos processos de construções singulares. O homem constrói sua experiência de si mesmo e do mundo em uma temporalidade que ele relaciona com sua própria existência. A temporalidade biográfica, logo, é uma dimensão através da qual o sujeito forma e delinea suas vivências, fundamentando-se em uma sequência narrativa matricial que constitui o enredo da vida. Assim, as histórias escritas ou orais são articuladas e orientadas no tempo, construindo as experiências de acordo com uma razão narrativa. A partir dessa lógica, o sujeito vive cada momento de sua vida como um momento de história: começos, fins, sucessões e sobreposições de eventos, episódios ou experiências.

A pesquisa (auto)biográfica, afirma Abrahão (2004), é um modo de história autorreferente, rica em significados, em que o sujeito tem a possibilidade de desvelar-se, para si, e revelar-se para os outros. São exemplos desse tipo de pesquisa as Histórias de vida,

Autobiografias, Biografias e Memoriais. Para tanto, emprega diversas fontes de dados como entrevistas narrativas ou narrativas de vida, documentos, filmes, histórias orais, entre outros. Utilizar relatos orais ou escritos de histórias de vida, a partir de entrevistas ou documentos escritos, tem como objetivo compreender uma vida ou parte dela com o fito de que sejam desvelados os aspectos históricos, sociais e culturais que compõem o psiquismo dos sujeitos investigados, como pontua Lima (2013).

Esse tipo de pesquisa tem como principal foco o exercício da rememoração. A memória é o elemento primordial para sua execução. As narrativas (auto)biográficas quebram o sentido cronológico e linear do tempo e do espaço, pois entrelaçam em seus enredos passado, presente e futuro. Dentro dessa perspectiva, compreendemos que a memória não se constitui como um depositário passivo de acontecimentos, mas como um movimento ativo de produção de significados. As construções narrativas, logo, desvelam trajetórias de vida em que há a possibilidade de despertar o conhecimento de si para aquele que narra (Abrahão, 2004). Do mesmo modo, Teixeira (2003) afirma que apesar de um relato (auto)biográfico se estruturar a partir da narrativa de eventos ordenados e cronologicamente organizados, existe a possibilidade de leitura de um outro texto que está sublimar àquele. Um texto que contém a marca do sujeito que realizou todos os acontecimentos, desvelando uma cadeia de desejos que move o sujeito dentro de um tempo híbrido.

Pesquisar a partir dessa concepção traz consigo a compreensão de uma tradição em pesquisa que entende a realidade como multifacetária, complexa e construída socialmente pelos sujeitos. Estes estão em processo contínuo de autoconhecimento através das experiências compartilhadas com os outros e com o mundo. Assim, o pesquisador não recolhe apenas fatos diversos em contextos narrativos diferentes, mas participa da construção de uma memória que deseja ser transmitida a partir da demanda do pesquisador. Ademais, este não tem como objetivo estabelecer generalizações estatísticas, mas compreensões sobre seu objeto de estudo que pode permitir generalizações analíticas (Abrahão, 2004).

Essa metodologia, portanto, estabelece o diálogo entre os âmbitos individuais e sociais, contendo uma dimensão ética e política por romper com as formas rígidas de investigação científica ainda realizadas. Busca-se o entendimento dos sentidos da vida social nas articulações entre tempo e memória das identidades individuais (Abrahão, 2004). Carreteiro (2012) ainda menciona que existe uma relação dialética contínua entre as forças históricas e sociais influenciando a formação das subjetividades, e os sujeitos influenciando as construções sócio históricas.

Nessa perspectiva, Delory-Momberger (2016) afirma que esse tipo de pesquisa analisa os processos de individuação e socialização que fazem parte do desenvolvimento sócio-individual do sujeito narrador. É no movimento de apropriação e configuração desses processos que o sujeito se produz e é produzido. E é nesse sentido que a pesquisa (auto)biográfica recorre ao neologismo “biografização”. Todos nós estamos, de acordo com Delory-Momberger, relatando frequentemente a nós mesmos as experiências vivenciadas: cada momento vivido se torna um espaço de história singular que compõe a nossa história. Estamos nos biografando constantemente, ou seja, inscrevendo nossas experiências em um contexto temporal. “Biografização”, logo, se refere ao conjunto de operações que utilizamos para formar nossas histórias e nos reconhecer, e se fazer conhecer pelos outros. Uma modalidade privilegiada de operações de “biografização” é a narrativa de vida em seu meio oral ou escrito: é a fala ou escrita de si.

As narrativas de histórias de vida como uma forma de pesquisa (auto)biográfica se caracterizam por serem histórias de um sujeito que se constroem dentro dos aspectos micro e macroestruturais do sistema social. Foi por permitir a compreensão dos fenômenos sociais que esse tipo de pesquisa foi utilizado notadamente no campo da Sociologia a partir do início do século XX, principalmente, por sociólogos franceses e italianos. Atualmente, as histórias de vida tornaram-se uma metodologia de pesquisa e formação com diversos pesquisadores, literaturas, colóquios e práticas, especialmente dentro das Ciências Sociais e Humanas (Abrahão, 2004; Josso, 2006).

Além disso, a ideia de entrevista narrativa ganhou espaço dentro das pesquisas qualitativas por se constituir também como crítica ao modelo tradicional de pergunta-resposta da maioria das entrevistas. Consoante Bauer e Jovchelovitch (2002) e Flick (2004), no modelo tradicional o entrevistador impõe estruturas no momento da entrevista como, por exemplo, seleciona o tema e os tópicos a serem trabalhados e impõe sua linguagem ao verbalizar as perguntas. Esses autores também questionam a possibilidade desse modelo de apreender as experiências subjetivas dos participantes. Foi pensando em um modelo menos imposto de entrevista, no qual se conseguisse abordar o mundo subjetivo e experimental do participante, que as entrevistas narrativas ganham espaço e são cada vez mais utilizadas como método de pesquisa.

As narrativas de histórias de vida, desse modo, são uma forma de compreensão dos aspectos sócio históricos que atravessam a produção de vida dos sujeitos. Elas possibilitam a análise dos fatores psíquicos, familiares, econômicos, sociais e coletivos, por exemplo, que interferem nas construções subjetivas (Carreteiro, 2012). A partir dessas narrativas é possível

identificar a maneira como o sujeito ou narrador se insere no contexto familiar e social ou, dito de outra forma, investigar as construções identificatórias do Eu, pois, as narrativas se compõem como expressões orais ou escritas do Eu. Pineau (2006) ressalta que

essa prática é mais do que um repertório de uma arte de viver e não se exerce e se deixa entrever ou entender a não ser na difícil e efêmera articulação entre experiência e expressão. Exercício ousado e arriscado, tanto em sua prática quanto em suas teorizações, nas fronteiras do individual, do social, do consciente e do inconsciente, do antes e do depois (p. 43).

Teixeira (2003) observa que, na contemporaneidade, as histórias de vida de pessoas anônimas começaram a ter destaque e consideradas fontes significativas para se conhecer e analisar o social. Dessa forma, as relações entre o coletivo e o singular, e passado, presente e futuro perdem o fator determinístico e passam a ser compreendidos em seus entrecruzamentos. Isso é possível pela construção de um espaço dialógico entre entrevistador e entrevistado. A rememoração da própria história de vida é percebida assim, como um momento de transformação e reconstituição de si ao passo que o sujeito toma consciência dos caminhos de sua trajetória, podendo ressignificá-los. O sujeito passa a ser agente de sua própria vida. Teixeira afirma que essa concepção de história de vida traz a possibilidade do entrevistado de construir uma identidade e uma autoimagem a partir do exercício da rememoração e, logo, da reconstituição de sua história.

Outro ponto destacado por Carreiro (2012) é que, na produção narrativa, permeia uma dimensão relacional que serve de suporte de acolhimento para a narração. Precisa-se considerar o lugar simbólico e social que pesquisador e narrador ocupam ao longo do desenvolvimento da narrativa. O acesso, pois, dá-se através dos exercícios de rememoração e interpretação, que são determinados pela situação atual do narrador e as circunstâncias presentes da relação com o pesquisador. Em todos esses aspectos estão envolvidas as exigências do inconsciente de cada um, formando uma espécie de *feedback* circular. Essa dimensão relacional abre espaço de possibilidades de sentido, compreensão, formação e traços biográficos da vida entre entrevistado e entrevistador, como ressalta Souza (2014).

Neste momento, podemos remeter ao texto *Construções em análise* de Freud (1937/1996d) para realizar uma analogia entre o trabalho do analista e do pesquisador. Na análise, o psicanalista conduz o paciente para a (re)construções de conteúdos recalçados no inconsciente a partir das lembranças de sua vida que o paciente traz no discurso. Através dessa condução analítica, o analisando elabora e reformula a si mesmo, construindo novos sentidos.

De forma análoga, na narrativa o pesquisador conduz o narrador no processo de rememoração dos acontecimentos de sua história, abrindo espaço também para a possibilidade de (re)construções de si e de reflexões sobre os determinantes de sua vida.

Nesse sentido, os narradores não são meros informantes, mas construtores ativos no processo de pesquisa, sendo capazes de formular hipóteses sobre suas vidas. Carreiro (2012) ressalta que essa abertura que as narrativas de histórias de vida possibilitam, desenvolve a função de historicidade. Os sujeitos conseguem compreender os modos pelos quais produzem e são produzidos pela história, e os diversos caminhos que percorreram na edificação de suas trajetórias, considerando os aspectos sociais, conscientes e inconscientes. Assim, pode-se mudar as relações que se tem com o passado, promovendo a emancipação de si.

Lima (2013) afirma que realizar as entrevistas narrativas ou narrativas de histórias de vida em Psicologia é adentrar no campo existencial em que se encontram diversos fatores que constituem a subjetividade. Esses fatores estão relacionados a dispositivos sociais que objetivam a produção de maneiras do indivíduo ser sujeito de práticas sociais. Ademais, a pesquisa (auto)biográfica em Psicologia auxilia na compreensão dos fluxos da vida que refletem os processos de subjetivação da sociedade contemporânea. As narrativas de vida visam a compreensão de uma vida ou parte dela através da expressão oral das articulações entre tempo e memória, as quais desvelam também os processos históricos e socioculturais. As narrativas demonstram as relações dialógicas entre o individual e o coletivo.

Bertaux (2010) o “contar” a própria história a outrem já modifica a produção discursiva do sujeito na forma de uma narrativa. Nesse sentido, contar sua história remete o sujeito narrador a uma sucessão temporal de acontecimentos, ações e situações. Esse emaranhado de acontecimentos constitui uma linha de vida do sujeito em que se faz zigzagues devido aos aspectos sociais que podem inesperadamente reorientar o percurso da vida. Dessa maneira, através da narrativa, as pessoas conseguem lembrar e colocar em sequência as experiências vivenciadas e encontram explicações para essas experiências que perpassam a vida individual e social, como destacam Bauer e Jovchelovitch (2002).

Nessa perspectiva, as narrativas se constroem como espaço de entendimento de si e do mundo em que é possível desvelar as articulações singulares do tempo e da memória. Conforme Ricoeur (2010), o sujeito se compreende ao interpretar-se e a maneira como realiza essa interpretação é o modo narrativo. O autor refere que a narração é o modo de autocompreensão do sujeito quando “ele se considera do ponto de vista da temporalidade, do tempo vivido cotidianamente, mas também da longa duração que é a história de uma vida do nascimento à morte” (p. 220). A história de uma vida é uma história em aberto na qual se entrelaçam

discursos, vivências e experimentações. Mas também, a narrativa de vida está além de apenas descrever as vivências e experiências do sujeito, é um lugar de ressignificações e análises da própria vida (Bertaux, 2010).

O percurso da vida, portanto, ganha espaço de rememoração e ressignificação no ato de narrar. Quando o sujeito conta sua história, os traços permanentes formadores da memória tomam novas formas e contornos, possibilitando retranscrições dos conteúdos e transformações de vida. Bertaux (2010) afirma que o trabalho de rememoração que o sujeito faz para reconstituir o fio de sua trajetória de vida, comunica sobre o que faz sentido para ele. As narrativas de vida assim, se constituem como importante instrumento de pesquisa que fornecem dados significativos sobre a subjetividade e os aspectos históricos e socioculturais, e se constroem como campo de escuta e elaborações de vida. No caso de sujeitos surdos que se constituem como uma minoria social e linguística, abrir espaço de escuta se forma como uma maneira de auxiliar a saída do lugar de silenciados, excluídos e marginalizados que ainda ocupam na nossa sociedade. As narrativas se compõem, logo, como discursos de resistência.

3.2 Definição do problema e objetivos

Percebemos que, ao pensar a constituição psíquica do sujeito, a relação com os pais, ou com quem exerce essas funções, emerge como fundamental. É através do discurso parental que o bebê será inserido no campo da linguagem e pelo qual escreverá os capítulos de sua própria história. Diante da surdez de um filho, o discurso parental poderá trazer silêncios, feridas e marcas que também comporão a história identificatória do pequeno historiador surdo. Assim, o presente estudo objetiva investigar o lugar que a surdez ocupa na constituição psíquica de sujeitos surdos bilaterais e profundos devido a uma surdez congênita, e filhos de pais ouvintes. Possui como objetivos específicos: a) investigar a constituição psíquica do sujeito; b) compreender a implicação da surdez na constituição psíquica; e c) identificar o espaço da Língua de Sinais no psiquismo dos surdos.

3.3 Participantes

Como critérios de inclusão/exclusão do presente estudo, utilizamos: ser surdo profundo bilateral de nascimento e filho de pais ouvintes; ter idade igual ou maior que 18 anos; falar a Libras; e assinar os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Concessão de Imagem e Som. Participaram da nossa pesquisa 5 sujeitos narradores, sendo quatro mulheres e um homem na faixa etária entre 20 e 35 anos. Em dois casos, a surdez foi

confirmada por rubéola, em outros dois houve uma suspeita não confirmada de rubéola, e em um caso não obtivemos dados sobre a causa da surdez.

Além das entrevistas narrativas com os sujeitos surdos, realizamos entrevistas com os cuidadores desses participantes. Participaram três mães e uma madrinha na faixa etária de 40 a 60 anos. A realização da quinta entrevista com a mãe de uma das participantes ainda não ocorreu porque após a realização da entrevista com a participante surda, ela não retornou as várias tentativas de contato via celular para marcar com sua mãe ou repassar o número de contato telefônico dela para marcar a entrevista. Temos, logo, um total de nove sujeitos de pesquisa – 5 sujeitos surdos e 4 cuidadoras.

3.4 Percurso metodológico

3.4.1 Geração dos dados

O instrumento de geração de dados utilizado, com os sujeitos surdos e com as suas cuidadoras, foram as entrevistas narrativas, conforme postulado por Bertaux (2010) e Bauer e Jovchelovitch (2002). As entrevistas narrativas são entrevistas abertas ou não estruturadas em que a influência do entrevistador deve ser mínima. Procura-se também utilizar uma linguagem mais cotidiana para que predomine o contar e o escutar a história narrada pelo sujeito. Para iniciar uma entrevista narrativa é necessário que haja uma preparação anterior do pesquisador no sentido de ele estar familiarizado com o objeto de estudo a ser pesquisado (Bauer & Jovchelovitch, 2002).

Após essa preparação, Bertaux (2010) refere que o pesquisador irá a campo para a abertura do trabalho de geração das entrevistas, porém dependendo do objeto a ser estudado, o pesquisador enfrentará dificuldades para a aceitação do convite de participação por parte dos sujeitos. O autor destaca que poderá acontecer várias recusas cujas razões são necessárias compreender, pois isso já pode trazer indícios sobre os desafios, conflitos, configurações e o clima geral que permeia a área estudada. Entender os obstáculos que são encontrados ao longo do trabalho de campo, permite entender um pouco sobre esse próprio campo. Uma dica dada por Bertaux é apresentar a operação da pesquisa de maneira que o sujeito perceba a utilidade da pesquisa para a categoria social a qual pertença.

Para que a entrevista comece é necessário, segundo Bertaux (2010), que um contexto social seja estabelecido, o objetivo da entrevista confirmado e que seja feita pelo menos uma pergunta. O contexto social é constituído a partir do contato precedente que o pesquisador realiza com o entrevistado para combinar o momento da entrevista. Assim, existirão duas

entidades sociais que se confrontam: o participante reconhece que o entrevistador se dirige a ele não como uma pessoa privada, mas considerando que ele é portador de uma experiência de vida específica que corresponde ao objeto estudado; e diante do sujeito, o pesquisador é visto como aquele que representa a Universidade e a sociedade. É a esta que o sujeito se dirige primeiramente. Para o andamento satisfatório da entrevista, Bertaux afirma a necessidade desse contexto social ser ultrapassado para que se desenvolva uma relação interpessoal que inverta essa relação social construída. O sujeito precisa saber que sua experiência de vida traz um conhecimento rico para a ciência, que não está escrito em lugar nenhum.

Nesse sentido, Bauer e Jovchelovitch (2002) teorizam que a entrevista narrativa poderá ser realizada a partir de quatro fases. Na primeira fase, o pesquisador explica ao entrevistado os procedimentos da entrevista e solicita a permissão para gravação para posterior transcrição e análise dos dados. A partir dos estudos realizados pelo pesquisador sobre o objeto de pesquisa, ele formulará a “questão gerativa narrativa” (Flick, 2004) que objetiva estimular a narrativa central do participante. Essa questão precisa ser formulada de maneira clara para que o tema estudado seja abordado. O tema pode variar desde a história de vida geral do sujeito ou algum acontecimento específico. A segunda fase é caracterizada pela narração central do entrevistado em que o pesquisador deve privar-se de realizar comentários e apenas dar sinais verbais ou não verbais de estímulos para a narração. Bertaux (2010) complementa que duas atitudes devem ser abolidas da entrevista: o pesquisador falar muito, interrompendo continuamente o narrador; e ficar com o rosto impassível, sem demonstrar estímulos para a continuação do desenvolvimento da narrativa.

A terceira fase é a de questionamento, ou seja, o pesquisador pode realizar perguntas ao participante de partes da entrevista que não ficaram claras. Já a quarta fase é aquela que acontece quando o gravador já está desligado e pode surgir discussões informais que gerariam dados de análise interessantes para a pesquisa. O pesquisador pode realizar notas dessas discussões ao final da entrevista. Em relação à análise das narrativas, o método utilizado é aberto, isto é, o pesquisador pode utilizar o método que julgar mais eficiente para sua pesquisa (Bauer & Jovchelovitch, 2002).

Bauer e Jovchelovitch (2002) também teorizam algumas fraquezas metodológicas das entrevistas narrativas. Afirmam que o entrevistado pode criar expectativas sobre o que o pesquisador deseja ouvir e tentar agradá-lo ou defender algum ponto de vista durante a entrevista. A “questão gerativa narrativa” pode ser formulada de maneira inadequada em que o objeto de estudo não é alcançado e não estimule o participante a narrar. Pode-se questionar se as entrevistas narrativas fornecem descrições válidas para a representação da realidade. Os

autores respondem que a realidade das narrativas é a realidade do participante, do que é experienciado por ele no mundo. Desse modo, não podem ser julgadas como falsas ou verdadeiras. Além disso, a narrativa de cada participante está inserida em um contexto mais amplo assim, não podem ser concebidas e analisadas fora do contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido.

3.4.2 Procedimentos

Para tornar os dados da pesquisa válidos e fidedignos, pois a pesquisadora responsável ainda não possui o domínio fluente da Libras, foi firmada uma parceria com a coordenação de estágio do curso de Letras/Libras – Formação de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Goiás, para que os alunos do último ano pudessem realizar o estágio de interpretação e tradução nessa pesquisa, como também participar como assistentes de pesquisa. Em Libras, a interpretação se refere à produção oral em que o profissional interpreta a Libras para o Português ou vice-versa, e a tradução à produção escrita decorrente da interpretação. Assim, 10 alunos participaram da pesquisa, divididos em cinco duplas para que cada par realizasse a interpretação no momento da entrevista e, posteriormente, a tradução. Antes do início efetivo da geração dos dados, a pesquisadora responsável realizou uma reunião com os dez alunos para explicar o passo a passo da pesquisa e seus objetivos.

Inicialmente, foi pensado em realizar a divulgação e o convite para participar da pesquisa na Associação dos Surdos de Goiânia, mas por questões burocráticas da instituição, realizamos em outras instituições: no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (Cas); uma igreja batista onde se realiza cultos religiosos em Libras, encontros de jovens e adultos surdos e a oferta de cursos de Libras; e na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás onde é ministrado o curso de Letras/Libras. A divulgação e o convite realizados em cada instituição foram feitos pessoalmente pela pesquisadora responsável com o auxílio de um aluno voluntário, abordando os surdos que frequentavam cada lugar. Nesse momento presencial foi explicado, em Libras, sobre a pesquisa, seus objetivos e metodologia, e realizado o convite. Após a aceitação do convite, foi pego o contato celular com cada surdo para marcar o dia, horário e local das entrevistas.

Encontramos dificuldades na adesão dos surdos e dos cuidadores à entrevista. Aconteceram algumas recusas, mas, principalmente, desistências no momento do contato via celular. Alguns surdos não respondiam e outros afirmavam que o cuidador não tinha disponibilidade para a realização da entrevista. Para facilitar ainda mais a comunicação via

celular, gravamos um vídeo em que a pesquisadora responsável interpretou em Libras as explicações sobre a pesquisa feitas no contato inicial. Desse modo, conseguimos atingir, ao longo de dois meses, a quantidade de nove entrevistas. As entrevistas aconteceram no local de melhor disponibilidade para cada participante, sendo que foi oferecido também o espaço do Centro de Psicologia da UFG, embora os nove participantes afirmaram ser difícil o deslocamento até lá. Assim, as entrevistas aconteceram na igreja batista, na Faculdade de Letras/Libras e em algumas residências.

Em cada entrevista com o surdo foi utilizado um gravador de voz para gravar a interpretação dos alunos da história de vida contada, como também a utilização de uma câmera filmadora para filmar toda a entrevista para que os alunos pudessem realizar a tradução posteriormente. Com os cuidadores foi utilizado somente o gravador de voz para a entrevista. Após a leitura e assinatura do TCLE e do Termo de Concessão de Imagem e Som, a entrevista narrativa com o surdo se iniciou com a interpretação em Libras da frase: “Conte-me sua história de vida”. No caso das cuidadoras, a questão disparadora foi: “Conte-me a história de vida do (nome do sujeito surdo)”. Em todas as entrevistas, fizemos algumas perguntas ao final da narração para que o objeto de estudo fosse melhor abordado. Em algumas entrevistas, precisamos tomar notas depois de ter desligado o gravador, pois os participantes trouxeram discussões relevantes, conforme previsto por Bertaux (2010) e Bauer e Jovchelovitch (2002).

3.4.3 Cuidados Éticos

Os TCLEs foram elaborados de acordo com a Resolução CNS 510/16 que garante o sigilo da identidade dos participantes, bem como esclarece sobre os objetivos e passos para realização do estudo, ressaltando o caráter voluntário da participação. O risco da participação da pesquisa foi considerado mínimo e se referiu a algum desconforto emocional dos participantes durante a narração. Caso isso ocorresse, eles seriam devidamente assistidos pela pesquisadora responsável sem quaisquer ônus e, se necessário, seriam realizados os devidos encaminhamentos para serviços de psicologia. Não obstante, nenhum dos entrevistados sentiram desconforto emocional ou precisaram ser encaminhados.

A pesquisa teve como benefício ser um espaço de escuta e de significação das histórias de vida dos sujeitos surdos, constituindo-se também como um momento político de escuta de sujeitos silenciados e marginalizados pela sociedade. Destacamos também que os dados do estudo foram construídos em conjunto com os participantes, respeitando o tempo e as construções narrativas de cada sujeito. Ademais, compreendemos que as histórias contadas não

são apenas encadeamentos de fatos, mas (re)construções de si, possibilitadas pela relação dialógica criada entre pesquisador e sujeito de pesquisa.

3.5 Análise dos dados

Bertaux (2010) afirma que a análise de uma narrativa de vida se caracteriza por ser um momento no contexto de uma totalidade singular e social dinâmica. É um discurso narrativo que tenta contar uma história que, diferentemente de uma (auto)biografia escrita, é proporcionada pela relação dialógica improvisada com o pesquisador. Este orientou a descrição das experiências de modo que seu objeto de estudo fosse abarcado. A análise não se refere à extração de todas as significações que ela contém, mas daquelas que se relacionam ao objeto de estudo, adquirindo o *status* de indícios. Para Bertaux, esses indícios apontam para diferentes ordens de realidade: a realidade histórico-empírica, a psíquica e semântica, e a discursiva.

A realidade histórico-empírica se refere ao percurso biográfico do sujeito, ou seja, a sua trajetória de vida. Inclui não apenas a sucessão de fatos objetivos, como também a forma como o sujeito percebeu, agiu e avaliou as situações vividas. A psíquica e semântica é formada por aquilo que o sujeito pensa e sabe sobre seu percurso biográfico, constituindo a totalização subjetiva das experiências vividas até o momento da entrevista. A realidade discursiva da narrativa em si, refere-se ao discurso do sujeito sobre aquilo que quis dizer do que sabe e pensa de sua trajetória naquele dia, diante do pesquisador. Entre o percurso biográfico e a história de vida narrada, existe, de acordo com Bertaux (2010), um nível intermediário que é o da totalização subjetiva das experiências vividas. Esta totalização se caracteriza por ser o conjunto de materiais mentais que o sujeito utiliza para construir sua história, formada por lembranças, reflexões e avaliações retrospectivas. Bertaux ressalta que: “memória, flexibilidade, julgamento moral aí atuam em conjunto, bem como outras faculdades intelectuais do sujeito, seus ‘equipamentos’ culturais e sua ideologia, sua visão de mundo e seu lugar no mundo” (p. 93).

Como forma de análise das narrativas, utilizaremos a proposta de Schütze (1977; 1983), conforme citado por Bauer e Jovchelovitch (2002), que estabelece alguns passos para a composição e análise dos dados. O primeiro passo é a transcrição do material gerado. Em nosso caso, o material foi composto pela tradução das entrevistas com os surdos e a transcrição das entrevistas com os cuidadores. O segundo é a divisão do texto em proposições indexadas e não indexadas. As indexadas se referem aos fatos concretos do acontecimento (os personagens envolvidos, o local, as razões de acontecer, por exemplo), e as não indexadas são as proposições que indicam valores, generalizações e juízos construídos pelo narrador. No terceiro passo é

realizado o ordenamento dos acontecimentos que formam as trajetórias individuais. No quarto são analisadas as proposições não indexadas e no quinto é feito o agrupamento e comparação das trajetórias individuais. No último passo, as trajetórias individuais são analisadas dentro de um contexto e a partir disso é possível estabelecer identificação de trajetórias coletivas. Todas as análises que realizamos foram baseadas na teoria psicanalítica e para sigilo das identidades dos participantes foram utilizados nomes fictícios.

3.6 Descrição dos participantes-narradores

a) Thaís

Thaís, 23 anos, é solteira e reside com os pais e os irmãos em uma cidade do interior de Goiás. Ela nasceu no estado de Tocantins, e é a segunda filha, tendo dois irmãos. Durante a gestação de Thaís, sua mãe teve uma febre muito alta, mas como moravam em uma fazenda e seu irmão mais velho ainda era muito novo, seus pais optaram por não procurar ajuda médica na cidade e cuidar da febre em casa mesmo. Thaís nasceu de parto normal e sem nenhuma complicação. Por volta dos três meses de idade, sua mãe percebia que ela se comportava de forma diferente do irmão, pois ficava muito quieta e não respondia aos estímulos sonoros realizados pela família. Como a cidade não possuía muitos recursos de saúde, sua mãe a levava ao médico clínico geral que afirmava que Thaís não possuía nenhum problema e o fato de não responder aos estímulos era porque fazia parte de seu desenvolvimento. Não obstante, sua mãe continuou realizando vários testes e sua filha continuava a não responder aos estímulos.

Com um ano e meio de idade, sua mãe decidiu levá-la a Brasília para fazer exames mais detalhados quando foi detectado e diagnosticada a surdez profunda bilateral. A provável causa explicada pelo médico foi de uma rubéola interna em que a mãe manifesta poucos sintomas evidentes que comprovam a doença. No momento do diagnóstico, os pais não foram orientados sobre a importância da Libras para o processo de ensino e aprendizagem de Thaís, como para a comunicação dentro do ambiente familiar. A comunicação dentro do ambiente familiar era realizada através de gestos e mímicas, criados pela própria família. Por volta dos cinco anos de idade, a família se mudou para Goiás para fornecer a Thaís melhores condições de desenvolvimento e crescimento. Thaís entrou em contato com a Libras com cinco anos de idade quando ingressou na escola e começou o curso de Libras na igreja batista em que realizamos a entrevista. O primeiro contato de Thaís com outros surdos e com a Libras se deu a partir da mudança de sua família para Goiânia, até esse momento ela não havia tido nenhum contato.

Frequentou o ensino fundamental, médio e graduou-se no curso de Letras/Libras – Licenciatura, formação de professores de Língua Brasileira de Sinais. Na maior parte de seu

percurso escolar, ela teve o auxílio dos intérpretes. Realizou também um curso técnico de assistente administrativo e, atualmente, trabalha como secretária na igreja. Sua família tem pouco conhecimento da Libras: sua mãe iniciou o curso de Libras, mas não prosseguiu, o pai não fez e os irmãos aprenderam um pouco através do convívio com Thaís. A comunicação em casa é majoritariamente a partir da oralização e dos sinais caseiros criados pela família. Thaís refere que sofreu preconceito por ser surda durante grande parte de sua vida.

b) Cássia

Cássia, 35 anos, noiva, reside com os pais, irmão e o filho. É a primeira filha do casal. A gestação e parto de Cássia foram dentro do esperado, sem complicações. Por volta de um ano e meio de idade, a família começou a ficar incomodada porque a criança não respondia a nenhum estímulo sonoro. Assim, a levaram a uma fonoaudióloga e a um médico que realizaram exames e foi comprovada a surdez profunda e bilateral. A provável causa da surdez relatada pelo médico foi de rubéola interna. O médico orientou sobre a existência da Libras e a possibilidade de desenvolvimento e aprendizado a partir dela, porém logo após o diagnóstico, a família decidiu que Cássia precisava realizar fonoterapia para desenvolver a fala e a leitura labial, e não aceitaram a possibilidade de aprender a Libras. As sessões aconteciam duas vezes por semana e se estenderam de dois anos até os oito anos de idade. Nesta idade, Cássia não respondia mais à terapia e a fonoaudióloga lhe concedeu um ano de férias, porém depois disso, Cássia não quis voltar mais. Por esse fato, Cássia é considerada uma surda oralizada.

Por orientação das fonoaudiólogas, Cássia teria que ser mantida distante do contato com outros surdos e estudar em uma escola prioritariamente de ouvintes para que ela conseguisse desenvolver a fala e a leitura labial, e não quisesse aprender a Libras. Assim, Cássia não teve contato com nenhum surdo ao longo da maior parte de sua vida. Realizou o ensino fundamental e médio em escolas não inclusivas, e sua mãe também a ensinava em casa as matérias da escola. Sua mãe a ensinava a partir de repetições contínuas até que ela conseguisse escrever de acordo com o Português gramatical. No fim do ensino médio, prestou vestibular e passou para o curso de Fisioterapia, cursando até o terceiro período. Decidiu não prosseguir porque, aos 19 anos, engravidou de seu filho.

Sua mãe se formou em Pedagogia em 2007 e no ano de 2015 decidiu procurar uma especialização, escolhendo uma na área de Libras. No decorrer da especialização, a mãe de Cássia trazia para dentro de casa os estudos e as discussões realizadas em sala de aula. Nesse momento, a curiosidade de Cássia sobre a existência da Libras despertou, e aos 32 anos de idade, através da mãe, entrou em contato com outros surdos e com a língua pela primeira vez.

Cássia e sua mãe iniciaram o curso de Libras no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (Cas), porém a mãe acabou abandonando o curso. Atualmente, Cássia está cursando o quinto período do curso de Letras/Libras e auxilia seu pai em uma loja de consertos de motos e bicicletas. Na família, apenas Cássia sabe Libras, seu noivo é ouvinte e têm dificuldades de aceitação da Libras. Cássia utiliza a Libras somente na faculdade, em casa é utilizado e aceitado apenas a oralização.

c) Matheus

Matheus, 28 anos, amasiado, perdeu sua mãe aos 12 anos de idade por doença, nunca conheceu o pai, só sabia que seu pai trabalhou no mesmo local que sua mãe, e foi criado pelos tios maternos. Pouco tempo antes de sua mãe falecer, eles haviam se mudado para a casa desses tios maternos. Um ano após a morte de sua mãe, seu tio também faleceu. O tio materno é considerado por Matheus como seu pai. Uma amiga de sua mãe e sua madrinha é quem Matheus chama, hoje, de mãe. Foi com sua madrinha que a segunda entrevista foi realizada. No momento do convite para participar desta pesquisa e da entrevista narrativa, Matheus não trouxe nenhuma dessas informações sobre seus pais biológicos e sua criação com seus tios maternos, sendo sua história de vida de difícil compreensão. Matheus narrou uma história em que não houve conflitos familiares, sua mãe e seu pai ainda estavam vivos e trabalhando em que, muitas vezes, ele trazia eventos que se referiam ao local de trabalho do pai biológico, porém com ações de seu tio. Também misturava eventos e sentimentos em relação a sua mãe biológica com sua madrinha. Essa história foi mais bem esclarecida a partir do narrar de sua madrinha.

A madrinha mencionou em sua narração que Matheus não fala sobre a mãe, apenas se alguém referir o assunto. A madrinha conheceu Matheus e a mãe quando ele já tinha três anos de idade e que, por isso, não conseguiu trazer muitas informações sobre a gestação, parto e posterior diagnóstico de surdez. De acordo com ela, o diagnóstico de surdez deve ter sido realizado por volta de um ano de idade já que quando eles se conheceram a mãe de Matheus já sabia que ele era surdo. Não houve causa médica determinada para a surdez de Matheus. Matheus foi criado pelos tios maternos dos 12 aos 27 anos, quando decidiu sair de casa devido a conflitos familiares e financeiros, e foi morar com a namorada. Mantém-se financeiramente pela pensão que recebe do falecimento de sua mãe, sendo que na entrevista afirmou receber uma pensão de seu avô falecido. Aos 12 anos de idade realizou novamente exames para caracterizar sua surdez, sendo comprovado a surdez profunda bilateral. Realizou fonoterapia, mas não quis prosseguir nem usar o aparelho auditivo.

O primeiro contato efetivo com a Libras foi realizado aos 11 anos quando foi matriculado em uma escola que tinha intérpretes. Anteriormente, a escola que frequentava não tinha e a comunicação com os professores se dava por mímicas e gestos, o que dificultava o processo de ensino-aprendizagem. Sua mãe, devido à doença que enfrentava, não conseguia manter sua frequência escolar, frequentando efetivamente e regularmente quando se mudou para a casa dos tios. Aos 12 anos começou o curso de Libras no Cas. Ao se formar no ensino médio, prestou vestibular e passou para o curso de Ciências da Computação. Não obstante, resolveu trancar e iniciar o curso de Letras/Libras. Atualmente, está cursando o quinto período. A companheira de Matheus é surda oralizada e é quem o auxilia na comunicação com a família – já que são poucos os que sabem a Libras – e na realização das atividades diárias de comunicação com a sociedade. Matheus refere que sofreu preconceito por ser surdo durante seu período escolar.

d) Alice

Não conseguimos realizar a entrevista narrativa com a cuidadora de Alice visto que nenhuma das tentativas de contato, através de Alice, para marcar a entrevista foram respondidas. Solicitou-se a Alice o número telefônico de sua cuidadora, porém ela não forneceu, permaneceu em silêncio em todas as tentativas de contato.

Alice, 20 anos, reside com a mãe e o irmão. Os pais de Alice são separados. Durante a gestação, a mãe de Alice contraiu rubéola o que causou sua surdez profunda bilateral. Aos seis anos de idade iniciou a aprendizagem de Libras em um local voltado para surdos que oferecia curso de Libras, curso de Português e atendimentos fonoaudiológicos. Antes da Libras, a família criou uma língua caseira de comunicação, baseada principalmente em mímicas e gestos. Aos oito anos iniciou fonoterapia, terminando aos 12 anos por escolha própria ao preferir a utilização da Libras à oralização. Antes do aprendizado da Libras, a comunicação era realizada apenas através de mímicas e gestos caseiros criados pela família, o que despertava em Alice um sentimento de solidão.

Até os 10 anos de idade frequentou uma escola que não possuía intérpretes o que dificultava o processo de ensino aprendizagem. Pelas dificuldades apresentadas na escola, a família solicitou a presença de intérpretes e aos 11 anos, Alice teve o auxílio do intérprete durante o período escolar. Alice também fez terapia psicológica por certo período. Os pais têm pouco conhecimento da Libras, preferindo a utilização da oralização e de mímicas e gestos na comunicação familiar. Alice cursou o ensino fundamental, médio e atualmente está cursando o

terceiro período do curso de Letras/Libras. Alice relata que sofreu preconceito por ser surda durante seu período escolar.

e) Isabela

Isabela, 23 anos, reside com os pais e a irmã mais nova. Aos dois meses de gestação a mãe de Isabela contraiu rubéola, mas foi orientada pelo médico a continuar com a gestação. Quando estava mais avançada no período gestacional, consultou outro médico à respeito da rubéola e ele pediu a realização de vários exames, afirmando que o feto poderia nascer com más-formações. O médico também referiu que pela rubéola comprovada, a mãe teria o direito de abortar, porém como já tinha passado do tempo hábil, teria que levar a gestação em frente e acompanhar de perto o bebê logo após o nascimento. Não houve complicações no parto nem nos seis primeiros meses de vida de Isabela. No sétimo mês de vida foi detectado a surdez profunda bilateral. Aos nove meses foi comprovado dificuldades no desenvolvimento motor, leve paralisia de um lado do corpo, alterações visuais e cardíacos.

Assim, a partir dos nove meses, Isabela iniciou a fisioterapia; com dois anos de idade iniciou a natação, a fonoaudiologia e as aulas de Libras; e quando já estava em período escolar, começou o atendimento psicológico e o apoio pedagógico em um local voltado para o acompanhamento e tratamento de surdos. A mãe, como principal cuidadora, também recebia atendimento psicológico. Esse percurso de tratamento foi trilhado por Isabela e sua família até os 15 anos de idade quando Isabela decidiu não frequentar mais. Isabela utilizou aparelho auditivo também até os 15 anos. Durante sua vida, realizou três cirurgias para ajudar no seu desenvolvimento motor.

No início do período escolar, a família não encontrou escolas com intérpretes, sendo apenas quando estava na quinta série do ensino fundamental que essa ajuda chegou. Na família apenas a mãe de Isabela realizou o curso de Libras, porém a comunicação dentro de casa continua sendo majoritariamente pela oralização e por mímicas. Aos 15 anos de idade, recebeu o diagnóstico psiquiátrico de Transtorno de Ansiedade e Depressão, fazendo uso de medicações psicotrópicas desse período até agora. Isabela realiza tratamento psicoterápico. Atualmente, Isabela está cursando o sétimo período do curso de Letras/Libras.

A geração das entrevistas, portanto, nos possibilitou o contato com diversas histórias e singularidades, abrindo um leque de reflexões e questionamentos acerca da constituição psíquica do sujeito surdo. Algumas histórias foram mais bem detalhadas e outras com menos detalhes, mas todas com uma riqueza de conteúdos psíquicos para serem analisados. Dessa

forma, faz-se necessário analisar o livro compósito de cada historiador para que possamos refletir sobre possíveis escritas coletivas.

Capítulo 4 **Histórias entrecruzadas**

A geração das histórias de vida dos sujeitos surdos durante a fase de geração de dados de nossa pesquisa precisou ser reinventada à medida que alguns obstáculos se apresentaram. O convite a participar da pesquisa foi realizado com a ajuda de um dos alunos do curso de Letras/Libras – Formação de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. Escrevemos um pequeno texto de convite que continha: a apresentação da pesquisadora e do aluno; a explicação sobre a pesquisa; a pergunta se o surdo era profundo bilateral de nascença; e, se sim, a pergunta se há o desejo de participar da pesquisa. O aluno interpretou o texto para a Libras e a divulgação da pesquisa se iniciou. À medida da realização dos convites, percebemos que a maneira que o aluno havia interpretado estava causando confusão no entendimento dos objetivos da pesquisa e, assim, solicitamos uma nova interpretação e adequação ao texto.

Após essa etapa de divulgação, fizemos o contato via celular para marcar o dia, horário e lugar para a realização das entrevistas. Nesse contato, explicamos novamente, via texto escrito, a pesquisa e perguntamos sobre a disponibilidade do surdo e do seu cuidador. Não obstante, percebemos que estava acontecendo muitas desistências e muitas mensagens não respondidas. Pensando, talvez, em uma dificuldade de compreensão do texto escrito no momento do contato via celular, decidimos gravar um vídeo interpretando o mesmo conteúdo do texto escrito em Libras. Com a divulgação do vídeo, percebemos uma melhor compreensão e retorno das respostas. Para marcar o dia e horário das entrevistas também encontramos certa dificuldade, pois precisamos ter um manejo de situações para que se encontrasse o dia e o horário comum aos surdos, à pesquisadora e aos estagiários.

Durante as entrevistas, também enfrentamos algumas dificuldades que serão relatadas a seguir. No momento das entrevistas, reforçamos com cada dupla de intérpretes os objetivos da pesquisa, a pergunta disparadora da entrevista e que as intervenções de novas perguntas seriam feitas ao final da narração e somente realizadas pela pesquisadora. Não obstante, em duas entrevistas houve a intervenção dos estagiários durante a narração, fazendo perguntas e

comentários. Solicitamos a não realização novamente dessas intervenções. Na realização da segunda entrevista, notamos que a interpretação da pergunta disparadora “Conte-me sua história de vida” não estava sendo compreendida eficazmente pelo participante surdo. Desse modo, solicitamos a cada dupla uma nova interpretação que facilitasse a compreensão.

Durante algumas entrevistas, os estagiários não conseguiram manter o mesmo ritmo de interpretação por encontrarem dificuldades na interpretação dos sinais. Assim, em vários momentos não houve, por parte da pesquisadora, boa compreensão do que estava sendo narrado pelo sujeito surdo, dificultando a realização das perguntas posteriores. Como característica de cada pessoa, observamos que alguns surdos conseguiram narrar mais detalhadamente suas histórias de vidas, assim como outros que narraram de forma mais objetiva em que foi necessário maiores questionamentos ao final da narração. As entrevistas com os cuidadores transcorreram dentro do esperado e as cuidadoras trouxeram de modo rico as histórias de vida de seus filhos, exceto pela cuidadora de Alice que não conseguimos entrar em contato para a realização da entrevista.

A partir da proposta de análise de Schütze (1977; 1983), conforme citado por Bauer e Jovchelovitch (2002), dividimos as entrevistas narrativas em proposições indexadas e não indexadas. Na análise das indexadas, formulamos as trajetórias de vida de cada narrador, assim como foi apresentado anteriormente no tópico “Descrição dos participantes”. Posteriormente, realizamos a análise das proposições não indexadas e, juntamente com as indexadas, formamos as trajetórias individuais. Destarte, analisamos os percursos individuais para estabelecer possíveis identificações de percursos coletivos, tendo como base a teoria psicanalítica. Ressaltamos que os dados das entrevistas com as cuidadoras serão analisadas com base em apenas três cuidadoras principais, as mães de Thaís, Cássia e Isabela; e a madrinha de Matheus, sendo que ela não esteve presente nos primeiros anos de vida de Matheus e assim, não conseguiu fornecer dados sobre o diagnóstico e as vivências posteriores a ele. A mãe de Alice não aceitou o convite para participar da entrevista. Essas análises serão apresentadas a seguir a partir de três eixos temáticos construídos a partir do que foi narrado e do embasamento teórico utilizado.

4.1 Ferida narcísica e o risco do excesso

Nas narrativas realizadas com as cuidadoras dos surdos, evidenciamos que a intensidade do impacto do diagnóstico dependeu do quanto a família já suspeitava de algo e da maneira como foi feito o diagnóstico pelo profissional, embora tenha sido acompanhado de significativo sofrimento psíquico advindo da ferida narcísica de ter um filho faltoso. Isso é evidenciado, principalmente, nas seguintes falas:

Mãe de Thaís:

O diagnóstico não foi surpresa porque eu já sentia que minha filha era surda desde os três meses de idade [...] como eu tinha o outro mais velho eu sabia que tinha algum problema.

Mãe de Cássia:

[...] eu quase desmaiei no consultório dele porque a Cássia ainda dormindo no meu braço, anestesiada aí ele falou: sua filha é surda, vai ter que por aparelho e quando tiver na idade que ela quiser aprender Libras, aprende Libras, só. Minha sogra desabou a chorar, eu quase desmaiei e ali nós saímos do consultório dele e eu nunca mais vi, eu tomei um ódio da cara dele que eu fiz questão até de apagar o nome dele da memória, eu não consigo lembrar [...]

Foi muito traumatizante, me senti sozinha, me senti... na minha casa até 2015 eu não aceitava a palavra surda, minha mãe sempre falava assim: filha da XXX é surda e muda. Nossa... aquilo me machucava de um tanto, mas ela na simplicidade dela, tirando o muda né porque hoje eu sei que é errado, é isso... ela é surda. A gente tem que admitir que ela é surda [...]

A gente ficou muito abalado, pra te falar a verdade meu luto só acabou quando meu neto nasceu, ele ta com 13 anos vai fazer 14 em agosto. Eu só deixei de sofrer depois que ele nasceu porque a gente não ta preparado né... ninguém ta preparado para ter um filho com problema nenhum.

Mãe de Isabela:

Nossa foi um choque pra família inteira porque na nossa família não existia ninguém, não tinha... foi um choque [...]

Aí... até que eu ficava triste, às vezes eu ficava assim, quando eu fiquei sabendo que ela ia usar óculos, eu fiquei tão triste que eu falei assim: vai ter que improvisar uma orelha porque não tem como colocar mais nada [...]

Eu demorei sete anos para mim ter outra [filha] porque eu tinha medo...

Na gestação de um filho, os pais constroem uma imagem fantasiada e idealizada de um filho perfeito, tendo como base o próprio narcisismo abandonado. Essa sombra-falada (Aulagnier, 1979) guiará todo o processo gestacional até o nascimento quando a imagem do bebê real pode vir ao ou de encontro à sombra. Nas narrativas, notamos que a imagem idealizada de uma criança perfeita se despedaçou quando os pais receberam o diagnóstico de surdez. Tudo no funcionamento do corpo do bebê que não esteja em consonância com a imagem criada pelos pais, pode ser percebido como um questionamento ou uma recusa de conformidade do corpo real à sombra. Assim como Marzolla (2010) afirma, diante da surdez, pode ter sido produzido nas mães uma dupla ferida narcísica advinda do distanciamento entre o filho real e o idealizado, e de reconhecer a falha real ou fantasiada de não ter um filho perfeito.

Essa dupla ferida narcísica pode ter gerado um estado psíquico de profunda dor, como observamos nas falas acima e, notadamente, nesta fala da mãe de Cássia: *“agora pra mim é como se minha filha tivesse morrido”*. A surdez, tornou-se algo insuportável, pois seus filhos não corresponderam às suas fantasias antecipatórias, gerando estranheza e incompletude ao seu próprio narcisismo. Percebemos, por conseguinte, que há indícios de sinais depressivos nas mães diante da ferida narcísica de ter um filho faltoso. Evidencia-se que essa dor ainda reverbera sob as relações familiares dos historiadores surdos até os dias de hoje, notadamente na mãe de Cássia. Nesse sentido, a partir desses sinais e considerando a história edípica de cada porta-voz, foram escritas linhas que convergem para dois diferentes contextos: a colagem corpo a corpo ou o silenciamento e afastamento na relação com o pequeno historiador surdo. Para a mãe de Cássia, especificamente, poderíamos pensar em sua filha enquanto um objeto de amor que foi perdido diante do golpe narcísico, desencadeando um estremeamento do investimento libidinal e uma predisposição à melancolia. A libido pode ter sido redirecionada para o Eu, apresentando ambivalência diante da filha que deveria amar, mas que também odiava por não ser aquilo que desejava (Freud, 1914/2004a; 1917/2006c; 1919/1996c).

Diante da dor de ter um filho faltoso, as mães de Cássia e Isabela não desinvestiram a libido das filhas, como coloca Green (1998) no conceito da mãe morta, mas seus relatos parecem nos indicar um excesso de violência. O risco do excesso pode ter advindo do desejo inconsciente de que suas filhas parecessem o mais perto possível da sombra-falada, embora já perdida. As mães estreitaram os laços e permaneceram por mais tempo como porta-vozes de suas filhas até os dias de hoje. Percebemos a presença de uma possível violência secundária a partir do desejo latente da não mudança que pode ter retirado de suas filhas o direito autônomo de ser e interditado seu pensar independente, como foi percebido também na pesquisa de Solé (2005). O descrédito que as mães colocam na capacidade de julgamento de seus filhos, o desejo de os manter ocupando o mesmo lugar, seja por questões de suas próprias histórias libidinais ou por ser menos trabalhoso, resultou no prolongamento da função de porta-voz (Solé, 2005). Os pais se tornam o porta-voz das manifestações do filho e das manifestações da realidade externa para os filhos, fazendo certo tipo de triagem em todos os aspectos que cercam a vida dos historiadores surdos.

A imagem da surdez, nesse momento, convoca a mãe a estender o período da infância em que o pequeno historiador é posto em um espaço de eterno solicitante ao Outro que faça e fale no lugar dele. Solé (2005) ainda ressalta que essa posição fálica que a mãe exerce para com o bebê surdo encobre a depressão por um filho faltoso. Assim, esse excesso, juntamente com a

leitura do olhar depressivo da mãe, pode ter gerado efeitos negativos ao Eu e manifestar sintomas psicopatológicos, como percebemos notadamente em Isabela.

Outro fator que pode ter influenciado no excesso de violência, foi o período significativo sem ter uma língua efetiva que pudesse auxiliar nas inscrições dos encontros metabolizados pelo psiquismo. Poderíamos considerar ainda o período que a criança leva para conseguir apreender efetivamente um sistema linguístico na modalidade visual ou, no caso de Cássia, na modalidade oral, visto que não foi algo transmitido naturalmente para a criança. Percebemos que ambas as mães negaram a Libras, vendo-a como uma barreira para a oralização, isto é, a Libras como confirmação da capacidade de falhar e como impedimento para a tentativa de construção aproximada de uma imagem fantasiada de uma filha completa. Dessa forma, a ausência de uma língua efetiva nos primeiros anos de vida que pudesse ajudar na fundação do psiquismo, juntamente com o risco do excesso, pode ter deixado a atividade de pensar fragilizada, conforme postulado por Aulagnier (1979). Pode ter levado ao aprisionamento e dependência no pensar do Outro.

A tentação do excesso pode também ter sido potencializada pelo afastamento do pai do contexto familiar diante do diagnóstico. Percebemos, através dos discursos das mães de Cássia, Thaís e Isabela, que pode ter ocorrido dois movimentos: a partir da ferida narcísica o pai se calou na relação com o pequeno historiador surdo, delegando à mãe os cuidados e a condução do tratamento; ou ocorreu da mãe, inconscientemente, impedir o direito do pai de se colocar como interlocutor e cuidador da criança, e se apoderar do lugar de única interlocutora aceitável das necessidades do filho. Essas evidências também foram encontradas nas pesquisas de Solé (2005) e Marzolla (2010). Marzolla ainda ressalta que essa posição da mãe é endossada pelos profissionais de saúde que não estimulam a presença paterna nas consultas do filho. Solé (2005) enfatiza que:

essas mães mantêm um lugar fálico que acaba por expulsar o pai e conseqüentemente os homens da relação dual que estabelecem com seus filhos. Nada pode sair desse lugar para que não apareça, por detrás de sua potência fálica, a depressão por um filho faltoso (p.147).

Pelo exposto, poderíamos destacar da narrativa da mãe de Cássia que a tentação do risco do excesso e a violência secundária se apresentaram a partir de diversos fatores: do afastamento de qualquer contato com a comunidade surda e com a Libras ao longo do crescimento e desenvolvimento de Cássia; das tentativas excessivas de aprendizagem das matérias escolares por repetição; do desejo inconsciente de controlar o funcionamento das relações afetivas e da

programação do futuro, destituindo-a do lugar de mãe de seu filho e a colocando em um lugar de incapacidade quanto a gestão de sua própria vida, o que pode ter deixado frágil a ascensão à atividade autônoma de pensar. Esses fatores foram evidenciados a partir das seguintes afirmações da mãe de Cássia feitas no decorrer da entrevista narrativa:

[...] eu cuidei dela, eu fiz o melhor, eu me doei mesmo 100% a ela, nunca deixei ela com ninguém, nunca deixei sozinha, eu que levo e busco. Hoje com o filho dela sou eu que faço isso pra deixar ela por conta.

Traumatizante. Meu marido ele é muito fechado, a gente nunca conversou sobre isso.

[...]ela escrevia de 1 a 10, trocava os números tudo de lugar aí eu ia lá, de novo, de novo e de novo [...]. Eu não batia, mas se precisasse apagar 100 vezes, apagava 100 vezes. Então, ela aprendeu pela repetição e aí a criança pequenininha você vai de 1 a 10, cresceu mais um pouquinho de 1 a 100, 1 a 500, 1 a 1000. Aí você imagina, a minha vida foi em função dela. Então, todos os dias, na hora de fazer a tarefa de casa, era uma luta, mas eu não desisti.

[...] a culpa da separação deles [Cássia e o ex-namorado, pai de seu filho] foi toda minha, eu assumo completamente, mas naquele momento quando a Cássia ficou grávida, você tinha que ver... ele falava, a gente nem sabia né... ela entrou em depressão.

[sobre a decisão de Cássia de se casar]A pessoa que ganha 2000 reais no mês não tem condições de manter uma família. Você vai casar com ele agora sem ter uma formação pra ajudar, você procurar um trabalho agora, você pode pra ganhar um salário mínimo ou qualquer merreca que for, mas você vai dar conta de dar o... de ter a vida que você tem dentro da nossa casa porque tem alimentação, tem onde morar né, onde vai, vai de carro, não vai ter isso. Você vai casar agora pra quê? Só pra dizer que casou, pra sair de casa.

Já Isabela, outra participante da pesquisa, foi apresentada por sua mãe como imatura, incapaz, nervosa e com uma preocupação excessiva com o futuro. Poderíamos refletir que a partir da dor da ferida narcísica, Isabela foi relegada a um não-futuro em que não foi antecipado nem formulado um projeto parental, pois não é a criança desejada e idealizada pela família. Ao mesmo tempo, sua mãe pode ter impedido a constituição de seu direito autônomo de ser, deixando-a em um lugar de dependência em relação à onipotência do desejo materno, o que pode ter deixado frágil a ascensão à atividade autônoma de pensar. Percebemos que, dentre as outras alterações físicas apresentadas por Isabela, a surdez é a que marcou mais significativamente as relações construídas entre ela e a família. Assim, Isabela sempre tentou ao máximo ser em consonância com o desejo do Outro. Sua mãe relatou:

Eu não deixava a Isabela fazer aula de Libras no comecinho, eu não deixei. Aí ela me arrumou um livro: você vai ler esse livro, quero que você leia. Depois que eu li, acho que era: qual era a importância da Língua de Sinais, alguma coisa

assim, tem 20 e tantos anos que eu li aquele livro. Depois que eu li, mudei totalmente de ideia, Libras não tira seu filho de aprender a falar, Libras ajuda seu filho a falar, faz é ajudar, uma palavra ajuda seu filho a soltar um som, um sinal. Eu pensava o contrário, se ela fosse estudar Libras, ela nunca ia falar, ela ia ficar...

[...]Ela é muito imatura, eu percebi isso há anos [...] às vezes eu observo nas atitudes dela, não é assim, não pode ser assim, tem que fazer assim, assim e assim porque é melhor, se você falar isso e isso, a pessoa vai ficar magoada com você, você não deve falar isso, isso aí é feio. É uns tipos de coisa que uma pessoa da idade dela jamais falaria e até a irmã dela fala: mãe do céu, a Isabela ta fazendo isso, mãe olha o que a Isabela foi falar ali; eu falei: vai lá e corrige depressa, antes que a pessoa até acha ruim né. Ela tem um jeito estranho sabe, de chegar na pessoa... mas, surdo tem isso, de chegar na pessoa e falar, de porque você não tomou o remédio, sabe... ela é dura em certas coisas e outra pessoa que ouve, que fala, ela vai pensar antes de falar, ela vai ver o que vai falar, se vai ficar mais certo para aquela ocasião, ela não... ela chega e fala, não ta nem aí e não é assim... ofende as pessoas. Tem pessoas que não vai enxergar para um lado, fica com raiva, vira as costas pra ela. Aí eu falo: Isabela o quê que você falou que a pessoa ficou magoada aí às vezes ela vai tentar explicar, eu pego o celular, vou dar uma olhada, eu falo: não, você não pode ficar falando isso aqui não, você ficou doida, a pessoa fica triste, é melhor você ficar caladinha, se você continuar falando vai virar fofoca aí ela... já para... fofoca, aí ela já muda o jeito dela, então ela fica tentando corrigir, mas tem hora que ela fala cada coisa, cada atitude.

A mãe de Thaís, por outro lado, diante da ferida narcísica, possivelmente silenciou-se e afastou-se libidinalmente a filha, excluindo-a da dinâmica familiar. Parece-nos que a surdez para a mãe de Thaís veio como marca de impedimento da inserção e da transmissão da história familiar: se a filha não ouve – e não compartilha a mesma língua – não há a necessidade de lhe falar ou de contar sua história, pois ela não compreenderá. Frente à surdez, a mãe não conseguiu utilizar significativamente de outras vias para comunicar e inserir a filha no discurso familiar. Sua mãe relatou:

É claro que muitas vezes ela se sentia triste né por algumas coisas, às vezes até pela gente mesmo que às vezes até... muitas das coisas vem até sem perceber que você acaba... porque assim, ela ta aqui, às vezes a gente, tipo esqueço. Tem algo na família, tipo prima ta grávida e eu não conto às vezes, que às vezes... ela tem prima no Tocantins: “mas fulano ganhou neném e a senhora não falou nada” então, às vezes assim, que eu estou deixando ela de lado.

[...]Ela [Thaís] fala assim: a gente não contou uma história pra ela, ela não sabe a história... história que mãe conta pra filho, a Thaís não ouviu, até ela começar a estudar e ela mesmo vê as histórias. Então tem uma parte da vida dela que igual ela fala, ficou perdida, que não é igual aos outros que você fala e ensinava e eles aprendiam. Então, ela fala muito isso, ela passou uma parte da vida dela perdida, que ela não teve igual uma pessoa normal né. Eu acho que isso traz algum sentimento pra ela porque ela buscou no TCC dela que eu fui, falando sobre isso, então eu acho que ela sente falta e que teve alguma coisa.

A recusa da mãe de Alice em participar da pesquisa após várias tentativas de contato, pode ser analisada como uma aparente recusa de falar sobre aquilo que ainda dói. A partir da entrevista narrativa realizada com Alice, possivelmente, sua mãe soube do conteúdo que seria abordado e decidiu não participar pela dor da ferida narcísica ainda ressoar em seu psiquismo. Percebemos que essa dor ainda marca as relações familiares dos sujeitos do estudo, sendo evidenciada principalmente pelo não-desejo dos pais em aprender Libras e a comunicação no ambiente familiar ser caracterizada pela imposição da oralização e da língua caseira criada por cada família. Nenhuma das mães da pesquisa são fluentes em Libras e as narrativas evidenciaram que os pais também não são. Ademais, destacamos que a Libras foi compreendida como um meio para o processo de oralização e de ensino-aprendizagem, e não como uma língua constitutiva.

Frente a esse golpe narcísico, observamos também manifestações de sentimentos de raiva e inconformidade para com o profissional que deu a notícia ou para aquele que acompanhou a criança. Aqui, podemos refletir sobre a possível necessidade de responsabilizar alguém ou algo para poder dar sentido a dor e a raiva de si de não ter um filho perfeito. Esse fato também foi encontrado na pesquisa de Silva, Zanolli e Pereira (2008) em que afirmam que os pais se queixam da forma como foi dado o diagnóstico para conseguirem justificar os sentimentos experienciados frente a notícia. As autoras destacam ainda que muitos profissionais da área da saúde relatam não terem preparo psicológico para dar o diagnóstico, pois no momento podem emergir seus próprios sentimentos que influenciam em sua conduta.

Posteriormente ao diagnóstico, percebemos o surgimento de estratégias de enfrentamento da situação que consistiram na busca de profissionais que ajudassem os pais a encontrar uma saída para a surdez, de forma que seus filhos parecessem o mais perto possível da sombra-falada. Notamos o apego à ideia salvadora do implante coclear, do aparelho auditivo e da fonoterapia, e à negação da Libras como tentativas de erradicação de algo que para eles falta, como apontam também em suas pesquisas Kazez, Melloni e Maldavsky (2014), Silva, Zanolli e Pereira (2008) e Schorn (1997). Podemos exemplificar esse fato a partir da seguinte fala da mãe de Isabela:

Eu tinha o desejo da minha filha ser uma surda oralizada, quando ela começou a usar aparelho e começou a fazer fono, eu pensei assim: nossa, vai... aprender muita coisa, mas não tem como aprender muita coisa porque o ouvido tinha que ajudar em alguma coisa.

Nesse ponto, podemos pensar sobre a visão clínico-terapêutica (Bisol, Simioni & Sperb, 2008) que permeava e ainda permeia o discurso sociocultural sobre a surdez que, conseqüentemente, reflete no discurso parental, como também nos profissionais que cuidam dos surdos. Evidenciamos que fazia parte do tratamento, a fonoterapia para oralização, o uso obrigatório do aparelho auditivo e a não valorização da Libras. No discurso parental, identificamos nas narrativas das mães a associação de dificuldades comportamentais, cognitivas e emocionais como inerentes a surdez. Os historiadores surdos são vistos como imaturos, infantis, incapazes, nervosos, teimosos, dependentes, com dificuldades de aprendizagem e a surdez compreendida como problema, deficiência, e como algo que falta no sujeito. Isso pode ter contribuído para atestar a necessidade de adaptação e reabilitação do surdo ao padrão “normal” da sociedade.

Ademais, essa visão que permeia o discurso sociocultural pode ter influenciado na intensidade da ferida narcísica. O desejo das mães seria de ter um filho que correspondesse aos seus anseios narcísicos que se referem tanto as suas próprias histórias libidinais, quanto àquilo que o social legitima. O discurso sociocultural no qual as famílias da pesquisa estão inseridas e no qual os historiadores surdos se constituíram, está envolto de enunciados pertencentes à língua oral. A transmissão e repetição dos enunciados do fundamento (Aulagnier, 1979) estão ligados, principalmente, a oralidade. Nesse sentido, o desejo de ter filhos e o desejo por aquela criança perpassaria pela legitimação da criança pelo grupo social. Este a legitimará e investirá em seu futuro desde que ela consiga repetir os enunciados do fundamento. Diante do diagnóstico de surdez, pode ter havido um estremecimento na dimensão desejante, visto que o pequeno historiador surdo utiliza outra via de constituição e comunicação que ainda não é validada pelo conjunto das vozes presentes (Aulagnier, 1979). Assim, como seria transmitido os enunciados do fundamento para essa criança que não ouve? Como essa criança repetiria os enunciados? Será que o grupo social investirá em um projeto futuro para ela?

Identificamos esse contexto nas seguintes falas:

Mãe de Thaís:

Na fazenda chamavam os deficientes de doidos, doidinhos, isso me machucava.

Mãe de Cássia:

[...]quando ela tinha 4 meses, a gente viajou pra Caldas Novas e tinha um grupo de surdos conversando em Libras dentro da piscina. Aí eu fiquei assustada com aquilo [...] Eu não quis entrar na piscina, medo daquilo pegar em mim e na minha filha.

[...]a fono falava quando ela era criança: você vai procurar uma escola normal pra ela, não pode matricular em escola que tenha outros surdos, hoje sei do absurdo que era isso né... porque isso vai influenciar ela, ela vai começar a gesticular e não vai falar. Então, não coloca ela em escola que tenha surdo.

Madrinha de Matheus:

Ele é como filho mesmo, a gente preocupa igual ou mais até porque ele não fala né.

[...] agora quer tirar carteira de motorista, ai meu Deus... um sacrifício imaginar um negócio desse.

Mãe de Isabela:

Assim que eu fiquei sabendo da surdez, eu fui convidada a conhecer o Centro de Apoio ao Deficiente aí, a primeira vez, foi meu esposo que foi e fez, colocou o nome dela lá. No dia que fui a primeira vez lá, que eu cheguei lá, eu falei pra mim mesma: nunca mais eu coloco os meus pés aqui, a Isabela não tem nada a ver com esses meninos aqui, não parece com nenhum desses meninos, eu nunca mais venho aqui. Aí eu fui embora.

[...] Ela tem muita preocupação com o futuro e é isso que me deixa um pouco preocupada.

Após o diagnóstico de surdez, observamos que as mães não receberam orientação acerca da importância das outras vias sensoriais para a criança surda, como a visão, o tato e o olfato de forma que houvesse um maior investimento libidinal nessas áreas, que compõem a base de formação do psiquismo no surdo, como apontam Solé (2005) e Schorn (1997). Para o pequeno historiador surdo, as experiências com a superfície do corpo e a erogeneização da pele são ainda mais essenciais, pois valem dessas outras vias para organizar sua imagem corporal, seus conteúdos psíquicos e por onde escuta o desejo do Outro. As funções de manutenção, continente e para-excitação do Eu-pele se mostram importantíssimas para que o bebê surdo construa uma imagem de si integrada e possa realizar a passagem de um Eu-corporal/Eu-pele para um Eu-psíquico. Como o diagnóstico foi realizado de forma tardia, as mães podem não ter priorizado esses canais de comunicação e constituição, e a emergência na cena psíquica do Eu-pele como um envelope narcísico que garanta o desenvolvimento saudável do aparato psíquico, pode ter sido constituído de maneira frágil. Dessa forma, a ascensão ao Eu-psíquico também pode ter sido precária.

Como aponta Solé (2005), a libidinização da zona auditiva torna mais difícil para o bebê ouvinte se perder ou se desorganizar, pois as vozes presentes no ambiente anunciam a existência de outros corpos. Para o bebê surdo, quando o outro sai do seu campo de visão, ele desaparece, podendo experimentar momentos de abandono e solidão por não ter, frequentemente, a mãe ao

alcance do seu olhar. O Eu-pele enfraquecido, pode gerar efeitos no processo de constituição psíquica e poderíamos pensar em possíveis momentos de desamparo e solidão vivenciados pelos pequenos historiadores surdos, visto que esses sentimentos foram mencionados de modo recorrente em suas narrativas. Aqui, podemos refletir também sobre a importância do diagnóstico ser realizado o mais precoce possível. Atualmente, em 2010 foi sancionada a lei 12.303 que obriga a realização gratuita do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas ou mais conhecido como Teste da Orelhinha, em todas as crianças nascidas em hospitais e maternidades do país (Brasil, 2010). Se verificadas alterações nesse exame, a criança é encaminhada para realizar o exame Bera (Brainstem Evoked Response Audiometry) que examina todo o canal auditivo até o córtex cerebral. O diagnóstico sendo realizado no recém-nascido pode auxiliar desde que assistido por uma equipe multiprofissional que possa dar subsídios para a elaboração da ferida narcísica e orientar sobre a relevância dessas outras vias sensoriais, e da Libras como principais meios de fundação do psiquismo no surdo.

Pelo exposto, percebemos a importância do enlaçamento das linhas narcísicas e eróticas que escrevem o espaço falante. Faz-se necessário agora, abordarmos as metabolizações dessas escritas na constituição psíquica dos pequenos historiadores surdos.

4.2 O desejo de ser em consonância com o desejo do Outro

Nas narrativas com os surdos, observamos como ponto convergente das histórias, o desejo latente de ser em conformidade com o desejo do Outro. Percebemos que os historiadores surdos se constituíram com a marca do olhar depressivo do porta-voz e ao se depararem com essa condição, podem ter se identificado com uma imagem de si ligada ao fracasso narcísico ou ainda como uma imagem de negação de si, daquilo que os constitui desde o nascimento.

Podemos refletir que na vigência do processo primário, o prazer ou sofrimento experienciado nos encontros terá como causa um desejo supostamente atribuído ao desejo do Outro. Terá o sentido que a criança imputa ao desejo do Outro que se refere, principalmente, ao desejo em ter filhos e ao desejo por aquela criança. Dessa forma, a demanda do bebê tem como objetivo o desejo da mãe, ou seja, o bebê demanda que a mãe o deseje, oferecendo-se como resposta ao desejo e, por conseguinte, instituindo esse desejo como a causa do seu próprio desejo. Teremos, assim, a escrita da primeira identificação da história do pequeno historiador em que toda representação fantasmática inscrita no psiquismo terá a marca atribuída ao desejo do Outro (Aulagnier, 1979; 1990). Quando o pequeno historiador surdo se depara com o olhar deprimido da mãe em que a quebra da imagem falada pode ter feito sombra sobre o desejo materno por ele, o bebê surdo pode ter se identificado com o desejo da mãe de que ele fosse em

conformidade com a sombra-falada e instituir esse desejo como próprio do seu funcionamento psíquico.

O pequeno historiador surdo se ofereceria como resposta ao desejo materno, mas não seria correspondido. O desejo da mãe seria que aquele filho estivesse em consonância com a imagem fantasiada e tão esperada por ela, contudo ao se deparar com o real, a dimensão desejante pode ter ficado fragilizada e a criança surda ter instaurado como primeira identificação, o desejo de ser em conformidade com esse desejo materno. A identificação primária formará as primeiras significações da qual o capital representativo da criança disporá que, no caso dos historiadores surdos da pesquisa, podem ter sido metabolizadas em representações fantasmáticas que possuem as marcas da negação daquilo que os constitui desde o nascimento e o desejo de ser em concordância com o desejo do Outro.

O segundo tempo da dialética identificatória é a identificação especular em que a mãe e o bebê compartilham um olhar e um visto identificado, como afirma Aulagnier (1990). Quando o bebê surdo se encontra com a imagem especular do olhar deprimido da mãe, ele pode se identificar com esse olhar e se constituir na relação com os objetos exteriores, e consigo mesmo, como um corpo que falha ou um corpo que falta. A construção da identidade entre desejante e desejado, pode ter se constituído de forma frágil, visto que a dimensão desejante foi abalada. Solé (2005) ressalta que o rosto da mãe é o precursor do espelho e o bebê quando olha para esse rosto vê a si próprio, ou seja, ao olhar para o bebê o rosto da mãe exprime aquilo que ela vê na criança. Quando a mãe vê apenas a surdez como falta, a criança lerá essa especificidade no rosto de sua mãe e é a partir disso que o pequeno historiador surdo escreverá suas primeiras identificações. A surdez para os pais pode causar um efeito de sideração e suspender a rede de linguagem, embora já esteja instaurada pelo fato da linguagem pré-existir ao sujeito; a surdez pode emergir como um efeito de véu que afeta o espelho.

Solé (2005) complementa que: “a subjetivação desta experiência da surdez ao lado dos pais será determinante na maneira mesma como a criança, posteriormente a seu modo, encontrará ou não seu corpo como enfermo” (p.146). Observamos que os historiadores surdos trazem em suas narrativas a marca da concepção da surdez como enfermidade, como se tivessem um corpo que falta. Poderíamos refletir que para um sujeito que nasce surdo, que não teve a libidinização da zona auditiva, o não ouvir as vozes do meio não lhe faz falta, isto é, em seu corpo nada falta. Essa falta só será inscrita no funcionamento psíquico se ela for colocada e apontada pelo espaço falante. A compreensão de si como faltoso, anormal ou deficiente pode ter sido registrada na psique dos historiadores surdos através dessas primeiras

identificações que constituem a base do capital representativo de cada um. Aspecto destacado, principalmente, nas seguintes falas:

Cássia:

Antes eu tinha muita vergonha não conseguia assumir isso, e também por ficar só em casa e não conseguir me abrir pro mundo até cheguei a pensar que não fosse normal.

Thaís:

Lá no Tocantins eu sofri muito porque eu não me comunicava, me sentia sozinha, já cheguei a pensar que eu não era um ser humano igual os ouvintes.

As relações construídas entre o casal parental e a criança sempre carregarão a marca do campo social assim, o desejo de ser em conformidade com o desejo do Outro está relacionado diretamente ao discurso sociocultural sobre a surdez. Poderíamos pensar que pela presença ainda marcante do modelo clínico-terapêutico, a projeção da antecipação que o social faz sobre o bebê surdo no sentido dele transmitir e manter os enunciados do fundamento, seria falha. Ser pré-anunciado, investido e legitimado pelo contexto sociocultural permite a real conformidade entre o âmbito social e o linguístico, e permite compreender a origem da sociedade e de si próprio (Aulagnier, 1979). Como os enunciados do fundamento estão ligados à língua oral, e o social ainda não legitimou a Libras como uma via de expressão e constituição, a antecipação e o investimento nos pequenos historiadores surdos como transmissores dos enunciados, pode ter acontecido de maneira frágil. Os sujeitos surdos, logo, teriam a inscrição da compreensão falha da origem da sociedade e de si mesmos. Podemos pensar também na fragilidade da projeção do surdo no meio como um sujeito ideal, visto que essa projeção está relacionada ao sentimento de pertencimento a um todo, e este o reconhecer como elemento homogêneo a ele.

O pequeno historiador surdo colocado como heterogêneo ao campo social no qual deveria pertencer, estabeleceria um contrato narcísico em que há apenas o registro de sua assinatura, uma vez que a sociedade tem dificuldades de solicitar e legitimar sua voz como repetidora das leis. A voz no sujeito surdo poderia ser vista como incapaz de garantir a imutabilidade do conjunto. Ademais, quando a criança surda deseja que seja assegurado seu direito de ocupar um lugar na sociedade, também pode não ser correspondida. Teremos, dessa forma, o estabelecimento precário do contrato narcísico e uma falha no processo de identificação ao projeto, o que pode dificultar a constituição do Eu como uma instância forte e mediadora, e instituir uma visão de desvalia de si, como aponta Solé (2005). A escrita dessas falhas pode ter refletido no desejo que os historiadores surdos apresentam de construir uma

cultura própria, como se desejassem escrever seus enunciados do fundamento, já que não podem compartilhar os mesmos enunciados dos ouvintes. Para tentar assegurar o contrato, organizam-se em comunidades e realizam movimentos sociais para aprovação de projetos de leis. Como também, os sujeitos surdos podem desvalorizar tudo aquilo que não esteja em concordância com a comunidade surda. Nessa dialética, funda-se a existência de dois mundos ou duas culturas distintas.

Esses aspectos foram percebidos nas narrativas dos sujeitos dessa pesquisa quando eles trouxeram sentimentos de não pertencimento, de solidão e de inferioridade, e uma preocupação excessiva com o futuro, como se não houvesse a certeza da existência de um discurso que fala sobre a verdade do passado e das previsões sobre o futuro; sobre a possibilidade deles conseguirem ocupar um lugar futuro na sociedade. Além disso, trouxeram a imagem da existência de duas realidades diferentes – realidade dos ouvintes e realidade dos surdos – e da importância do surdo lutar pelos seus direitos, e seu espaço de voz dentro da sociedade:

Cássia:

Eu me sentia parte dos ouvintes, mas me sentia vazia, parece que eu não tinha a real emoção das coisas que falava.

Thaís:

Antes quando eu era criança sofri muito preconceito, o corpo é normal igual de um ouvinte, então não dá pra perceber que a pessoa é surda pelo jeito ou por alguma característica, e em Goiânia eu sofri muita chacota porque as pessoas não entendiam. Quando eu comecei a aprender Libras a forma como eu me comunicava, sofri bullying, as pessoas me chamavam de boba, e lá no Tocantins, como as pessoas não sabiam sobre a surdez elas não tinham preconceito. Agora depois que cresci o preconceito diminuiu, mas antes quando eu não sabia me comunicar eu sofri muito, agora eu consigo me comunicar, as pessoas entendem e tem conhecimento sobre a pessoa surda que é um ser humano normal e igual devendo estar no mesmo nível. Tudo isso é a luta de uma pessoa com deficiência que consegue com esforço e dedicação se comunicar, parece que o surdo é inferior aos ouvintes, mas tem os mesmos direitos de todos como de um cadeirante também, não é fácil, tem que respeitar porque se no futuro um filho precisar ele terá respeito também e eu entendo a vivência e esforço dos surdos.

Isabela:

Sim, tem. Ouvinte fala Português se desenvolve. O surdo tem que lutar, não tem voz, sofre demais, não tem Libras é muito difícil. Antigamente era pior, Libras era bem básico era só na comunidade surda, tinha que oralizar os surdos. O ouvinte está muita à frente do surdo, porque o surdo é atrasado no português, em matemática até os dias de hoje. Meus pais me ensinaram, mas até hoje fico nervosa e deixo pra lá. Gosto mais de português do que de matemática. O mundo do ouvinte é diferente do mundo do surdo. O ouvinte aprende mais rápido, chega informação mais rápido, para o surdo não; tudo é mais demorado.

Matheus:

Sim, acredito sim que existe uma divisão entre comunidade surda e comunidade ouvinte. Uma situação que deixou claro isto para mim, ocorreu no ensino médio, quando um aluno ouvinte queria conversar com nós surdos, mas ficou vacilante e quando outro ouvinte o chamou para seu grupo ele optou para estar com eles. Por que ouvintes quando estão aprendendo Libras muitas vezes ficam confusos em qual grupo ficar.

Outro aspecto que podemos pensar sobre a escrita do desejo de ser em conformidade com o desejo do Outro, é a formação da instância psíquica Ideal de Eu. Como Freud (1914/2004a) afirma, o Ideal de Eu é transmitido, em um primeiro momento, pelos pais e depois pela sociedade, sendo baseado no narcisismo primário e no discurso sociocultural. Representa um ideal que o sujeito vê diante de si, desejando-o, embora sem conseguir alcançá-lo totalmente, como se fosse uma promessa para o futuro, como destacam Lazzarini (2006) e Lima (2013). Destarte, o Ideal de Eu no pequeno historiador surdo pode ter sido escrito com a marca do desejo do Outro de que ele fosse o mais perto possível de uma imagem minimamente aceitável, como um ideal a ser conquistado, visto que não pode ser o que os pais e o social desejaram que fosse. Esse processo pode causar sofrimento ao Eu na medida que tenta almejar e investir em uma imagem mais homogênea para não perder o objeto amado, e para tentar assegurar o contrato narcísico. Como o Eu é condenado a investir, ele tenta assegurar ao máximo as bases psíquicas de fundamento do sujeito, mesmo que frágeis e que lhe causem mais sofrimento.

Estar alienado à onipotência do desejo do Outro pode ter dificultado a ascensão a uma atividade autônoma de pensar. Aulagnier (1990) postula que é no registro do pensar que mãe e filho travarão uma batalha decisiva no sentido de aceitar ou recusar a autonomia e a singularidade do filho. Poderíamos refletir que frente à violência secundária e a falta de uma língua efetiva, em tempo hábil, que pudesse dar sentido às relações entre mãe e bebê, as mães de Cássia e Isabela podem ter tido dificuldades em reconhecer a singularidade de suas filhas e autorizar o pensar autônomo, colocando-as em um lugar de dependência e imaturidade para a gestão das próprias vidas. Isso pode ter feito com que as mães continuem, até os dias de hoje, ocupando o espaço de porta-voz e determinando o que suas filhas podem ou não fazer, falar e pensar. Nas narrativas das historiadoras surdas, percebemos esse assujeitamento ao discurso materno.

Diante do exposto, poderíamos pensar que as primeiras bases identificatórias do capital representativo dos sujeitos dessa pesquisa foram escritas, marcadamente, com linhas e parágrafos precários e desconexos. Uma escrita tênue, com referências simbólicas frágeis que

podem não ter conseguido apoiar significativamente as próximas escritas. Os historiadores surdos podem ter composto o livro de suas histórias com a sombra daquela imagem fantasiada e esperada pela família e pelo discurso sociocultural. Isso pode ter resultado em uma história muitas vezes sem sentido ou com poucos pontos de verdade que possam conduzir a compreensão de si e de sua origem. A imagem que os pequenos historiadores surdos construíram foi formulada pelo conjunto de imagens deficientes que perceberam no olhar de suas famílias. As peças que já estavam (mal-)encaixadas e sob as quais eles escreveram os primeiros capítulos, estavam adoecidas. Percebemos assim, a construção de uma base fraca e pouco fundamentada sob a qual o Eu se ergueu e sob a qual ele tentou pensar o antes dele. O Eu só consegue pensar o antes de sua existência se teve uma voz que lhe pré-investiu e pré-anunciou. O discurso materno sobre as histórias de como foi o período de bebê, auxilia o Eu a pensar esse tempo anterior e provar o desejo materno para com ele (Aulagnier, 1979). Para os historiadores surdos, o discurso materno foi atravessado pela ferida narcísica e pela falta de uma língua efetiva comum que podem ter desfocado todo esse processo de escrita.

Na narrativa de Thaís, percebemos uma possível composição desconexa e falha sobre a origem de si. A construção de uma imagem de si pouco familiar e pouco inteligível. Ademais, Thaís é marcada pela exclusão da dinâmica familiar e a não transmissão, através do discurso materno, desse tempo anterior. Ela afirma que sua surdez foi devido à meningite que contraiu aos nove meses de idade e sua mãe afirma que Thaís nasceu surda, e a causa foi uma possível rubéola durante a gestação. Esse fato pode ser um exemplo de possíveis prejuízos na edificação de sua história identificatória. De acordo com Aulagnier (1979), o Eu se constrói e consegue conjugar tempo futuro com o tempo passado se tiver como base as primeiras vivências da relação com a família e o social. Quando não se fala ao filho, isso pode resultar em falhas e apagamentos na escrita de sua própria história, como se tivesse perdido importantes períodos da vida. A partir disso, seu Eu pode ter tentado pensar esse antes através de suas fantasias acerca do desejo do Outro:

Aos 9 meses tive febre alta, minha mãe ficou preocupada e me levou ao médico para que eu fosse examinada e ele diagnosticou meningite, alegando que isso acarretou a minha perda de audição.

Mãe de Thaís:

Não, às vezes ficou isso aí, mas é uma falha, ela não deu meningite, teve a possibilidade de ter rubéola, mas não meningite, não sei nem o sinal de meningite. Minha filha fala que sente que perdeu parte da história dela, que ela não é igual aos irmãos dela porque uma parte da história dela falta, não foi contada.

Matheus nos trouxe uma história confusa e com poucos detalhes, mesmo com os questionamentos após o encerramento da narrativa, ele continuou sendo objetivo e parcimonioso em suas respostas, velando aspectos importantes de sua história de vida que foram desvelados apenas a partir da narrativa de sua madrinha. Ele narrou uma história distinta da de sua madrinha, principalmente em relação as figuras parentais. Ele demonstrou uma importante dependência emocional para com sua namorada. Ela, muitas vezes, comporta-se como sua porta-voz e mediadora da comunicação entre família, sociedade e ele, visto que ela é uma surda oralizada.

Refletimos que Matheus pode não desejar narrar esses aspectos por ainda lhe causarem significativa dor psíquica e/ou pela fragilidade dos primeiros capítulos que não concederam ao Eu uma base sólida para as próximas escritas, deixando o processo de simbolização e a capacidade de elaboração dos sofrimentos psíquicos precários. É como se houvesse possíveis fissuras no papel. Dentro dessa fragilidade simbólica, Matheus pode ter escrito uma história de vida à parte – menos sofrida a seus olhos – que transmite às outras pessoas que não fazem parte de seu meio familiar. Mas também, poderíamos pensar sobre uma possível fraqueza metodológica no sentido de Matheus ter criado expectativas sobre o que a pesquisadora desejava ouvir, e tentou agradá-la com uma história com linhas mais retilíneas e sem fissuras, como aponta Bauer e Jovchelovitch (2002) sobre uma das fraquezas das entrevistas narrativas. Matheus nos narrou:

Me relaciono melhor com a minha mãe, do que com meu pai. Mas assistimos futebol juntos, torcemos para o mesmo time. Eles cuidam de mim, me explicam o que não devo fazer, os cuidados que devo ter ao estar na rua, para não ser roubado e coisas do tipo. Mas a relação com minha mãe é muito melhor, ela se preocupa com minha alimentação, me ajuda a organizar as atividades. Não sei explicar, acredito que seja por que minha mãe é mais jovem que meu pai, ela tem mais afinidade com pessoas surdas, enquanto meu pai é mais idoso e não tem tempo para aprender Língua de Sinais, ele trabalha muito, quando chega em casa está cansado. Ele organiza arquivos em um escritório de advocacia. [...] recebo pensão do meu avô que faleceu.

Madrinha de Matheus:

Mas, hoje em dia ele vem pra cá, ele pede para ver as fotos, as fotos antigas que tem daqui de casa aí ele começa a lembrar. Teve um dia desses que eu perguntei ele assim: se ele não tinha vontade de ficar sabendo quem é o pai dele, ele falou assim: não, que não, que ele não tinha pai não. [...] o Matheus recebe pensão da mãe dele que faleceu [...]

Agora ele depende tudo da... [namorada], tanto que pra ele sair, ele precisa sair com a...[namorada].

Cássia pode ter tido a base do seu edifício identificatório construída a partir da negação e da rejeição daquilo que a constitui desde o nascimento – sua surdez. Em sua narrativa, ela traz sentimentos de vazio, solidão e vergonha experienciados ao longo de sua vida antes da descoberta da Libras e da comunidade surda. A partir da violência secundária, foi instituído a ela o desenvolvimento da oralização, embora fosse um meio de comunicação visto por ela como precário, pois as pessoas fora do seu convívio familiar não a compreendiam bem, o que dificultou ainda mais o estabelecimento de sua autonomia. Poderíamos pensar também no longo período em que Cássia ficou sem ter acesso a uma língua efetiva que a auxiliasse na fundação de seu psiquismo e na comunicação, pois o processo de oralização demanda tempo para acontecer. Ademais, Cássia relatou que grande parte de sua vida permaneceu dentro de casa, pois ela não conseguia se abrir para o mundo. Nesse contexto, refletimos sobre uma possível fragilidade simbólica do Eu e o possível impasse vivido por Cássia que pode ter acarretado significativo sofrimento psíquico ao Eu: ser surda, mas ter essa marca negada constantemente pelo espaço falante, e ser oralizada; e ela estar em um meio de ouvintes e não se sentir legitimada, como se algo não fizesse sentido. O olhar sobre sua própria surdez não foi autorizado:

Às vezes eles [pais] me tratam como ouvinte, ou até mesmo esquecem que sou surda. Quando minha família começa a conversar muito rápido eu me afasto vou fazer outras coisas.

Às vezes quando estou com meus amigos ouvintes, eu me sinto travada, aí a gente começa beber por exemplo, eu começo a oralizar e eles me entendem normalmente, parece que eles precisam ficar bêbados para me entender, eles começam a rir e conversar, quando eu estou com eles sem beber parece que eu me sinto travada não consigo me socializar e parece que eu estou com a voz presa.

As pessoas me perguntavam coisas e às vezes eu não sabia responder. Para explicar alguma coisa eu escolhia duas ou três palavras, e fazia um resumo. Não explicava detalhadamente, se eu fosse comprar alguma coisa precisava de alguém, eu falava pra minha mãe e ela explicava o que eu queria porque ela sabia. Nessa época minha mãe tinha vergonha, e as vezes não entendia muito bem.

O relato que Isabela nos trouxe parece nos indicar uma ascensão precária à simbolização dos espaços e uma frágil ascensão à atividade autônoma de pensar. Ela trouxe como marca evidente em seu discurso o encontro com o olhar deprimido de sua mãe e consequente violência secundária; a negação e a rejeição de sua surdez e da Libras; e a não identificação ao projeto,

como se não houvesse tido a escrita de um projeto futuro pra ela. O Eu pode ter se identificado com o olhar deprimido da mãe e se colocado em um lugar de desvalia de si, sendo relegado a um não futuro. Esses aspectos podem ter sido sintomatizados em sua preocupação excessiva com a faculdade e com sua vida futura, que a leva a somatizações quando acontece frustrações ou quando é colocada em situações de avaliação de seu desempenho acadêmico; e em suas dificuldades de manejo nas relações interpessoais. Escritas que podem ter levado Isabela aos diagnósticos de Transtorno de Ansiedade e Depressão:

Bem, eu sinto sozinha sim, porque na minha família, só tem eu surda, e as festas são só de ouvintes, sou a única surda no meio deles. Pareço chata porque não tem comunicação entre nós, mas eu os amo e tenho paciência. É difícil porque sou só em um mundo de falantes. Tenho vontade de sair, ter intérprete, ter várias coisas. Minha mãe não percebe minhas necessidades; que preciso dirigir, ter mestrado, faculdade, trabalho. Ela pensa que minha vida acabou, falta a ela conhecimento.

Conversando com minha mãe perguntei porque você quer que use aparelho? Porque me obriga a oralizar. Minha mãe tem a vida dela, não entendo. Eu escolhi Libras, saber Libras é muito importante, oralizar nem tanto, tem falhas. Pensei que meus pais iam me apoiar com minha escolha. O que eu ouço é diferente, só escuto gritos e barulhos em geral.

Mãe de Isabela:

Não fala em faculdade não porque ela fica nervosa e acaba que ela coloca a gente também nervoso, é muita coisa... ela chega nervosa, às vezes ela... esses dias ela foi fazer uma apresentação aqui que valia nota, ela deu dor de cabeça, dor de ouvido, dor de dente, eu falei assim: eu não assusto mais porque eu sei como é que é [...].

Ele [psiquiatra] diminui [medicação], ele fala: não, vamos tentar tirar esse remédio e diminuir esse. Às vezes ela vai indo até mais ou menos aí quando chega uma prova ou acontece alguma coisa que abala ela, aí não dá, aí eu mesma já... se era metade eu volto a dar um inteiro porque eu já sei que não vai dar certo. Porque nesse tempo que ela começou a tomar esses remédios dela, a gente perdeu meu sogro, a gente vê que a pessoa muda, a minha vó, a minha vó tem três netos, mas na verdade ela tinha só uma que era ela, meu irmão... então isso aí mexeu muito com ela. Tenta tirar, mas... ela toma três remédios, já tem uns dois meses que ela só está com dois, esses dias ela falou que tava muito ruim pra dormir que ela queria o outro. Eu não falei nada e nem vou falar, eu vou no médico e vou falar pra ele passar o de costume, se passar o terceiro, ela vai tomar o terceiro. Transtorno de Ansiedade, Depressão e ela não dorme, não dorme, ela tem aquela coisa e não dorme. Já aconteceu da gente sair assim e não consegui ficar atenta de achar que ela pegou o remédio, ela não dorme, acorda de olheira.

Alice também foi objetiva em sua narrativa, afirmando não se lembrar de muitas coisas de sua vida antes da aprendizagem da Libras. Sua narrativa foi basicamente sobre sua vida escolar e acadêmica, trazendo poucos detalhes sobre a dinâmica familiar, mesmo sendo

questionada sobre isso. Ela trouxe sentimentos de solidão, tristeza e não pertencimento frente a uma possível negação e rejeição de sua surdez, como também aos entraves no processo de comunicação com o espaço falante. Poderíamos refletir mais uma vez sobre a precariedade da escrita dos primeiros capítulos que não concederam uma base sólida para o Eu pensar o antes dele. Ademais, uma fragilidade do discurso materno em não transmitir à pequena historiadora surda as histórias de como foi esse período anterior. A partir da narrativa de Alice, também poderíamos pensar sobre o desejo de narrar aquilo que a pesquisadora gostaria de ouvir, tentando agradá-la, sem abordar possíveis desconexões ou apagamentos dos parágrafos de sua história que podem, ainda, trazer sofrimento psíquico:

Lembro-me de pouquíssimas coisas de quando eu era criança. Antes de aprender Libras, meus pais sempre me gritavam e eu nunca respondia, sempre concordava com tudo o que eles diziam, até que um dia eles decidiram escrever algo no papel e foi aí que eles começaram a realmente me compreender. Por um tempo, nossa comunicação foi basicamente assim até eu começar a aprender libras, depois os ajudei a aprender o alfabeto manual e isso facilitou bastante nossa comunicação. Eu me senti sozinha e triste um pouco no período entre nove e quatorze anos, mas depois conheci algumas pessoas que sabiam Libras e me senti melhor por poder interagir com eles, antes disso, sempre que eu me comunicava com alguém eles escreviam em papel eu precisava fazer o mesmo para ser compreendida.

Pelo exposto, percebemos indícios de que a ascensão à atividade de pensar – prazer de ouvir, desejo de escutar e desejo de entender o que a voz do Outro enuncia – nos historiadores surdos foi precária, deixando fragilizado o Eu. Essa fragilidade pode estar vinculada aos enlaçamentos dos jogos narcísicos do espaço falante, a uma precária libidinização das superfícies do corpo e, essencialmente, à falta da Libras. Destacamos que a Libras deveria ser introduzida na vida do pequeno historiador surdo pelo casal parental, desde o diagnóstico de surdez. A Libras como norteadora dos processos relacionais e psíquicos que envolvem o espaço falante. O espelho sonoro, tão importante nas primeiras fases de vida da criança como aponta Anzieu (1989), poderia ser realizado não apenas pelas sensações táteis, olfativas e visuais, como afirma Schorn (1997), mas também pela Libras. Uma pele auditivo-fônica formada pela língua própria do surdo, auxiliaria de modo expressivo no processo de significação e simbolização dos espaços, e na constituição integrada de uma imagem de si, fortalecendo a ascensão do Eu como instância psíquica e desenvolvendo as habilidades de apropriação dos sinais linguísticos.

Ademais, uma pele formada a partir da Libras auxiliaria na emergência do primeiro passo para a ascensão à atividade de pensar: o prazer de ouvir (Aulagnier, 1979), que como Solé (2005) ressalta, o prazer de ver ou escutar através das demais experiências com a superfície

do corpo. Acrescentaríamos que a Libras, inserida desde o diagnóstico de surdez, poderia auxiliar na formação dessa primeira representação pictográfica do prazer de escutar, a partir, principalmente, do encontro entre o olhar e as mãos que sinalizam. A zona ocular pode ser para o surdo uma zona-função de extrema importância que poderá guiar as metabolizações dos encontros vividos. Nos ouvintes, o encontro entre o objeto voz e a zona auditiva tem o poder de integrar os afetos produzidos em outras zonas erógenas. De forma equivalente, refletiríamos que a zona ocular no encontro com o objeto voz, aqui pensando o objeto voz como as experiências com a superfície do corpo e com a Libras, teria a capacidade de integrar os afetos. A partir disso, teríamos o caminho do prazer de escutar para o desejo de escutar e assim para o desejo de entender, sendo escritos de maneira mais significativa, e dando um aporte simbólico mais firme ao Eu. Por outro lado, pensaríamos que esse caminho de ascensão ao Eu como instância forte e mediadora pode depender mais do enlaçamento das linhas eróticas e narcísicas que escrevem o espaço falante. Esse outro caminho, pois, exigiria mais das escritas simbólicas dos pais.

Poderíamos refletir ainda que as representações dos encontros metabolizados na psique advêm, em um primeiro momento, das experiências com a superfície do corpo, formando os primeiros traços e compondo as imagens de coisa. Através da exigência que a realidade extrapsíquica impõe sobre a psique no sentido de conhecer as propriedades dos objetos, o aspecto libidinal abre espaço para o signo linguístico, formando a imagem de palavra. Esta se vincula a imagem de coisa principalmente a partir da propriedade acústica da língua compartilhada pelo espaço falante. No caso de sujeitos surdos, a formação das imagens de palavra poderiam estar pautadas nas propriedades visuais e motoras dos sinais. Não obstante, os sujeitos surdos tem acesso à Língua de Sinais tardiamente, pois não foi inserida naturalmente pela família. Começam a aprendê-la quando já se escreveram os primeiros capítulos de sua história identificatória. Assim, poderíamos pensar que a ascensão às imagens de palavra se dá de forma frágil, pois essas crianças surdas não possuem uma língua efetiva que seja o esteio da significação dos discursos.

Meynard (1995), conforme citado por Solé (2005), formula o conceito de representação-sinal para designar as formações psíquicas no surdo a partir do signo linguístico próprio da Língua de Sinais. Nesse sentido, poderíamos pensar que, com a introdução natural da Libras pelo casal parental, as propriedades do sinal se vinculariam à imagem de coisa, formando a imagem-sinal a partir da qual o sujeito surdo significa o discurso materno e assim, o discurso social. Teríamos uma maneira significativa de ascensão à simbolização dos espaços. A Língua de Sinais como fundante do psiquismo no surdo. Esbarramos, todavia, no diagnóstico tardio de

surdez, na impregnação da visão clínico-terapêutica, no fato de apenas uma pequena parcela da população ter conhecimento da Libras e na ferida narcísica não elaborada (Aulagnier, 1979; Freud, 1915/2006a; 1923/2007).

Destarte, a Libras se mostra como meio fundamental para a constituição psíquica dos pequenos historiadores surdos. Não obstante, os historiadores dessa pesquisa tiveram a marca do tempo prolongado sem acesso a sua própria língua, o que pode ter potencializado a colagem ao desejo do Outro. A partir da descoberta e do aprendizado da Libras, e da existência da comunidade surda, observamos que eles iniciaram um desvelamento de si e a possibilidade de se tornarem sujeitos de seu próprio desejo. Faz-se necessário, então, refletirmos sobre essa escrita da Libras na vida desses sujeitos.

4.3 Ser Surdo

A Libras pode ser considerada uma máxima na história identificatória dos sujeitos surdos dessa pesquisa. Observamos, desde as narrativas, que a partir do momento que perceberam a existência de uma língua própria e de uma comunidade surda, emergiram sentimentos de pertencimento e identificação. Antes do contato com a Libras, os historiadores surdos nos narraram períodos de solidão, vazio, anormalidade e exclusão pela falta de uma língua efetiva que pudesse permear a comunicação familiar e os encontros vividos. Em todas as famílias foi e ainda é utilizado uma língua caseira, como denominado por Dalcin (2005). Uma língua composta por mímicas, gestos, dramatizações e criação de sinais caseiros em que, geralmente, apenas a família nuclear consegue compreender. Uma língua que não possui o aporte adequado para auxiliar na significação dos espaços. Além disso, suas histórias foram marcadas pela dificuldade de aceitação da Libras e da comunidade surda pelos pais. Nenhuma das famílias do estudo se comunica efetivamente em Libras com seus filhos, ainda prevalecendo a língua caseira e a oralização. Cássia, apesar de ser oralizada, narrou entraves na comunicação com outras pessoas fora de seu meio familiar, visto que tem dificuldades na pronúncia de algumas palavras. Os narradores surdos da pesquisa relataram:

Thaís:

No primeiro momento eu vi vários surdos se comunicando através da Libras eu levei um susto, pois eu pensava que era sozinha, que só existia eu de surda no mundo e todos os outros eram ouvintes, mas existiam várias pessoas iguais a mim e minha mãe viu que eu precisava aprender o básico de Libras.

No Tocantins eu não ouvia e meu entendimento era todo visual, eu pensava que eram todos ouvintes só eu que era surda e quando vi surdos falando em Libras eu não entendia nada e vi que não eram todos iguais, foi aí que tive contato com

professores que me ensinaram a desenvolver a língua na interação com outros surdos. Antes do contato com a Libras a comunicação em casa era muito difícil, eu precisava apontar quando estava com fome ou quando queria água, era só utilizando classificadores, a minha mãe entendia um pouco e perguntava, mas não entendia, porém ia repetindo para ter comunicação, quando precisava eu também gritava.

Eu aprendi Libras na escola, antes da Libras me sentia sozinha porque não ouvia nada e via as pessoas conversando. Como eu não entendia, ficava quieta, não havia comunicação, era tudo visual. Eu ia pra casa de uns amigos brincar com todas as crianças e tinha interação ali, parecia normal, mas sem comunicação da minha parte.

Não era fácil, eu brincava sozinha e era ruim, agora eu estou feliz porque tenho amigos e me interajo com todos, mas antes sofria, pois parecia que era sozinha, que não era possível eu me comunicar, mas eu queria.

Alice:

Meus pais se comunicavam comigo através de mímica, meus avós ainda não conseguem sinalizar, eles se comunicam por meio da fala, mímica e datilologia até os dias de hoje, mas minha mãe aprendeu um pouco de Libras.

Antes de aprender Libras, meus pais sempre me gritavam e eu nunca respondia, sempre concordava com tudo o que eles diziam.

Isabela:

Sofri porque minha mãe queria que eu oralizasse, usasse aparelho auditivo, mas eu não gostava do aparelho. Eu sempre fui melhor em Libras, mas minha família não aprendeu Libras. Usava bem pouco, eles oralizavam mais para falar comigo. Em nossa convivência, eu sempre pedia para repetir várias vezes o que era dito. Eu tinha que ter paciência. Minha mãe não entende minha identidade surda, nem a comunidade, ela precisa entender. Precisa ter contato para aprender. Todos os meus familiares precisam aprender Libras, eles sabem pouco. Tenho que ter muita paciência.

Matheus:

Todos os que conviviam comigo se comunicavam através de gestos.

Cássia:

Eu oralizava e conseguia me comunicar com eles [família], eu acho que eles entendiam porque tínhamos certo contato e eles já conheciam minha voz, já outras pessoas que não eram da minha família tinham um pouco de dificuldade de entender, porque eu tinha dificuldade de pronunciar algumas coisas.

As pessoas me perguntavam coisas e às vezes eu não sabia responder. Para explicar alguma coisa eu escolhia duas ou três palavras, e fazia um resumo. Não explicava detalhadamente, se eu fosse comprar alguma coisa precisava de alguém, eu falava pra minha mãe e ela explicava o que eu queria porque ela sabia. Nessa época minha mãe tinha vergonha e às vezes não entendia muito bem.

Esses fatos também foram verificados nos estudos de Dalcin (2005) em que a falta de um meio de comunicação efetivo com a família fez com que os sujeitos surdos se sentissem excluídos da dinâmica e do convívio familiar. A exclusão familiar pode trazer experiências de isolamento e tristeza por serem os únicos surdos da família e a quem não é necessário dizer. De acordo com Dalcin (2005) e Gesueli (2006), essa segregação dentro do seio familiar é reafirmada e revivida pela imagem de incapacidade e desvalorização que envolve o imaginário social sobre a surdez. Nesse movimento, eles podem ter perdido o lugar de sujeito, de “eu” para “ele”, potencializando a inscrição psíquica de ser em conformidade com o desejo do Outro. Essa é uma imagem muito recorrente nas narrativas dos sujeitos surdos.

Quando os historiadores surdos se encontraram com a Libras, emergiu-se uma possibilidade de Ser. Eles se reconheceram como pertencentes a uma comunidade onde os sujeitos compartilham a mesma língua e se identificam. Tornaram-se sujeitos mais comunicativos, com novas possibilidades de aprendizagem e de transformação de si, e de suas experiências. Houve a possibilidade de surgimento do “eu” em que puderam tornar-se sujeitos de seu próprio desejo, tentando desvincular-se do desejo do Outro. Dalcin (2005) ressalta que os historiadores surdos podem se libertar da alienação ao pensamento do outro, retirando-os de uma realidade perceptual a qual conviveram por anos. Refletiríamos também que a partir desse encontro, a comunidade surda pode ser vista como detentora dos enunciados sobre a origem de si e da sociedade e por onde o contrato narcísico pode ser assinado. A comunidade surda é o meio que os acolhe e lhes dá voz como sujeitos falantes de seu próprio discurso.

Tornaram-se Surdos. Assim como foi dito anteriormente, a expressão Ser Surdo foi formulada por Bisol e Sperb (2010) para referir a esse reconhecimento e pertencimento através de outros sujeitos que compartilham a Libras e tentam não se ver como sujeitos faltantes, mas como pertencentes a uma minoria cultural e linguística. Ser Surdo seria assumir sua própria surdez, apesar que a possibilidade de Ser ainda esteja atrelada aos jogos narcísicos que escrevem o espaço falante. Esse reconhecer-se é notadamente evidenciado na narrativa de Cássia que após 35 anos, descobriu-se como surda e começou a escrever parágrafos mais coesos e coerentes com aquilo que sempre a constituiu, embora negado – sua surdez.

Para sujeitos que nasceram surdos, nada lhes falta, a falta só existirá e fará marca no psiquismo se o espaço falante apontar. Como percebemos, essa falta é colocada e os sujeitos surdos são inseridos em um lugar de estrangeiridade, marginalidade e silenciamento. Evidenciamos esses aspectos através das histórias narradas sobre os preconceitos que os historiadores surdos vivenciaram ao longo de suas vidas e as dificuldades do período escolar. A maioria dos sujeitos narra a falta de intérpretes ao longo dos anos escolares em que, muitas

vezes, o aprendizado se dava por meio de cópias e repetições contínuas, o que pode ter levado as dificuldades nas matérias escolares, principalmente a Língua Portuguesa. Essas dificuldades foram e ainda são associadas a “falta” de audição e da fala, pois a criança surda não levaria para a escola um arsenal de palavras que já sabe falar e entende o significado, como uma criança ouvinte. Pensaríamos que, na realidade, essas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem não estariam na falta de audição, mas nas condições educacionais e sociais que são oferecidas a criança surda.

Se a Libras fosse inserida naturalmente pelos pais e posteriormente pela escola em que esta fornecesse as condições necessárias para seu aprendizado, como por exemplo, a presença de profissionais intérpretes capacitados em todas as séries da educação formal ou ainda as aulas serem ministradas por professores competentes na Libras, essas dificuldades colocadas como inerentes à surdez poderiam não existir. Os pequenos historiadores surdos já iriam para a escola apresentando um arsenal linguístico que auxiliaria no processo de ensino e aprendizagem. Pensaríamos também que as dificuldades apresentadas pelos sujeitos surdos na escola podem advir desse período prolongado que eles ficaram sem ter uma língua efetiva que pudesse intermediar as relações construídas com a realidade extra-psíquica.

Esse contexto foi evidenciado nas seguintes falas dos historiadores surdos:

Thaís:

Eu imagino que as pessoas são todas iguais e que eu não sou mais sozinha, tem surdos e que temos direitos também. Minha mãe queria que eu colocasse o implante coclear, mas eu disse: “Mãe, me desculpa eu sou surda e tenho esse direito!” e ela respeitou.

[...] antes eu não me comunicava e não entendia nada, agora me reconheço surda e me comunico através da minha língua igual um ouvinte.

Isabela:

Neste período sofri muita piada, brincadeira, tentava oralizar, até que aos quinze anos parei de usar o aparelho, minha mãe ficou angustiada porque ela queria que eu continuasse usando o aparelho. Eu assumi minha identidade surda, mas ela preocupada com meu futuro queria que eu fizesse o implante coclear. Mas eu não quis, sou igual aos outros.

Matheus:

Na sociedade é mais difícil, pois sofro com o preconceito.

Este convívio é ruim porque há muito preconceito com a pessoa surda [...] principalmente na escola. Me chamavam de burro, que por ser surdo não tinha capacidade, coisas deste tipo.

Sim, da terceira série até a sexta série não consegui aprender, somente depois que comecei a estudar na Escola [...] porque nesta instituição havia intérprete e a partir deste momento meu desempenho na escola melhorou.

Antes de aprender Libras minha convivência na escola era muito ruim, pois quase não me comunicava, e havia uma separação dos alunos pela minha falta de comunicação, mas depois que aprendi Libras, depois da 6ª série, esta situação melhorou.

Cássia:

Os profissionais da área disseram para minha mãe que eu não era capaz a essa altura desenvolver contato com os surdos porque eles já eram fluentes e eu demoraria muito para aprender, mas acredito que eles estavam errados por que eu aprendo muito rápido, eu sou surda, Agora estou amo a língua de sinais e eu só falo em Libras, não quis mais saber de oralizar com os ouvintes, eu gosto realmente de Libras, é a minha língua.

Antes dependia muito da minha família, mas agora eu aprendi a ter autonomia. Os ouvintes precisam aprender Libras, porque eu assumo minha identidade surda, para que eles também venham se comunicar comigo, e eu não tenho mais vergonha de ser surda.

Já aconteceu de um rapaz ouvinte, começou a xavecar no meu ouvido, então fingi que era ouvinte, e agora eu não faço mais isso, porque eles tem que me aceitar da forma que eu sou. Vi uma vez meu primo conversando com um amigo dele e percebi que ele estava falando que eu era surda, e que eu era meio lenta, então o rapaz se afastou eu o senti meio diferente. Eu não gostei! Porque ser surda é algo natural.

Alice:

Depois que aprendi Libras, comecei a aprender o Português escrito e aprimorar meus conhecimentos aprendendo coisas novas, quando completei dez anos de idade iniciei os estudos. Eu precisava ler e escrever, e aprender várias das outras disciplinas. Tentava compreender, mas não conseguia, pedia para os professores que me ajudassem, pois estava muito difícil para mim e que eu gostaria que alguém interpretasse para Libras. Os professores me pediam para ter paciência, mas eu insistia que precisava de uma interpretação para poder aprender. Depois de um tempo, eles passaram a contar com um intérprete de Libras, daí me senti aliviada, as coisas pareciam ficar mais claras para mim.

Quando eu tinha aproximadamente nove anos, meus colegas se juntavam em grupinhos e faziam brincadeiras e piadas, mas eu não me importava, eles falavam as coisas oralizando e eu não conseguia compreender e deixava-os para lá.

Durante o ensino médio foi um pouco complicado porque lá me sentia distante, pois as pessoas que eu conhecia que sabia se comunicar em Libras estavam lá fora, dentro da escola as pessoas sempre falavam e eu não entendia muito bem.

Percebemos, assim, que a linguagem preexiste ao sujeito e daí vem a possibilidade do sujeito surdo escutar o desejo do Outro e falar uma língua. A Libras é para o surdo o que o Português é para o ouvinte. A Libras é a língua do surdo, é ela que permeará as construções de

sentido dos encontros vividos e metabolizados pela psique. Dessa maneira, o investimento libidinal nas experiências com a superfície do corpo, sobretudo pelo tato, olfato e visão, para a formação de um Eu-pele forte, juntamente com a comunicação e libidinização pela Libras, poderiam constituir caminhos relevantes para uma escrita sólida das primeiras páginas da história identificatória do pequeno historiador surdo. A Libras é para além da comunicação, ela é fundante do psiquismo. Por outro lado, essas vias de constituição podem ser frágeis dependendo do que a surdez pode representar para o espaço falante. A marca da não aceitação da surdez e, conseqüentemente, da Libras ainda é significativamente presente na vida dos sujeitos surdos dessa pesquisa, como se essa marca fosse escutada por eles como a negação daquilo que os constitui, daquilo que os fazem Ser Surdos, causando sofrimento ao Eu.

Considerações Finais

Percebemos ao longo da construção e escrita da pesquisa a importância das figuras parentais na escrita da história identificatória da criança. É na relação com os pais que serão metabolizadas as primeiras identificações que comporão a base do capital representativo que o pequeno historiador disporá quando adulto. Ademais, será a partir dessas primeiras identificações que o Eu poderá ascender como uma instância psíquica forte e mediadora. No caso de uma criança que nasce com surdez, o impacto do diagnóstico e a imagem sociofamiliar podem trazer especificidades nesse processo, não pela surdez propriamente dita, mas pelo que ela pode representar para o espaço falante.

Frente à surdez dos filhos, as mães do estudo apresentaram sinais depressivos advindos da ferida narcísica de ter um filho faltoso, de acordo com a imagem narcísica e idealizada de um filho perfeito. A imagem daquele bebê tão esperado e desejado por elas durante a gestação, quebrou-se no impacto da imagem do bebê real. Diante desse estado psíquico de perda e dor, houve o estremecimento do investimento libidinal e o encontro com duas diferentes saídas: potencializar a colagem corpo a corpo a partir da violência secundária ou silenciar-se e se afastar da relação com o pequeno historiador surdo. Ambas saídas denunciam o desejo latente de que seus filhos parecessem o mais perto possível da sombra-falada, ou seja, uma busca por tentar escrever uma imagem fantasmática do filho que correspondesse aos seus anseios narcísicos e à legitimação do social.

A sociedade percebe o surdo como um ser falho e faltante que não consegue reproduzir os enunciados do fundamento, pois a Libras ainda não é legitimada como uma via de comunicação e constituição. Temos assim, o precário estabelecimento do contrato narcísico entre o sujeito surdo e a sociedade, e uma falha na identificação ao projeto: não há sentimento de pertencimento a um todo e o espaço falante não reconhece o sujeito surdo como elemento homogêneo a ele.

Nesse movimento, observamos o precário investimento libidinal nas zonas-funções importantes para o surdo, como a visão, o tato e o olfato, podendo ter levado a uma passagem

fragilizada do Eu-corporal/Eu-pele para o Eu-psíquico. Somado a isso, houve o longo período em que os sujeitos surdos escutados em nossa pesquisa ficaram sem ter acesso a uma língua efetiva que pudesse nortear a comunicação com o espaço falante, bem como os processos psíquicos. Essas especificidades dentro da história dos sujeitos surdos evidenciaram a precária ascensão à atividade de pensar, a presença marcante de fantasias relacionadas à surdez como enfermidade e falta, como também o desejo latente de ser em conformidade com o desejo do Outro.

Por outro lado, esses enlaçamentos eróticos e narcísicos que envolveram a escrita da história identificatória dos sujeitos surdos se referem à maneira como essas famílias conseguiram lidar com esse estado psíquico de profunda dor naquele momento de suas vidas. Se o diagnóstico fosse acompanhado por uma equipe multiprofissional em que houvesse o acompanhamento psicológico dessas famílias, poderíamos afirmar que muitas dessas questões encontrariam espaço para elaboração. Além disso, com a orientação adequada, a Libras poderia ser introduzida na vida da criança surda pelo casal parental, norteadando assim, os processos relacionais e psíquicos que envolvem o espaço falante e pelos quais a criança se constitui. Um espelho sonoro formado pela língua própria do surdo, auxiliaria no processo de significação e simbolização dos espaços, fortalecendo a ascensão à atividade de pensar, ou seja, a formação do psiquismo a partir das imagens-sinais.

A Libras auxiliaria também na emergência do primeiro passo para a ascensão à atividade de pensar, o prazer de ouvir ou melhor, o prazer de escutar. No encontro entre o olhar e as mãos que sinalizam seria formado a primeira representação pictográfica do caminho ao Eu. Assim, o encontro entre a zona ocular e o objeto-voz – aqui entendido como as experiências com a superfície do corpo e com a Libras – teria o poder de integrar os afetos produzidos nas outras zonas erógenas, como evidenciado por Aulagnier (1979). Com isso, poderíamos refletir posteriormente sobre a teoria psicanalítica da formação do psiquismo a partir desse outro encontro que não da zona auditiva com o objeto-voz. A Língua de Sinais como fundante do psiquismo.

Não obstante, percebemos que os historiadores surdos da pesquisa parecem ter composto o livro de suas histórias com linhas e parágrafos tênues e desconexos. Muitas histórias se apresentaram fragmentadas e incoerentes, além de destoantes com os relatos feitos pelas mães, como evidenciamos na fala da mãe de Thaís: *minha filha fala que sente que perdeu parte da história dela, que ela não é igual aos irmãos dela porque uma parte da história dela falta, não foi contada*. Referências simbólicas frágeis que podem não ter conseguido apoiar significativamente as próximas escritas, bem como ter dificultado ao Eu o pensar antes dele.

Uma história contada com poucos pontos de verdade que possam conduzir a uma busca da compreensão de si e de sua origem. Frente a essa fragilidade simbólica advinda de precárias bases identificatórias, a surdez se constitui como uma potencializadora de sintomas; de fundação de historiadores em busca de sentido. Diante disso, percebemos que a comunidade surda, juntamente com as lutas sociais e a tentativa de demarcar um espaço dentro dessa sociedade ainda excludente, tornou-se um meio de tateio em busca de sentido para nossos participantes-narradores.

Investigar o lugar que a surdez ocupa na formação do psiquismo nos auxilia a compreender e trazer à luz essa outra via de constituição que foge das reflexões já comumente realizadas dentro da Psicologia e da psicanálise. É fundar espaços de escuta às histórias adoecidas pela negação daquilo que sempre os constituíram e buscaram. Com o auxílio adequado, os historiadores surdos podem conseguir realizar a passagem do ser em consonância com o desejo do Outro para o Ser Surdo. Reconhecer-se através de outros sujeitos que compartilham a Língua de Sinais e como pertencentes a uma minoria cultural e linguística. Para os sujeitos surdos que nascem surdos nada lhes faltam. Escutam pelos olhos e falam através das mãos e do corpo em uma melodia singular e constitutiva.

Referências Bibliográficas

- Abrahão, M. H. M. B. (2004). Pesquisa (auto)biográfica – tempo, memória e narrativas. Em Abrahão, M. H. M. B. (Org.) *A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria* (pp. 201-224) Porto Alegre: EDIPUCRS
- Anzieu, D. (1989). *O Eu-pele* (Rizka-Ilah, Z. Y. & Mahsuz, R., Trads.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Araújo, M. A. (2001). A dança no tempo na poética do Kairós. *Ideação*, (7), 91-104.
- Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. (Pellegrino, M. C., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1975)
- Aulagnier, P. (1989). *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro: do discurso identificante ao discurso delirante*. (Berliner, C., Trad.). São Paulo: Editora Escuta. (Obra original publicada em 1984)
- Aulagnier, P. (1990). *Um intérprete em busca de sentido* (vol. I). (Steffen, R., Trad.). São Paulo: Editora Escuta. (Obra original publicada em 1986)
- Aulagnier, P. (2010). Nascimento de um corpo, origem de uma história. Em Violante, M. L. V. (Org.) *Desejo e identificação* (pp. 15-56). São Paulo: Annablume. (Obra original publicada em 1986)
- Bauer, M. W., & Jovchelovitch, S. (2002). Entrevista Narrativa. Em Bauer, M.W & Gaskell, G. (Eds), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 90-113). (Guareschi, P. A., Trad.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. (Cavalcante, Z. A. C. & Lavallée, D. M. G., Trads.). São Paulo: Paulus.
- Bisol, C. A., Simoni, J., Sperb, T. (2008). Contribuições da Psicologia brasileira para o Estudo da Surdez. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 392-400, 2008.
- Bisol, C. A. & Sperb, T. (2010). Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 7-13.
- Brasil (2002). *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm

- Brasil (2005). *Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
- Brasil (2010). *Lei nº 12.303, de 2 de agosto de 2010*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112303.htm
- Carreiro, T. C. (2012). Vidas fazendo história e construindo histórias de vida. Em Viana, T. C. (Org.) *Psicologia Clínica cultura contemporânea* (pp. 32-46). Brasília: Liber Livros
- Dalcin, G. (2005). *Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de <https://bit.ly/2ZooJkE>
- Delory-Momberger, C. (2016). A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, 1(1), 133-147. Recuperado de <http://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/2526/1711>
- Diniz, H. G. (2010). *A história da língua de sinais brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de <https://bit.ly/2KjpM1W>
- Dizeu, L. C. T. B & Caporali, S. A. (2005). A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educação e Sociedade*, 26(91), 583-597.
- Ferreira, V. M. R. & Arco-Verde, Y. F. S. (2001). Chrónos & Kairós: o tempo nos tempos da escola. *Educar*, (17), 63-78.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (pp. 109-123). (Netz, S., Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Freud, S. (1996a). A disposição à neurose obsessiva – uma contribuição ao problema da escolha da neurose. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (vol. 12, pp. 337-349). (Salomão, J., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913)
- Freud, S. (1996b). O mal-estar na civilização. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (vol. 21, pp. 67-148). (Salomão, J., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1930[1929])
- Freud, S. (1996c). O ‘estranho’. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (vol. 17, pp. 235-269). (Salomão, J., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1919)
- Freud, S. (1996d). Construções em análise. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* (vol. 23, pp. 275-287). (Salomão, J., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1937)
- Freud, S. (2004a). À guisa de introdução ao narcisismo. Em *Escritos sobre a psicologia do*

- inconsciente* (vol. 1, pp. 95-131). (Hanns, L. A., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1914)
- Freud, S. (2004b). Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. Em *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (vol. 1, pp. 63-77). (Hanns, L. A., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1911)
- Freud, S. (2006a). O Inconsciente. Em *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (vol. 2, pp. 13-74). (Hanns, L. A., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1915)
- Freud, S. (2006b). Além do princípio de prazer. Em *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (vol. 2, pp. 123-198). (Hanns, L. A., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1920)
- Freud, S. (2006c). Luto e melancolia. Em *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (vol. 2, pp. 99-122). (Hanns, L. A., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1917)
- Freud, S. (2007a). O Eu e o Id. Em *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (vol. 3, pp. 13-92). (Hanns, L. A., Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1923)
- Freud, S. (2007b). Uma nota sobre o “Bloco Mágico”. Em *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (vol. 3, pp. 135-144). (Hanns, L. A., Trad.). Rio de Janeiro: Imago (Obra original publicada em 1925).
- Garcia-Rosa, L. A. (1991). *Introdução à metapsicologia freudiana* (pp. 202-231). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gesueli, Z. M. (2006). Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. *Educação e Sociedade*, 27(94), 277-292.
- Gomes, C. A. V. (2006). A audição e a surdez. Em Secretaria de Educação Especial, *Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos* (pp. 13-20). Brasília: MEC. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf>
- Graña, C. G. (2008). A aquisição da linguagem nas crianças surdas e suas peculiaridades no uso do objeto transicional: um estudo de caso. *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, (5), 143-153.
- Grassi, D., Zanoni, G. Z., Valentin, S. M. L. (2011). Língua Brasileira de Sinais, aspectos linguísticos e culturais. *Revista Trama*, 7(14), 57-68.
- Green, A. (1998). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte* (pp. 247-282). (Berliner, C., Trad.). São Paulo: Editora Escuta.
- Heller, A. (1980). *El hombre del Renacimiento*. (J. F. Ivars & A. P. Moya, Trad.). Barcelona, Espanha: Ediciones Península. (Obra original publicada em 1978).
- Jorge, M. A. C. & Ferreira, N. P. (2011). *Lacan, o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Kazez, R., Melloni, G. & Maldavsky, D. (2014). Estudio del discurso de madres oyentes de hijos sordos. Detección de diferentes momentos luego de haber sido informadas acerca del diagnóstico. *Subjetividad y Procesos Cognitivos*, 18(1), 157-175.
- Josso, M. (2006). Os relatos de histórias de vida como desvelamento dos desafios existenciais da formação e do conhecimento: destinos sócio-culturais e projetos de vida programados na invenção de si. Em Souza, E. C. & Barreto, M. H. M. (Orgs.) *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si* (pp. 21-40) Porto Alegre: EDIPUCRS
- Lazzarini, L. R. (2006). *Emergência do narcisismo na cultura e na clínica psicanalítica contemporânea: novos rumos, reiteradas questões* (Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <https://bit.ly/2KQx10J>
- Lima, P. M. R. (2013). *Tempus fugit... carpe diem Poiesis, velhice e psicanálise* (Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <https://bit.ly/2Kkyflf>
- Marzolla, A. C. (2010). *O pai e seu filho surdo: um olhar psicanalítico* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://bit.ly/2KiUmZp>
- Negrelli, M. E. D. & Marcon, S. S. (2006). Família e criança surda. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 5(1), 98-107.
- Pereira, P. F. (2007). *Psicanálise e surdez: metáforas conceituais da subjetividade em libras* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba). Recuperado de <https://bit.ly/2XMwMaw>
- Pineau, G. (2006). As histórias de vida como artes formadoras da existência. Em Souza, E. C. & Barreto, M. H. M. (Orgs.) *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si* (pp. 41-59) Porto Alegre: EDIPUCRS
- Ricoeur, P. (2010). A narrativa: seu lugar na psicanálise. Em Ricoeur, P. *Escritos e Conferências I: em torno da psicanálise* (pp. 213-222). (Bini, E., Trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- Schorn, M. E. (1997). *El niño surdo y el adolescente surdo: reflexiones psicoanalíticas*. Buenos Aires: Lugar Editorial S. A.
- Silva, A. B. P; Zanolli, M. L. & Pereira, M. C. C. (2008). Surdez: relato de mães frente ao diagnóstico. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 175-183.
- Solé, M. C. P. (2005). *O sujeito surdo e a psicanálise: uma outra via de escuta*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Solé, M. C. P. (2010). O prazer de ouvir a voz materna. Em Violante, M. L. V. (Org.) *Desejo e identificação* (pp. 109-126). São Paulo: Annablume.
- Souza, E. C. (2014). Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. *Educação*, 39(1), 39-50. doi: 10.5902/1984644411344

Teixeira, L. C. (2003). Escrita autobiográfica e construção subjetiva. *Psicologia USP*, 14(1), 37-64. doi: 10.1590/S0103-65642003000100004

Violante, M. L. V. (2001). *Piera Aulagnier. Uma contribuição à obra de Freud*. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria.

Winnicott, D. W. (1983). A capacidade para estar só. Em *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 31-37). (Ortiz, I. C. S., Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas (Obra original publicada em 1958).

Anexos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (SURDO)

O(A) Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “**A constituição psíquica do sujeito surdo a partir da teoria psicanalítica: implicações psicossociais e educacionais**”. Meu nome é **Marcella de Paula Almeida**, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é **psicologia**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável.

Esclareço que em caso de recusa na participação, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisadora responsável, via e-mail [**marcelladepaula1@hotmail.com**](mailto:marcelladepaula1@hotmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: **(62) 981291835**. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, no telefone (62)3521-1215.

As despesas com transporte coletivo serão de responsabilidade da pesquisadora e o valor será repassado a você no encontro no local da pesquisa.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A nossa pesquisa, “A constituição psíquica do sujeito surdo a partir da teoria psicanalítica: implicações psicossociais e educacionais”, tem como objetivo investigar como se dá a constituição psíquica do sujeito surdo. Buscamos compreender as especificidades que o não escutar a voz materna desde o nascimento pode acarretar na constituição psíquica do sujeito surdo. Dessa forma, seu relato sobre sua história de vida poderá contribuir para esse estudo.

A pesquisa será realizada a partir de uma entrevista com você em que contará sobre sua história de vida. Após sua entrevista será realizado outra com seu familiar. As entrevistas

serão filmadas para facilitar o estudo sobre a constituição psíquica do sujeito surdo. Desse modo, você precisará assinar um documento de concessão de uso de sua imagem. **Todas** as informações fornecidas por você são confidenciais e seus dados pessoais e as imagens gravadas serão mantidos em sigilo.

Os benefícios de participar dessa pesquisa envolvem, principalmente, a oportunidade de compartilhar sua história de vida com outras pessoas. Assim, através disso, você terá a possibilidade e oportunidade de repensar e dar sentido a algumas de suas questões existenciais, além de ter sua trajetória de vida ouvida e valorizada.

Os riscos de participar dessa pesquisa podem envolver uma mobilização de emoções ao compartilhar sua história de vida. O Código de Ética Profissional do Psicólogo Brasileiro (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005) prevê a adoção de medidas caso haja riscos ao indivíduo participante de pesquisa. Portanto, se esta situação ocorrer, você receberá um acolhimento imediato pela pesquisadora e será, se assim desejar, encaminhado a um acompanhamento psicológico breve com a própria pesquisadora ou outro profissional.

Esclareço, novamente, que você pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer tipo de penalização. Além disso, caso se sinta de alguma forma ofendido ou prejudicado durante a pesquisa, você tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

1.2 Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito da Pesquisa:

Eu,, inscrito(a) sob o

RG/ CPF/ n.º de matrícula, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A constituição psíquica do sujeito surdo a partir da teoria psicanalítica: implicações psicossociais e educacionais”. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável Marcella de Paula Almeida, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (CUIDADOR)

O(A) Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “**A constituição psíquica do sujeito surdo a partir da teoria psicanalítica: implicações psicossociais e educacionais**”. Meu nome é **Marcella de Paula Almeida**, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é **psicologia**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável.

Esclareço que em caso de recusa na participação, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisadora responsável, via e-mail **marcelladepaula1@hotmail.com** e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: **(62) 981291835**. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, no telefone (62)3521-1215.

As despesas com transporte coletivo serão de responsabilidade da pesquisadora e o valor será repassado a você a cada encontro no local da pesquisa.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A nossa pesquisa, “A constituição psíquica do sujeito surdo a partir da teoria psicanalítica: implicações psicossociais e educacionais”, tem como objetivo investigar como se dá a constituição psíquica do sujeito surdo. Buscamos compreender as especificidades que o não escutar a voz materna desde o nascimento pode acarretar na constituição psíquica do sujeito surdo. Por se tratar da constituição psíquica, vimos a necessidade de entrevistar você como cuidador. Dessa forma, seu relato sobre a história de vida do sujeito surdo, que perpassa pela sua, poderá contribuir para esse estudo.

A pesquisa será realizada a partir de uma entrevista com você em que contará sobre a história de vida do sujeito surdo. As entrevistas serão filmadas para facilitar o estudo sobre a constituição psíquica do sujeito surdo. Desse modo, você precisará assinar um documento

de concessão de uso de sua imagem. **Todas** as informações fornecidas por você são confidenciais e seus dados pessoais e as imagens gravadas serão mantidos em sigilo.

Os benefícios de participar dessa pesquisa envolvem, principalmente, a oportunidade de compartilhar a história de vida com outras pessoas. Assim, através disso, você terá a possibilidade e oportunidade de repensar e dar sentido a algumas de suas questões existenciais, além de ter sua trajetória de vida ouvida e valorizada.

Os riscos de participar dessa pesquisa podem envolver uma mobilização de emoções ao compartilhar sua história de vida. O Código de Ética Profissional do Psicólogo Brasileiro (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005) prevê a adoção de medidas caso haja riscos ao indivíduo participante de pesquisa. Portanto, se esta situação ocorrer, você receberá um acolhimento imediato pela pesquisadora e será, se assim desejar, encaminhado a um acompanhamento psicológico breve com a própria pesquisadora ou outro profissional.

Esclareço, novamente, que você pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer tipo de penalização. Além disso, caso se sinta de alguma forma ofendido ou prejudicado durante a pesquisa, você tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

1.2 Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito da Pesquisa:

Eu,, inscrito(a) sob o

RG/ CPF/ n.º de matrícula, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A constituição psíquica do sujeito surdo a partir da teoria psicanalítica: implicações psicossociais e educacionais”. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável Marcella de Paula Almeida, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável